

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PPGPSICO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DOUGLAS EDIO MAURER TEIXEIRA

**OS ATOS DE 8 DE JANEIRO NA NARRATIVA DE UMA MÍDIA
CONSERVADORA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL**

CAMPO GRANDE/MS

2024

DOUGLAS EDIO MAURER TEIXEIRA

**OS ATOS DE 8 DE JANEIRO NA NARRATIVA DE UMA MÍDIA
CONSERVADORA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao PPGPSICO - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção de título em Mestre em Psicologia, na linha de Pesquisa Processos Psicológicos e Suas Dimensões Socioculturais.

Orientador: Dr. Alberto Mesaque Martins

Coorientador: Dr. Thiago Mikael-Silva

CAMPO GRANDE/MS

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

OS ATOS DE 8 DE JANEIRO NA NARRATIVA DE UMA MÍDIA CONSERVADORA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao PPGPSICO UFMS - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção de título em Mestre em Psicologia, na linha de Pesquisa Processos Psicológicos e Suas Dimensões Socioculturais.

Prof^a. Dr^a. Alexandre José de Souza Peres
Coordenador do PPGPSICO/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos (as) professores (as):

Prof. Dr. Alberto Mesaque Martins
Orientador – UFMS

Prof. Dr. Thiago Mikael-Silva
Coorientador – UFMG
Membro Externo

Prof. Dra. Zaira Lopes de Andrade
Membro Interno - UFMS

Prof. Dra. Ana Karla Silva Soares – UFMS
Membro Suplente - UFMS

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais. A minha mãe, Marlene, que sempre esteve comigo em todo tempo e que, de seu jeito, sempre expressou que queria o melhor para mim. O amor não é como a gente acha que ele deve ser, é do jeito que as pessoas conseguem entregá-lo. Obrigado, mãe, pelo apoio de sempre. Ao meu pai, José, que ao longo de sua doença nos últimos 20 anos, enfrentou uma grande batalha e que hoje, mesmo na situação em que se encontra, fala baixinho no máximo das suas forças: “estou preocupado com esse seu mestrado, tem que terminar”. Eu sou privilegiado! Gratidão por eles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Alberto Mesaque, por ter aceitado me acompanhar nesta jornada acadêmica. Mesmo diante das dificuldades que enfrentei, pedi que permanecesse como meu orientador, e ele aceitou. Sua dedicação e orientação foram fundamentais para o meu progresso e para a conclusão deste projeto, ajudando-me a construir cada etapa do trabalho. Sou profundamente grato por todo o aprendizado, especialmente por ter me introduzido, guiado e ensinado neste campo de estudo. Reconheço que foi necessário ter muita paciência com as minhas questões, e sou sinceramente grato por isso.

Agradeço ao meu coorientador, Thiago Mikael-Silva, que, com suas observações e ideias, contribuiu de maneira significativa para a construção deste trabalho. Sua prontidão em me ajudar e compartilhar seu conhecimento foi fundamental, orientando-me e colaborando na elaboração do trabalho, além de detalhar a melhor forma de abordar cada etapa. Sou grato pela forma acessível com que me orientou ao longo de todo esse processo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSICO) pelo apoio prestado ao longo dessa jornada. Em especial, quero expressar minha gratidão às professoras Alexandra Anache e Zaira Lopes, pelas aulas e pelas valiosas trocas de conhecimento ao longo deste percurso, e ao secretário executivo, Eduardo Meza, pelo suporte e empenho em me ajudar a entender os caminhos do programa.

Agradeço a minha família pelo apoio de sempre, meus pais e meu irmão Júnior, em especial a minha irmã Francine que sempre do seu jeito ofereceu apoio e mostrou que os monstros embaixo do armário não são tão assustadores como nossa mente cria, ela sempre está pela família, com seu zelo e amor, obrigado mana.

Agradeço à minha companheira, Jacqueline, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis desses últimos tempos, não tem sido fácil. Você sabe o que tenho passado e mesmo assim se manteve ao meu lado. Você me apoiou, nessa seara difícil que é viver em Campo Grande, e suas relações sociais peculiares, encontrar apoio verdadeiro na vida é um ato de amor. Obrigado pelo tempo que você me deu, nossas vivências me incentivaram a caminhar, se cheguei até aqui, essa estrada tem você do meu lado, Te amo.

Agradeço a minha amiga Daniela Roncisvalle que sempre me incentivou com uma mensagem positiva e com alguma reflexão que alugou apartamentos na minha mente, sempre disposta a ouvir e ajudar, admiro sua disposição e afeto, “se a Dani e o Igor forem já está completo, não precisa chamar mais ninguém”. Obrigado pela parceria, obrigado por compartilhar sua generosidade e sabedoria comigo.

Agradeço ao meu amigo Luiz, um parceiro de longa data e que é um grande incentivador, as trocas de conhecimento com ele sempre são esclarecedoras e ajudam a abrir os olhos para as questões que discutimos. Em qualquer tempo nos encontramos nesta sazonalidade da vida, se mostra como um parceiro fiel, obrigado pelo apoio. “Uma cerveja e um salgadinho para destravar a mente”.

Aos demais que participaram da minha jornada, não aqui citados, mas amados por sua contribuição indireta neste processo.

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. (Walter Lippmann)

RESUMO

O evento ocorrido em 8 de janeiro de 2023, caracterizado pela invasão da Praça dos Três Poderes em Brasília por simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro, constitui um momento importante na política brasileira. Durante essa manifestação, houve a depredação de prédios públicos, incluindo o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Os invasores clamaram pela tomada do poder e pela destituição do governo eleito em 2022, alegando fraude nas eleições. Baseado na Análise de Conteúdo de Bardin, este estudo tem como objetivo investigar as narrativas sobre os atos de 8 de janeiro em uma mídia jornalística, representada neste caso pelo site de notícias online Jovem Pan. Por meio de descritores-chave, foram selecionadas 768 matérias, das quais, após a aplicação de critérios de exclusão, constituiu-se um corpus de 472 matérias. Após a leitura das matérias, os dados referentes a elas foram analisados e categorizados. Os resultados revelaram que o meio de comunicação estudado apresenta em suas mensagens ao abordar os eventos, uma narrativa que reflete seus valores e posicionamentos ideológicos. As considerações finais apontam as limitações decorrentes da escassez de fontes sobre um evento recente, com produção acadêmica ainda incipiente, e sugerem que novos estudos podem ser realizados a partir deste, com foco nas investigações que analisem as verbalizações, reações e discursos dos participantes registrados em vídeos ou outras mídias sobre o 8 de janeiro.

Palavras-chave: Mídia, 8 de Janeiro, Jovem Pan, Psicologia Social.

ABSTRACT

The event of January 8, 2023, marked by the invasion of the Praça dos Três Poderes in Brasília by supporters of former president Jair Bolsonaro, represents a significant moment in Brazilian politics. During this protest, public buildings were vandalized, including the Palácio do Planalto, the Supreme Federal Court, and the National Congress. The invaders called for the seizure of power and the removal of the government elected in 2022, claiming fraud in the elections. Based on Bardin's Content Analysis, this study aims to investigate the narratives surrounding the events of January 8 in a journalistic medium, represented in this case by the online news site Jovem Pan. Using key descriptors, 768 articles were selected, from which a corpus of 472 articles was established after applying exclusion criteria. Following the reading of the articles, the data pertaining to them were analyzed and categorized. The results revealed that the studied media outlet, in its messages about the events, conveys a narrative that reflects its values and ideological positions. The final considerations highlight the limitations arising from the scarcity of sources on a recent event, with academic production still in its infancy, and suggest that further studies could be conducted based on this one, focusing on investigations that analyze the verbalizations, reactions, and speeches of the participants recorded in videos or other media regarding January 8.

Keywords: Media, January 8th, Jovem Pan, Social Psychology.

LISTAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma do processo de busca e seleção de matérias analisadas.	48
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de publicações da Jovem Pan por mês.....	54
Tabela 2 – Quantidade de notícias por coluna.....	59
Tabela 3 – Quantidade de notícias por autores.....	63
Tabela 4 – Número de publicações por formato.....	65
Tabela 5 – Estrutura hierárquica da categoria 1	71
Tabela 6 – Estrutura hierárquica da categoria 2	79
Tabela 7 – Estrutura hierárquica da categoria 3	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de publicações	58
Gráfico 2 – Divisão das categorias.	71

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

PF: Polícia Federal

PGR: Procuradoria-Geral da República

PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

STF: Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CENÁRIO DA DEMOCRACIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	18
2.1 A Ascensão do Bolsonarismo ao poder.....	19
2.2 Aspectos Psicossociais da Mídia	27
2.3 A Mídia e o Bolsonarismo	31
2.4 Os Atos de 8 de Janeiro.....	33
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN	36
4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	43
4.1 Da Jovem Pan	44
4.2 Procedimentos.....	47
4.3 Análise	49
5 RESULTADOS	50
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS REPORTAGENS	50
5.1.1 Do Fluxo de Matérias ao Longo do Tempo	53
5.1.2 Das Colunas.....	59
5.1.3 Dos Autores	62
5.1.4 Dos Formatos	65
5.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS	67
5.2.1 Categoria 1: 8 de janeiro - reportagens.....	71
5.2.2 Categoria 2: Investigações	78
5.2.3 Categoria 3: Desfechos	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A democracia tem sido, desde seu surgimento na Grécia Antiga, considerada uma das formas mais nobres de organização política, consolidando-se, ao longo da história, como uma política que transcende fronteiras e épocas. Isso pois, desde suas origens, em que a participação popular se limitava a uma parcela específica da sociedade, limitando e segregando quem poderia escolher, até a sua expansão moderna, que preza pelo sufrágio universal e pela defesa dos direitos fundamentais, a democracia é vista como o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Contudo, o ideal democrático não se apresenta imune a crises e contradições. Na contemporaneidade, a democracia global se encontra fragilizada, enfrentando desafios constantes que põem em xeque sua capacidade de adaptação às novas demandas sociais e políticas.

Nesse sentido, as transformações ocorridas nos últimos séculos evidenciam que a democracia não é estática, ou seja, sua trajetória histórica não foi linear, pelo contrário, caracterizou-se por avanços e retrocessos. Assim, sua atuação apresenta tanto potencial transformador quanto limitações, dependendo da capacidade de articular a causa específica com uma agenda política que dê espaço para o diálogo. Ao mesmo tempo em que podem ser catalisadores de avanços sociais e políticos, esses movimentos podem espalhar o conservadorismo ao adotar abordagens focadas e unidimensionais, reforçando dicotomias e polarizações.

Historicamente, o ideal democrático começou a se consolidar com as lutas por direitos civis e políticos que visavam à ampliação do sufrágio e à garantia de liberdades individuais. No século XIX, a disseminação dos ideais iluministas e a contestação aos regimes absolutistas deram impulso às primeiras ondas democráticas, marcadas pela ampliação do direito ao voto e pelo surgimento de novas instituições políticas. O século XIX não foi marcado apenas por essa mobilização de movimentos que buscavam a queda de regimes absolutistas, mas também foi caracterizado pela luta de inclusão de grupos marginalizados na vida pública. De acordo com Paes (2013):

[...] sufrágio é um direito público subjetivo, ou seja, um direito próprio da condição de cidadão, que inclui tanto o poder de escolha dos representantes quanto a possibilidade de concorrer aos cargos públicos eletivos. Quanto ao voto, embora seja obrigatório para uma determinada faixa da população, representa uma verdadeira conquista política para o povo brasileiro (Paes, 2013, s.p.).

No entanto, a democratização não se limita ao acesso às urnas; implica também a transformação das estruturas de poder e a promoção de condições para que a voz feminina seja efetivamente ouvida e considerada. Dessa forma, a luta feminista continua a expandir as fronteiras da democracia ao questionar desigualdades e violências sistêmicas que restringem a participação plena de todas as pessoas, independentemente de gênero. Nesse contexto, Mészáros (2011) destaca que movimentos de “questão única”, como o feminismo e o ambientalismo, por exemplo, têm, historicamente, conquistado algumas concessões do sistema capitalista. No entanto, o autor observa que, no cenário atual, enfrentar essas questões específicas resulta em confrontar o capitalismo em sua totalidade.

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; consequentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. [...] Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. [...] Neste sentido, os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital – e aos movimentos de “questão única”. [...] O trabalho não é apenas não integrável [...], mas – precisamente como a única alternativa estrutural viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade (Mészáros, 2011, p. 95-96).

Também no século XX, as atrocidades cometidas durante as duas grandes guerras mundiais e a luta pela descolonização geraram uma reflexão profunda sobre a necessidade de proteger as liberdades civis e os direitos humanos – o que fomentou uma nova onda de democratização em escala global. A partir da década de 1970, o cenário aparentava ser promissor, visto que havia a queda dos regimes ditatoriais na América Latina, regimes comunistas sendo desmantelados na Europa Oriental e diversas nações africanas e asiáticas buscando se firmar como democracias. De acordo com Hur e Lacerda Júnior (2017):

A sociedade não se manteve passiva com a violência de Estado, emergiram movimentos insurgentes contra a repressão, ditaduras ou governos aliados de uma burguesia articulada às políticas norte-americanas e que mantinham a população em condições miseráveis. Desde as lutas por independência até rebeliões de massas sufocadas por ditaduras indicam que a insurgência das massas latino-americanas é um produto das realidades de injustiça estrutural e expressão de sua potência de vida. Na luta contra a ditadura, o ideário da transformação ocupava o imaginário social, de um devir-revolucionário atualizando-se em distintos movimentos sociais. A transformação era possível, pois ocorreram acontecimentos importantes no âmbito da esquerda mundial: em 1949, a Revolução Chinesa; em 1959, a Revolução chegou à América Latina, na pequena ilha de Cuba; em 1962, a Argélia conseguiu sua

independência, após intensa luta armada contra o exército francês (Hur e Lacerda Júnior, 2017, p. 30).

A fragilidade democrática não é um fenômeno isolado a países de tradição autoritária. Até mesmo as democracias consolidadas enfrentam retrocessos preocupantes. O esvaziamento das instituições, o aumento da desconfiança na classe política e a manipulação dos processos eleitorais são elementos que têm alimentado a crise de representatividade. O que está em jogo não é apenas a legitimidade dos sistemas políticos, mas a própria essência do que significa viver em uma democracia. A ascensão de líderes com discursos populistas e a centralização do poder em figuras carismáticas expõe as rachaduras de sistemas políticos que, em teoria, deveriam promover a pluralidade e o debate. Em vez disso, vê-se uma polarização crescente e a fragmentação do espaço público, em que a divergência de ideias se transforma em intransigência e confronto.

Para Fuks e Marques (2022), a polarização política contemporânea não se restringe à divisão ideológica entre esquerda e direita, mas reflete uma dinâmica mais profunda de antagonismos sociais e culturais. Essa polarização é caracterizada pela formação de identidades políticas rígidas, onde os indivíduos passam a definir seus posicionamentos não apenas com base em valores e propostas, mas em oposição direta ao grupo adversário. Esse fenômeno enfraquece o espaço de diálogo e cooperação, fundamental para o funcionamento saudável das democracias. Além disso, segundo os autores, a polarização é alimentada por campanhas de desinformação e pela atuação das redes sociais, que reforçam a percepção de uma realidade fragmentada e fomentam o ódio entre grupos divergentes. Como consequência, o debate público perde seu caráter deliberativo e passa a ser dominado por discursos de deslegitimação e confronto constante.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objeto de análise a representação midiática dos eventos de 8 de janeiro de 2023 pelo jornal on-line Jovem Pan. O objetivo central é examinar o conteúdo das matérias veiculadas pela Jovem Pan nessa cobertura, à luz da psicologia social. Especificamente, busca-se investigar os processos de construção e difusão de sentidos pela mídia, identificar o tipo de mensagem transmitida sobre os acontecimentos e compreender as estratégias utilizadas para sua veiculação.

Para isso, este estudo adota uma abordagem qualitativa e documental, baseada na análise de 768 matérias publicadas no site da Jovem Pan. A escolha da Jovem Pan se justifica por sua influência no debate político nacional e pelo impacto de suas narrativas na construção da percepção dos acontecimentos. O recorte temporal abrange aproximadamente 15 meses de

cobertura jornalística sobre o episódio histórico, permitindo uma análise aprofundada das estratégias discursivas adotadas.

Dessa forma, este estudo se divide - além desta introdução e das considerações finais - em quatro capítulos centrais, em que, no primeiro capítulo, intitulado “*O cenário da democracia no mundo contemporâneo*”, será abordado o contexto democrático na contemporaneidade, tendo como foco o cenário político brasileiro. Nele, será abordada a ascensão do bolsonarismo ao poder, os aspectos psicossociais da mídia, a relação entre a mídia e o bolsonarismo, bem como os ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília-DF.

No capítulo seguinte, intitulado “*Análise de conteúdo de Bardin*”, será descrita, como o próprio título sugere, a teoria de Análise de conteúdo, conforme estabelecida por Laurence Bardin (2016). Esse capítulo apresenta uma revisão de literatura acerca dos principais conceitos teóricos, metodológicos e procedimentais dessa abordagem. A discussão se limitará às aplicações dessa metodologia na investigação científica voltada para o estudo dos discursos midiáticos sobre fenômenos políticos contemporâneos. Nele, serão destacados aspectos importantes da teoria, como a categorização sistemática de dados para análise.

Nos dois capítulos finais, intitulados “*Pressupostos metodológicos*” e “*Resultados*”, serão apresentados o processo metodológico e os achados desta pesquisa. No capítulo referente ao método, serão discutidas as etapas percorridas nesta pesquisa qualitativa e documental, referente à coleta e sistematização das 768 matérias publicadas no site da Jovem Pan ao longo dos 15 (quinze) meses de analisados. Nele, serão explicados os critérios de seleção, a estruturação das categorias de análise com base na metodologia de Bardin (2016) e os procedimentos de codificação adotados. Já no capítulo “*Resultados*”, serão apresentados os principais achados da análise de conteúdo, com destaque para as nuances dos discursos midiáticos relacionados aos ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília-DF. Esse capítulo evidenciará como a cobertura jornalística da Jovem Pan refletiu e reforçou determinadas narrativas políticas, explorando os temas, padrões lexicais e estratégias discursivas identificadas, bem como suas implicações para a percepção pública da democracia e dos acontecimentos analisados.

Na seção das *Considerações finais*, serão sintetizados os principais pontos abordados ao longo da pesquisa, refletindo sobre os resultados obtidos e suas implicações para o estudo dos discursos midiáticos no contexto político brasileiro contemporâneo. Serão discutidas as contribuições da análise para a compreensão das estratégias narrativas utilizadas na cobertura jornalística dos ataques de 8 de janeiro, bem como a maneira como essas narrativas influenciam a construção de percepções sobre a democracia. Serão, ainda, abordadas as dificuldades

enfrentadas durante o desenvolvimento do estudo, de modo a oferecer uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da presente pesquisa. Por fim, serão sugeridas perspectivas para investigações futuras que aprofundem a análise de outras fontes de mídia ou ampliem o recorte proposto para este estudo.

2 O CENÁRIO DA DEMOCRACIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A percepção de que os regimes democráticos se mantêm inabaláveis unicamente pelo peso de suas tradições se revela inadequada diante das múltiplas pressões que afetam suas estruturas e práticas. O fortalecimento democrático demanda um esforço contínuo e coletivo para revitalizar suas instituições, estimular o diálogo e enfrentar de forma pragmática os desafios que comprometem sua estabilidade. Esse empenho envolve a compreensão de que não há soluções simples ou imediatas para as fragilidades que se apresentam.

A defesa da democracia transcende a mera proteção das estruturas políticas, implicando um compromisso com a construção de sociedades que sejam, ao mesmo tempo, mais inclusivas e resilientes. Nessa perspectiva, a promoção de uma cidadania ativa e o respeito pleno aos direitos políticos e civis constituem os alicerces fundamentais para a renovação democrática.

A fragilidade da democracia é evidente não apenas nas crises políticas e na polarização ideológica, mas também nas resistências que os movimentos de questão única enfrentam, por exemplo. A reação contra as conquistas feministas, as políticas de cotas, o reconhecimento dos direitos indígenas e outros avanços sociais evidenciam as tensões inerentes ao processo democrático – que envolve a constante negociação entre diferentes interesses e visões de mundo.

A democracia é amplamente considerada um valor universal, embora sua prática e percepção variem significativamente entre os países, de modo a refletir contextos históricos, culturais e políticos distintos. Em diversas partes do mundo, a estabilidade democrática tem sido testada por acontecimentos que expõem as fragilidades das instituições e aumentam a polarização social. Casos recentes evidenciam um padrão em que episódios de violência política são utilizados como ferramentas de mobilização emocional e estratégias de reforço de narrativas polarizadoras.

Exemplos emblemáticos desse padrão incluem os atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília-DF, que visaram questionar a ordem democrática estabelecida, assim como o a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos; o atentado contra Jair Bolsonaro (PSL) durante a corrida presidencial em setembro de 2018, no Brasil, e o atentado contra Donald Trump (Partido Republicano), também durante a corrida presidencial, em julho do corrente ano (2024), Nos Estados Unidos; bem como o incidente envolvendo Pablo Marçal (PRTB), que recebeu uma cadeirada do candidato José Luiz Datena (PSDB), ao desrespeitar as regras de um debate. Tais eventos não apenas abalam a confiança nas instituições democráticas, mas também reforçam um ambiente de incerteza e confronto, dificultando o diálogo e a busca

por soluções consensuais. Esses episódios revelam a complexidade e as ambivalências das narrativas políticas na contemporaneidade.

2.1 A ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO AO PODER

O contexto político que antecedeu a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência foi marcado por múltiplas crises que abalaram o sistema democrático brasileiro. A instabilidade econômica e institucional debilitou o governo Dilma Rousseff, enquanto os escândalos de corrupção, amplificados internacionalmente pela Operação Lava Jato, alimentaram uma crise de deslegitimação da esquerda. Paralelamente, a direita encontrava-se fragmentada, dividida em grupos com interesses e agendas distintas.

Esse cenário criou o ambiente ideal para que Bolsonaro, até então um deputado de relevância periférica, conhecido por declarações polêmicas de cunho machista, racista e autoritário, se reinventasse politicamente. De um parlamentar considerado “folclórico”, tornou-se o “mito” celebrado por uma nova direita, impulsionada pelas mobilizações de massa de 2015 e 2016. Assim, sua eleição em 2018 não foi apenas resultado de uma projeção social espontânea, mas sim de uma estratégia bem articulada, sustentada pelas alas mais conservadoras da direita, que enxergaram nele um outsider capaz de capitalizar o sentimento antipolítico e canalizar o descontentamento popular.

Em 2018, o cenário político brasileiro passou por uma transformação profunda, marcada pela vitória de um candidato que representava uma ruptura com as dinâmicas políticas estabelecidas. Jair Bolsonaro, parlamentar na época, conseguiu atrair o apoio de uma parcela expressiva da população, canalizando o descontentamento generalizado com a classe política, alimentado pela crise econômica, escândalos de corrupção e a perda da confiança nas instituições democráticas. Esse movimento de renovação política surgiu com uma retórica e críticas incisivas ao Partido dos Trabalhadores (PT), além de promessas de combate à corrupção e à violência, ressoando principalmente entre setores conservadores, religiosos, militares e defensores de pautas de segurança pública.

Brito et al. (2022) expõem que existe um processo acelerado de declínio democrático global na última década. Organizações internacionais e corpos de pesquisa que monitoram a qualidade dos regimes políticos, liberdades civis e o estado de direito observaram a expansão da autocratização e uma redução significativa em vários atributos democráticos em diferentes partes do mundo.

O fenômeno político que emergiu durante esse período se consolidou em torno de um discurso polarizador, que buscava demarcar uma ruptura com a chamada “velha política” e explorar as divisões ideológicas latentes na sociedade brasileira. A campanha eleitoral de 2018 foi marcada especialmente pelo uso massivo das redes sociais como principal plataforma de comunicação, permitindo a disseminação rápida de mensagens diretas e mobilizando eleitores de forma inédita até então. O apoio de grupos religiosos, o sentimento antipetista e o desejo de mudança em um contexto de insatisfação foram fatores determinantes para o êxito de Jair Bolsonaro em sua corrida presidencial, em 2018, visto que conseguiu aproveitar o momento de crise de representatividade para se apresentar como a alternativa fora do sistema.

Castells (2018) afirma que a democracia não pode ser considerada representativa a menos que os cidadãos sintam que estão sendo representados. Segundo ele, a força e a estabilidade das instituições dependem da percepção dos cidadãos. Quando há um rompimento entre o que os cidadãos pensam e as ações daqueles a quem elegem, ocorre uma crise de legitimidade política, manifestada pelo sentimento de que os atores do sistema político não os representam. Embora a democracia liberal teoricamente se autocorrija com a pluralidade de opções e eleições periódicas, na prática, a escolha se limita às opções já enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade (Castells, 2018).

Raniere e Maraschin (2017), em “*Uma Democracia em Colapso: O Esgotamento do Possível e a Experiência Ética*”, discutem o descrédito nas experiências coletivas no Brasil após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que inicialmente gerou grandes expectativas de participação democrática e transformação social. Segundo os autores, menos de trinta anos depois, a crença de que o país havia alcançado um patamar mínimo de institucionalidade foi desconstruída, resultando em frustração e esgotamento das possibilidades democráticas. Eles destacam que essa frustração ocorre em um contexto de uma onda conservadora global que questiona o regime democrático, e afirmam que em momentos de colapso e crise surgem condições para que a experiência ética se torne central, abrindo espaço para novas possibilidades de existência e ação coletiva (Raniere; Maraschin, 2017).

Na atual conjuntura político-social, Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que as democracias geralmente não morrem de maneira dramática, como em golpes de Estado, mas sim gradualmente e de forma sutil, pelas mãos de líderes eleitos. Esses líderes subvertem as instituições democráticas de dentro, usando métodos que parecem legais e são muitas vezes apresentados como esforços para melhorar a eficiência governamental ou combater a corrupção. No entanto, essas ações corroem a essência da democracia enquanto mantêm uma fachada

democrática, fazendo com que os cidadãos acreditem ainda estar vivendo em uma democracia, mesmo que suas bases estejam sendo minadas.

O processo de erosão democrática inclui várias etapas, como a captura e controle dos tribunais e outras instituições neutras, a eliminação ou neutralização dos rivais políticos e a redução da liberdade de imprensa. Esses passos são frequentemente realizados de maneira incremental, tornando difícil para os cidadãos perceberem a mudança. A erosão acontece em pequenos passos que muitas vezes são quase imperceptíveis (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Para Runciman (2018) a democracia não precisa necessariamente colapsar de maneira imediata; seu fim pode ser um processo gradual, onde as instituições perdem lentamente sua eficácia e a confiança pública se desgasta. Ele compara esse processo a uma crise de meia-idade, onde tentativas de revitalização podem, na verdade, acelerar a decadência.

Runciman (2018) argumenta que a crise atual da democracia é multifacetada. Ele menciona que enquanto os exemplos históricos de colapso democrático, como os golpes militares do século XX, são instrutivos, eles podem não ser os melhores guias para entender as ameaças contemporâneas. As novas formas de erosão democrática podem ser mais sutis e menos visíveis, como o enfraquecimento do estado de direito, a manipulação da opinião pública através de tecnologias digitais e a crescente desconfiança entre cidadãos e governantes, sugere que a democracia moderna enfrenta desafios internos profundos, que se manifestam na desilusão com as elites políticas, na polarização extrema e na incapacidade de resolver problemas complexos. Ele alerta que, sem uma reflexão crítica e ações concretas para fortalecer as instituições democráticas, a democracia pode continuar a se deteriorar, até que seu fim se torne inevitável (Runciman, 2018).

Segundo Bobbio (1994), a direita e a esquerda se distinguem, sobretudo, pela relação que cada uma estabelece como o princípio da igualdade. Enquanto a esquerda defende a necessidade de reduzir desigualdades sociais e econômicas por meio da ação do Estado, promovendo justiça social, a direita aceita a desigualdade como parte natural da sociedade, priorizando a liberdade individual e a menor intervenção estatal. Para Bobbio (1994), essa distinção não é fixa ou absoluta, pois os contextos históricos e sociais influenciam a forma como esses espectros políticos se manifestam e se redefinem ao longo do tempo.

Brito et al. (2022) expressam que o modo atual de autocratas minarem a democracia envolve manter processos democráticos formais, como eleições regulares, enquanto simultaneamente erodem normas democráticas, como o estado de direito e liberdades civis. Isso levou ao surgimento de “regimes híbridos” que combinam características democráticas e autoritárias. Em regimes híbridos, as eleições frequentemente servem como fachada para

legitimar autocratas, que manipulam processos eleitorais, restringem o acesso à mídia e intimidam opositores políticos. As reeleições nesses contextos aprofundam a autocratização ao consolidar o poder no executivo e enfraquecer a independência de outras instituições (Brito et al., 2022).

No texto “*Democracia em Risco*”, Teperman (2020) discute a relação entre autocracia e democracia, destacando os perigos que as democracias enfrentam na contemporaneidade. Uma das principais ameaças é a ascensão de políticas autoritárias e totalitárias, que podem emergir em contextos de instabilidade política. O autor argumenta que a experiência democrática está sob risco devido a transformações específicas, como a restrição da liberdade de expressão, a negação do outro como sujeito e a regressão da razão. Esses fatores podem favorecer a identificação de massa e a emergência de uma situação política regressiva, levando a uma democracia inclusiva ou exclusiva, dependendo de como as sociedades negociam sua condição individual diante de formações de grupo e de massa (Teperman, 2020).

Segundo Lopes de Souza (2022), a democracia contemporânea enfrenta desafios significativos, entre eles a disseminação da pós-verdade, o tecnopopulismo, as milícias digitais e os discursos de ódio. Esses elementos têm se infiltrado nas agendas políticas brasileiras, gerando uma crescente desconfiança nas instituições democráticas. O autor argumenta que essa situação leva a um estado “pós-democrático”, onde a democracia ainda existe formalmente, mas sem o conteúdo substancial e vinculante que deveria caracterizá-la, funcionando mais como um simulacro apaziguador do que como um sistema genuíno de governança participativa (Lopes de Souza, 2022).

Levitsky e Ziblatt (2018) destacam exemplos de países que, após trajetórias democráticas, tornaram-se autocráticos sob líderes eleitos que subverteram suas instituições democráticas. A Venezuela é um caso emblemático, onde Hugo Chávez, eleito em 1998, gradualmente concentrou poder, adiando referendos e modificando a composição da Suprema Corte para garantir sua reeleição contínua. Após a sua morte, Nicolás Maduro continuou o legado autoritário, culminando em 2017 com a criação de uma Assembleia Constituinte unipartidária que usurpou o poder do Congresso, transformando a Venezuela em uma autocracia. Situações semelhantes ocorreram na Turquia com Recep Tayyip Erdoğan, que usou uma tentativa de golpe em 2016 para justificar um estado de emergência e expurgos massivos, e na Hungria com Viktor Orbán, que desde 2010 tem reconfigurado instituições independentes para consolidar seu poder.

A Rússia também é mencionada como um exemplo significativo de retrocesso democrático. Vladimir Putin, inicialmente ascendeu ao poder em meio a crises de segurança no

final dos anos 1990, que utilizaram para justificar uma repressão ampliada. Putin tem consistentemente enfraquecido a oposição e reforçado seu controle sobre o governo, utilizando eventos de segurança nacional para aumentar sua popularidade e justificar medidas autoritárias. Esses casos exemplificam como líderes eleitos podem transformar gradualmente democracias em regimes autocráticos, subvertendo instituições democráticas de maneira sutil e muitas vezes legal, mantendo um verniz de democracia enquanto corroem sua essência (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Abranches (2020) aponta que líderes autocráticos manipulam regras eleitorais e exploram inseguranças e frustrações da população para se manter no poder. Exemplos de tais líderes incluem Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Vladimir Putin, Victor Orbán, Recep Tayyip Erdogan e Bolsonaro. Esses líderes atacam a democracia por dentro, corroendo seus mecanismos de defesa e degradando o sistema democrático. A vulnerabilidade à tentação autoritária é amplificada pela crise da democracia, tornando setores da sociedade suscetíveis às promessas de estabilidade e segurança feitas por líderes populistas com intenções autocráticas.

Batista (2024) explica que a principal distinção entre uma democracia verdadeira e uma autocracia eleitoral é a realização de eleições livres e justas. Este tipo de autocracia mantém a fachada de um processo democrático, mas na prática impede a verdadeira competição política e a alternância de poder. Batista argumenta que o aumento global de autocracias eleitorais reflete um fenômeno onde líderes autoritários usam eleições fraudulentas para legitimar seu poder, em vez de abandoná-las completamente. O estudo mostra que, apesar do número crescente de eleições ao redor do mundo desde os anos 1940, a qualidade dessas eleições tem diminuído em muitos casos, resultando em um aumento das autocracias eleitorais. Esse fenômeno é evidenciado por dados que indicam uma deterioração nos níveis globais de democracia, com um aumento significativo da população mundial vivendo sob regimes autoritários (Batista, 2024).

Scerb (2021) discute a dinâmica do populismo de direita e sua relação com a democracia contemporânea. Ele argumenta que os movimentos populistas de direita surgem como uma resposta às falhas da democracia liberal, enfatizando a vontade popular e o engajamento direto dos cidadãos. O autor destaca que, ao contrário do que se pode pensar, esses movimentos não se caracterizam pela passividade dos cidadãos, mas pela sua ativa participação na vida pública, muitas vezes sem a mediação de instituições tradicionais como a imprensa e os partidos políticos (Scerb, 2021).

Lopes de Souza (2022) também ressalta que no estado “pós-democrático” não há limites rígidos ao exercício do poder, resultando em uma perigosa proximidade entre o poder

econômico e político, quase se identificando novamente sem pudor. Nos últimos cinco anos, os ataques à democracia no Brasil culminaram na fragilização de seu conteúdo formal e ideal. Esse cenário alimenta um ambiente de antipolítica e agrava a desconfiança nas instituições, reforçando a percepção de que a democracia, tal como praticada, não atende às necessidades e expectativas da sociedade (Lopes de Souza, 2022).

Para Abranches (2020), a democracia é um sistema político caracterizado pela imprevisibilidade dos resultados eleitorais e pela inclusão de diversas vozes e interesses. Ele observa que a democracia está em crise, refletida pela desconfiança na política e a insatisfação com os partidos e políticos tradicionais. Esta crise é agravada por falhas de governança, que resultam em ciclos de expansão econômica seguidos por recessão e persistentes déficits sociais. A legitimidade da democracia depende de sua capacidade de fornecer soluções eficazes e duráveis para os problemas da população. Para Abranches (2020), melhorar a qualidade democrática requer reformas que reconstituam canais de renovação da elite política, democratizem a vida dos partidos e aproximem as instituições do cotidiano dos cidadãos.

Scerb (2021) também examina o caso do governo Bolsonaro no Brasil como um exemplo emblemático dessa tendência. Ele aponta que Bolsonaro mobiliza o ressentimento de uma população que se sente marginalizada e ameaçada por mudanças sociais e culturais. A comunicação direta com seus seguidores, frequentemente através das redes sociais, e a rejeição às instituições estabelecidas são elementos centrais de sua estratégia política. Apesar de criticar o caráter reacionário e anti-igualitário do populismo de direita, Scerb (2021) reconhece que sua força reside na capacidade de mobilizar e representar de forma autêntica os interesses e os medos das pessoas comuns.

Teperman (2020) menciona a influência da democracia digital, que prometia inclusão, mas sofreu com a perda de legitimidade das instituições mediadoras como a imprensa e o Judiciário. A internet, ao aproximar as pessoas do funcionamento da ciência, desfez o mito da autoridade unificada da ciência, abrindo espaço para ideias anticientíficas. Além disso, a política do pânico e a erosão da democracia constitucional no Brasil, exemplificadas pela ascensão de Jair Bolsonaro, representou uma ameaça à integridade democrática. Bolsonaro, com sua retórica contra a Constituição e a defesa da supressão de direitos, aprofundou a crise democrática, refletindo um movimento global de agressão à democracia (Teperman, 2020).

Essa tendência global é refletida no Brasil, especialmente desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, onde a erosão democrática se aprofundou de várias formas. Segundo Brito *et al* (2022), durante seu mandato, Jair Bolsonaro adotou diversas ações que caracterizaram um movimento em direção à autocracia. Ele frequentemente utilizou uma retórica agressiva contra

opositores políticos e minorias, buscando deslegitimá-los e tratá-los como inimigos. No campo da educação, promoveu o controle político-ideológico, apoiando movimentos como “Escola Sem Partido” e interferindo na autonomia universitária com nomeações políticas de reitores. Além disso, implementou tecnologias de vigilância e utilizou a Lei de Segurança Nacional para investigar críticos, ampliando violações à privacidade e atacando liberdades civis (Brito *et al*, 2022).

Mattos (2022), argumenta que, embora o Brasil não tenha um regime político fascista, existe uma democracia burguesa deteriorada e em crise. Bolsonaro é retratado como parte de um movimento neofascista, mas o regime vigente é predominantemente democrático, apesar das características autocráticas que se manifestam através da repressão das demandas populares e da manutenção da ordem burguesa.

Bigatão et al. (2022) expõem que Bolsonaro também buscou reformas institucionais para consolidar seu poder, incluindo propostas para aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal e alterar a lei antiterrorismo para criminalizar movimentos sociais. Houve interferências diretas na legislação educacional e no Exame Nacional do Ensino Médio, visando controlar ideologicamente o conteúdo educacional. Essas ações refletem uma tentativa sistemática de enfraquecer as instituições democráticas e concentrar o poder executivo, caracterizando a trajetória autocrática de seu governo.

Em um ataque às normas democráticas, Bolsonaro fez repetidas acusações infundadas sobre a segurança das urnas eletrônicas, buscando minar a confiança no sistema eleitoral. Além disso, houve um desfile militar em Brasília no dia da votação da PEC do voto impresso, interpretado como uma tentativa de intimidar o Congresso. Essas ações, junto com declarações de apoio a um possível uso das forças armadas como “poder moderador”, indicam uma tendência autoritária de utilizar instituições militares para influenciar ou coagir processos democráticos (Bigatão et al., 2022).

Costa e Mendes (2022) pontuam que o bolsonarismo é descrito como um recrudescimento da autocracia burguesa, intensificando a subordinação ao capital estrangeiro, apesar da retórica nacionalista. O governo Bolsonaro representa uma nova etapa de dependência neocolonial e contrarrevolução permanente, manifestada por contrarreformas neoliberais e políticas públicas que aprofundam o caráter autocrático do Estado brasileiro. Mendes (2022) concluem que a violência e o controle são ferramentas essenciais para manter a dominação burguesa, impedindo transformações revolucionárias e perpetuando práticas arcaicas de exploração sob uma ideologia mercantil e individualista.

Mattos (2022) ressalta a longa tradição de autocracia burguesa no Brasil, influenciada pelo desenvolvimento tardio do capitalismo no país e pela dependência econômica das potências capitalistas centrais. Esse contexto histórico, conforme explica Mattos, contribuiu para a resistência da burguesia brasileira em adotar um modelo liberal-democrático, preferindo uma postura de contrarrevolução preventiva contra as lutas da classe trabalhadora. Assim, o governo Bolsonaro é visto como uma continuação dessa tradição autocrática, utilizando elementos do neofascismo para manter a estabilidade da ordem capitalista no Brasil (Mattos, 2002).

Bolsonaro apostou na militarização e influência das forças armadas (Bigatão et al., 2022). Em 2021, houve uma intensificação significativa da presença e influência das Forças Armadas na política brasileira. Bolsonaro buscou instrumentalizar as forças armadas para benefício político pessoal, resultando em tensões cívico-militares. Exemplos incluem a nomeação de militares em posições-chave e o uso das forças armadas para pressionar e intimidar outros poderes e instituições democráticas.

Boito (2024) descreve o bolsonarismo como um movimento reacionário de massa, com forte apoio das classes médias e de pequenos proprietários, que adotam uma ideologia de extrema-direita e defendem a submissão das instituições democráticas aos seus interesses. Ele destaca que o discurso bolsonarista inclui elementos como a anticorrupção, anticomunismo, antipetismo e anti-esquerda, que são utilizados para mobilizar o apoio popular e justificar uma postura autoritária e repressiva. Além disso, Boito (2024) enfatiza que o governo Bolsonaro implementa políticas econômicas neoliberais radicais, que favorecem o capital financeiro internacional e a burguesia local, promovendo a abertura econômica e a redução dos direitos sociais e trabalhistas. Essa dualidade entre autoritarismo político e liberalismo econômico, segundo Boito, resulta em uma erosão das instituições democráticas brasileiras e uma militarização crescente do Estado, com oficiais das Forças Armadas ocupando cargos de destaque no governo, o que reflete uma influência militar significativa na política brasileira contemporânea (Boito, 2024).

De acordo com Dourado et al. (2024), o governo de Jair Bolsonaro utilizou a contestação das urnas eletrônicas como uma estratégia central para mobilizar suas bases mais radicais e minar a confiança nas instituições democráticas brasileiras. Os autores destacam que, durante esse período, houve um aumento significativo de publicações em plataformas digitais, como Facebook e YouTube, questionando a integridade do sistema eleitoral brasileiro. Essa campanha de desinformação visava alimentar teorias da conspiração, principalmente durante as

eleições municipais de 2020, criando um ambiente de desconfiança generalizada que poderia justificar ações autoritárias em nome da “proteção” da democracia (Dourado et al., 2024).

Dourado et al. (2024) também explicam que as tentativas de Bolsonaro de reintegrar o voto impresso no sistema eleitoral, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, fizeram parte desse esforço mais amplo para questionar a legitimidade do processo eleitoral brasileiro. O discurso sobre a suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas continuou a ser uma ferramenta política utilizada por Bolsonaro para mobilizar seu eleitorado e desafiar as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Dourado et al. (2024) argumentam que essa contestação das urnas e do sistema eleitoral foi crucial para a consolidação do bolsonarismo como um movimento que busca deslegitimar as normas democráticas e fortalecer o autoritarismo no Brasil.

2.2 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA MÍDIA

A mídia, enquanto um influente veículo de comunicação nas sociedades, pode ter um impacto significativo nas dinâmicas sociais, moldando, de maneira complexa, as atitudes, crenças e valores dos indivíduos. Por meio de sua capacidade de selecionar e transmitir informações, a mídia não se limita apenas a refletir a realidade, mas pode, em certo grau, contribuir para a construção do imaginário social, influenciando a forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor.

Alexandre (2001) expõe que a mídia, não apenas reflete a realidade social, mas também participa ativamente na construção dessa realidade, influenciando comportamentos e promovendo mudanças sociais ao incorporar novas informações e atualizar constantemente as representações sociais dentro de diferentes contextos de comunicação.

Para Porto (2009), a mídia desempenha um papel central na mediação e interpretação dos fatos, influenciando como a sociedade compreende e reage aos diversos fenômenos sociais. Ao apresentar acontecimentos, a mídia simultaneamente silencia outros, criando uma narrativa seletiva que pode moldar a percepção pública e orientar condutas sociais. Dessa forma, a mídia não apenas reflete a realidade, mas também a constrói, participando ativamente da formação das representações sociais que guiam o comportamento coletivo.

De acordo com Araújo et al. (2018), a mídia tem um papel fundamental na formação do conhecimento, ao espalhar informações, ideologias, crenças e valores. Ela não é apenas um canal de comunicação, mas um espaço onde diferentes interesses e poderes disputam a liderança na criação e disseminação de narrativas. Essas narrativas influenciam a forma como a sociedade

entende e processa informações, ajudando a construir consensos. Esse processo impacta diretamente as políticas públicas e molda a maneira como as pessoas se posicionam em relação a questões sociais complexas, como a violência e a segurança pública (Porto, 2009).

Guareschi (2007) pontua que os meios de comunicação são responsáveis por pautar a maioria do que é discutido na opinião pública. Dessa forma, um tema político, por exemplo, só ganharia relevância e seria debatido se a mídia de massa levasse esse assunto para o centro do debate. A escolha do tema a se pontuar, pode fazer com que outras matérias de interesse social não sejam conhecidas pelos cidadãos. Na mesma vertente, Guareschi et al. (2008) destacam que a mídia se caracteriza como campo de fabricação e difusão de sentido na sociedade, e tem o poder de influenciar ou mesmo construir a opinião pública, pois tem a capacidade de alcançar o coletivo social e de mobilizar a opinião das pessoas.

Para Guareschi (2000), a circulação de informação no grupo social tem o poder de edificar a forma como as pessoas constroem suas representações sociais acerca de suas relações com a materialidade. Guareschi et al. (2008) apontam que a reprodução das mídias na comunicação política serve para construir concepções da realidade aos sujeitos que a leem, assistem e escutam, dando a essa realidade conotações carregadas de valorações na informação, objetivando influenciar as condutas e motivações das pessoas acerca da ideia exposta.

Siqueira e Faria (2008) observam que a mídia não cria a maioria dos valores que encontramos na sociedade, mas dá voz e força a alguns deles. Esses valores acabam sendo apresentados como sonhos possíveis e desejáveis para todos, desde que as pessoas sigam os caminhos indicados por esses meios, como, por exemplo, padrões de comportamento, consumo e aparência. Castro et al. (2016) explica, em sua pesquisa, que a mídia impressa, como jornais e revistas, destaca-se por sua capacidade de difundir informações amplamente, criando um interesse comum entre o público. Esse sistema de comunicação visa a alcançar um grupo com identidade difusa, informando e moldando a percepção coletiva.

Rodrigues et al. (2015) discutem como a mídia pode construir percepções acerca de uma ideia. Em seu estudo, os autores analisaram matérias do jornal *Correio Braziliense*, revelando que as publicações do periódico reforçam a imagem dos usuários de crack como delinquentes e potenciais ameaças à ordem social. Por outro lado, o estudo aponta que o jornal perpetua a ideia de que a solução para o problema do crack reside na repressão policial e na internação compulsória dos usuários (Rodrigues et al., 2015).

Corrêa (2007) afirma que a mídia não apenas atua como um suporte para acessar os conteúdos criados e divulgados, mas também como um agente que molda e legitima práticas sociais. A mídia possui o poder de direcionar mensagens que reforçam determinados aspectos

e omitem outros, com o intuito de influenciar a percepção do público. Esse poder de influência e construção de realidade torna a mídia um ator central na formação das representações sociais.

De acordo com Ghilardi-Lucena (2012), a mídia é responsável não apenas por informar, mas também molda as atitudes e pensamentos das pessoas, influenciando a forma como a sociedade se percebe e se comporta. Para a autora, a mídia atua como uma mediadora entre a realidade e a percepção pública, contribuindo para a formação da opinião pública através do que é chamado de “discurso circulante”. Esse discurso é uma soma de enunciados que definem seres, ações e acontecimentos, e que circula na sociedade moldando o imaginário coletivo (Ghilardi-Lucena, 2012).

Félix e Santos (2012) discutem a mídia, ao veicular mensagens e imagens sobre a velhice, influencia significativamente a percepção pública dos idosos. As instâncias institucionais e as redes de comunicação são determinantes na construção dessas representações, intervindo em processos de influência e manipulação social. A comunicação social é, portanto, uma condição essencial para a criação e a cristalização dessas representações, que são observadas em múltiplas ocasiões e se apoiam em valores variáveis conforme os grupos sociais. Esse processo de representação social é vital para a forma como a sociedade entende e reage ao envelhecimento e aos idosos (Félix e Santos, 2012).

No estudo sobre a análise de matérias relativas aos estudantes universitários pela mídia impressa, Franco (2007) observa que os veículos de comunicação tendem a destacar os aspectos produtivos e socioculturais dos indivíduos, enquanto frequentemente negligenciam questões afetivo-relacionais e orgânicas. Essa tendência pode resultar em uma imagem fragmentada e distorcida da realidade, que não reflete com precisão as experiências e necessidades emocionais das pessoas.

A pesquisa conduzida por Borges (1999) examina a abordagem do trabalho, emprego e desemprego na mídia impressa, com foco em dois importantes veículos de circulação nacional no Brasil: o jornal *Folha de São Paulo* e a revista *Exame*. Por meio de uma análise de conteúdo, o estudo demonstra como a mídia pauta esses temas, evidenciando que ambos os periódicos tendem a adotar uma perspectiva elitista, priorizando a cobertura voltada ao trabalho de executivos e profissionais de alto nível hierárquico. Dessa forma, o papel da mídia é caracterizado como o de um agente que privilegia narrativas voltadas para interesses específicos, em detrimento de uma abordagem mais ampla e inclusiva que abarque a diversidade de perspectivas relacionadas às questões sociais (Borges, 1999).

Conforme analisado por Copetti e Quiroga (2018), em seu estudo sobre a influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem de adolescentes, verifica-se que a promoção

de padrões estéticos irrealistas, com ênfase na magreza, tem contribuído de maneira significativa para o aumento da insatisfação corporal e para o desenvolvimento de transtornos como a anorexia e a bulimia. Nesse contexto, a mídia exerce um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que dissemina padrões de beleza potencialmente prejudiciais, apresenta também a capacidade de os desmistificar e de fomentar o pensamento crítico entre adolescentes, aspecto essencial para a prevenção desses transtornos (Copetti e Quiroga, 2018).

O estudo de Gonçalves e Martínez (2014) investiga como os adolescentes percebem sua própria imagem corporal e de que forma a mídia influencia essa percepção, especialmente entre as meninas. Os autores destacam que a mídia desempenha um papel significativo ao ditar padrões de beleza centrados na magreza, frequentemente retratada como o ideal a ser alcançado. O estudo também evidencia como as mensagens midiáticas reforçam estereótipos de gênero, colocando as mulheres no centro dessas expectativas irreais, ao mesmo tempo que associam a magreza à aceitação social e ao sucesso na vida pessoal e profissional (Gonçalves e Martínez, 2014).

Pereira e Oliveira Filho (2024) destacam o papel preponderante da mídia na formação da percepção pública sobre a Operação Lava Jato, que foi amplamente projetada como uma cruzada contra a corrupção. A cobertura midiática não apenas posicionou figuras centrais, como o juiz Sérgio Moro, como símbolos de heroísmo, mas também influenciou significativamente a legitimidade da operação, fortalecendo o apoio popular por meio de vazamentos estratégicos e narrativas sensacionalistas.

De acordo com Monteiro (2023), a mídia desempenha um papel importante na formação da subjetividade humana ao influenciar comportamentos, valores e modos de pensar, substituindo a percepção objetiva da realidade por uma realidade simbólica construída através de discursos midiáticos. A autora aponta que os meios de comunicação, como jornais, TV, rádio e internet, não apenas moldam as referências culturais e sociais, mas também regulam a consciência do indivíduo sobre quem ele é e seu lugar no mundo. Essa influência, que se infiltra de forma gradual e contínua, promove uma constante reformulação da identidade, muitas vezes baseada no consumismo, na aparência e nas demandas sociais. Monteiro (2023) alerta ainda para a necessidade de uma postura crítica frente à mídia, que utiliza estratégias de manipulação para atender a interesses políticos, mercadológicos e ideológicos, afetando profundamente a construção da subjetividade e das relações sociais.

2.3 A MÍDIA E O BOLSONARISMO

A relação entre a mídia e o bolsonarismo, em 2018 e ao longo do governo de Jair Bolsonaro, foi marcada por uma dinâmica de confronto e manipulação discursiva, refletindo tanto a polarização política quanto as mudanças nos processos de comunicação em massa. Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro adotou uma postura crítica e hostil em relação aos grandes veículos de imprensa, acusando-os de parcialidade e de alinhamento com a “velha política” e com seus adversários – em especial, o PT. Essa estratégia de desacreditar a mídia tradicional foi complementada pelo uso intensivo das redes sociais, que permitiram a disseminação direta de suas mensagens e a mobilização de uma base de apoiadores sem a intermediação jornalística convencional.

Ao longo do mandato de Bolsonaro, o bolsonarismo continuou a se valer de táticas que tensionavam o papel da mídia, frequentemente utilizando retóricas de confronto e investindo na disseminação de informações controversas ou imprecisas – as chamadas *fakes news* –, a fim de desviar o foco de críticas e alimentar o discurso antissistêmico. Nesse contexto, a mídia também desempenhou um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que buscava manter sua função de fiscalização, muitas vezes se via envolvida na própria polarização política, o que contribuiu para a radicalização do discurso político e para a erosão da confiança nas instituições democráticas – incluindo a própria imprensa.

Miorando (2023) aborda a relação entre a mídia e o fenômeno do bolsonarismo no Brasil, explorando como a grande imprensa contribuiu para a construção de representações sociais que influenciaram o cenário político brasileiro. Para o autor a grande mídia brasileira construiu uma narrativa que fortaleceu o sentimento antipetista e, por consequência, favoreceu o crescimento do movimento bolsonarista.

Miorando (2023) destaca que o antipetismo não emergiu espontaneamente, mas foi meticulosamente construído por meio de estratégias midiáticas que remodelaram a percepção pública do PT e de Lula. Esse processo desempenhou um papel fundamental na ascensão da extrema-direita no Brasil, consolidando-se no fenômeno do Bolsonarismo. Durante o período pós-mensalão, a cobertura midiática intensiva serviu para cimentar uma imagem negativa do partido, associando-o consistentemente a escândalos de corrupção. Essa narrativa criou um terreno fértil para o crescimento de discursos antissistêmicos e antipolíticos, que Bolsonaro utilizou para projetar-se como um outsider, apesar de sua longa carreira política.

Bolsonaro adotou uma abordagem dual em relação à mídia, atacando veículos tradicionais enquanto busca moldar narrativas favoráveis por meio de plataformas alinhadas ideologicamente com sua agenda. De acordo com Fernandes e Presser (2021), essa estratégia faz parte de uma “guerra de narrativas” na qual o bolsonarismo busca controlar o discurso público, utilizando meios de comunicação para difundir informações que favorecem sua perspectiva, ao mesmo tempo em que desacredita a mídia tradicional como parte de uma elite “comunista”.

Algumas emissoras de televisão, ajudaram na popularização de Bolsonaro, apresentando-o frequentemente em seus programas e ajudando a criar uma imagem de “mito” ao redor de sua figura. Programas como “Pânico na TV” e “CQC” retratavam Bolsonaro de maneira carismática, muitas vezes destacando suas “mitadas” - ou seja, momentos em que ele conseguia sair por cima em discussões, além disso, por exemplo pode se citar a criação da TV Jovem Pan News em 2021 ilustra como a mídia pode atuar como uma extensão do discurso bolsonarista (Miorando, 2023).

Fernandes e Presser (2021) destacam que o bolsonarismo, explorou de forma estratégica a mídia para consolidar seu poder e disseminar suas narrativas. Os documentos indicam que, embora Bolsonaro frequentemente critique a imprensa, ele utiliza a mídia como um canal para reforçar suas ideias e atacar adversários políticos. A televisão, especialmente em programas de jornalismo policial, tornou-se um veículo para a disseminação de ideais bolsonaristas, onde o medo e a insegurança são explorados para justificar políticas autoritárias e reacionárias.

A análise de Cioccarri e Persichetti (2018) aborda a ascensão de uma onda conservadora no Brasil, refletida no aumento de parlamentares ligados a segmentos mais conservadores, como militares e religiosos. Bolsonaro é apresentado como um defensor fervoroso da flexibilização do porte de armas e da redução da maioria penal, além de ser envolvido em casos de racismo e misoginia amplamente divulgados. O estudo conclui que, mesmo criticando a grande imprensa, Bolsonaro utiliza a mídia para fortalecer sua imagem pública, exacerbando discursos de ódio e medo que reverberam intensamente na sociedade e na cobertura midiática, mostrando que espetáculo, política e mídia estão profundamente interligados.

Para Paula e Moura (2021), Bolsonaro é analisado como uma figura que utiliza a mídia para manipular e controlar a opinião pública. No caso de Bolsonaro, há menção ao uso de fake news e estratégias de comunicação que exacerbam o medo e a intolerância. As autoras exploram como os discursos de ódio de Bolsonaro, promove a violência e a exclusão de minorias. A mídia amplifica esses discursos, criando uma arena onde diferentes vozes e ideologias se chocam.

Segundo Vasconcelos (2021), Bolsonaro frequentemente desqualificava repórteres e empresas de comunicação, especialmente o Grupo Globo e a Folha de São Paulo. Apesar disso, a pesquisa mostra que a mídia brasileira foi mais condescendente com Bolsonaro comparado aos governos petistas. A cobertura crítica se intensificou apenas com o avanço da pandemia e a falta de reformas estruturais pelo governo.

Tanto *O Globo* quanto a *Folha de São Paulo* mostraram uma clara opção pelo antipetismo que favoreceu a eleição de Bolsonaro, com a grande imprensa brasileira historicamente se comportando como um partido de oposição às forças políticas progressistas. Este comportamento ajudou a criar um ambiente propício para a vitória de Bolsonaro, reforçando um discurso de negação da política e oposição aos governos trabalhistas (Vasconcelos, 2021).

A grande mídia no Brasil de acordo com Costa Pinto e Gentile (2020) é dominada por um oligopólio que se formou durante o período autoritário. Desde então, as forças democráticas têm enfrentado dificuldades para implementar regulamentações semelhantes às que existem nos Estados Unidos e na Inglaterra. Isso resultou em uma mídia que carece de pluralismo, onde diferentes perspectivas são ocasionalmente apresentadas por articulistas, mas dificilmente refletem nas linhas editoriais das empresas de comunicação.

A mídia brasileira passou a ser um espaço de crítica às ideias políticas da esquerda, ao mesmo tempo em que normalizou as concepções políticas da extrema direita. Essa normalização é evidente na maneira como Jair Bolsonaro foi retratado como tendo as mesmas visões antidemocráticas que Fernando Haddad, embora Bolsonaro não estivesse associado ao “campo impuro da corrupção” (Costa Pinto e Gentile, 2020).

2.4 OS ATOS DE 8 DE JANEIRO

Logo após as eleições de 2022, seguidores de Jair Bolsonaro, insatisfeitos com sua derrota nas urnas, ocuparam a entrada de diversos quartéis, em várias regiões do país, expressando demandas de natureza contestatória. Esses atores pediam que o exército brasileiro intervisse na posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, pois em suas convicções havia algum tipo de fraude na eleição presidencial (Rios, 2024). Tendas foram erguidas em uma extensa área do Quartel-General do Exército em Brasília, com a autorização do exército, para a permanência desses apoiadores no local. O acampamento, diante desse Quartel, situado no Distrito Federal, atuou como ponto de encontro para esses manifestantes, cujas ações foram

inflamadas pela retórica do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante e após o período eleitoral (Rios, 2024).

No dia 8 de janeiro de 2023, manifestantes invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília, promovendo atos de depredação nos edifícios do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e Palácio do Planalto. Uma facção do grupo adentrou a parte externa superior do Congresso, avançando para a área interna e chegando a salões que abrigam itens históricos apresentados ao Estado brasileiro, em seguida, vandalizaram o plenário do Senado Federal. Após confronto na Praça dos Três Poderes, os manifestantes dirigiram-se ao Palácio do Planalto, conseguindo acessar diferentes andares, resultando em vidros quebrados, móveis lançados para fora do prédio e equipamentos eletrônicos no chão, incluindo, pelo menos, um quadro rasgado (Rios, 2024).

O ataque sem precedentes às sedes dos três Poderes na história do Brasil foi marcado por atos de terror. Os perpetradores quebraram vidraças e móveis, vandalizaram obras de arte e objetos históricos, invadiram gabinetes de autoridades, rasgaram documentos e roubaram armas. Durante a sua investida, os bolsonaristas vandalizaram o Congresso por volta das 15 horas, superando as barreiras de segurança e ocupando rampas e lajes do Palácio do Congresso Nacional. Uma faixa com a inscrição “intervenção” foi estendida, revelando a intenção de instigar o caos como pretexto para uma intervenção militar (Reis et al, 2023).

O ataque foi caracterizado por momentos violentos, nos quais os manifestantes derrubaram uma viatura da Polícia Legislativa Federal no espelho d'água do Congresso Nacional. Imagens do local revelam o veículo com uma das rodas submersas na água, enquanto alguns participantes dos protestos tiram fotos e apontam para o carro tombado (Elias, 2023). Além disso, os agitadores atacaram um policial militar da cavalaria, agredindo tanto o policial quanto o cavalo. As cenas desses incidentes foram compartilhadas nas redes sociais. No vídeo, é possível visualizar um grupo se aproximando do policial e do animal, iniciando agressões e lançando objetos na mesma direção (Fernandes, 2023).

Os policiais militares que tentavam impedir o avanço dos vândalos em direção aos prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto tornaram-se alvos de ataques. Foram agredidos de diversas maneiras, com os invasores utilizando cones, grades de proteção dos edifícios, barras de ferro, porretes, pedras, fogos de artifício, e outros objetos. Cinco policiais militares ficaram encurralados no telhado do Congresso e foram empurrados de uma altura de três metros; mesmo após a queda, foram alvo de chutes e golpes com barras de ferro (Alves, 2024).

Os indivíduos que se encontravam nas sedes dos poderes da República começaram a ser dispersados por volta das 19h, cerca de 4 horas após o início, resultando em pelo menos 300 prisões em flagrante. A Polícia Militar do Distrito Federal desocupou o prédio do Congresso e mantém um contingente no local para evitar novos ataques. A tropa de choque retirou os manifestantes dos edifícios invadidos, ao mesmo tempo em que as prisões foram efetuadas. Alguns indivíduos transmitiram ao vivo, nas redes sociais, os atos de vandalismo que estavam perpetrando (O Globo, 2023).

Como consequência imediata dos atos, o Presidente Lula na noite de 8 de janeiro decretou intervenção na segurança pública do Governo do Distrito Federal, com intuito de reorganizar a ordem pública. No dia 9 de janeiro de 2023, o ministro do STF Alexandre de Moraes afastou por 90 dias o governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (Reis, *et al.*, 2023).

No dia 9 de janeiro, a Polícia do Exército e a Polícia Militar do Distrito Federal iniciaram o processo de desocupação da área em frente ao Quartel-General do Exército, que estava ocupada por apoiadores de Bolsonaro desde o final das eleições. Aproximadamente 1.200 pessoas foram detidas e transportadas em dezenas de ônibus até a Superintendência da Polícia Federal em Brasília. A região dos acampamentos foi retomada e o acampamento foi desativado. O interventor federal na segurança do Distrito Federal ressaltou que a reincidência de “manifestantes” não será tolerada (Agência O Globo, 2023).

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN

A abordagem de análise de conteúdo constitui uma ferramenta metodológica muito utilizada para a compreensão e interpretação de dados em campos de diversas áreas, como a comunicação, sociologia, história e ciências políticas, por exemplo. Sua relevância está intrinsecamente ligada à capacidade de examinar sistematicamente discursos e documentos, de modo a identificar não somente os padrões explícitos, mas as entrelinhas, o “não-dito”. No mundo contemporâneo, onde a informação é, conseqüentemente, o consumidor pode ser facilmente manipulado, essa abordagem se mostra eficaz para elucidar a complexidade de determinados fenômenos sociais.

Laurence Bardin estipula, em sua obra intitulada “*Análise de conteúdo*” (2016), propõe uma organização sistemática para conduzir uma análise de forma eficiente. Essa organização inclui: i) a pré-análise; ii) a exploração do material; e iii) o tratamento dos resultados obtidos e interpretações. Isso permite uma investigação detalhada do conteúdo em questão. De acordo com Silva (2019),

A análise de conteúdo proporciona uma classificação de todos os elementos textuais de maneira exaustiva e objetiva considerando o protocolo de pesquisa. E ainda permite que sobressaiam dos documentos as interpretações; a regularidade das ações aumenta o rigor da análise dos dados; essa ordenação rigorosa auxilia o pesquisador no controle de suas próprias perspectivas, ideologias e crenças, ou seja, controla a subjetividade em prol de uma maior sistematização, objetividade e generalização dos resultados obtidos (Silva, 2019, p. 21).

A primeira etapa (pré-análise) consiste na fase inicial do processo de análise de conteúdo, quando o pesquisador se familiariza com os dados. Durante essa etapa, o material deve ser lido repetidamente para que se possa desenvolver uma compreensão abrangente do conteúdo a ser analisado. Além disso, deve haver a definição do objetivo da análise, bem como estabelecer as questões de pesquisa que orientarão o restante do processo. Seleciona-se a necessidade de se delimitar os critérios de inclusão e exclusão, a fim de garantir a relevância dos dados. Por fim, o pesquisador deve estipular um plano de análise que inclui a definição das categorias ou unidades de análise que serão utilizadas para organizar os dados (Bardin, 2016).

A segunda fase (exploração do material) compreende o processo de atribuir rótulos ou códigos aos dados, de acordo com seu conteúdo e significado. Durante essa etapa, o material deve ser dividido em unidades de registro, que podem variar de palavras individuais a segmentos de texto maiores, dependendo da natureza do material. Cada unidade de registro é, então, atribuída a uma ou mais categorias de análise previamente definidas (Bardin, 2016). No

entanto, destaca-se que essa categorização não deve se limitar a uma aplicação mecânica de códigos; a qualidade da codificação depende da capacidade crítica do pesquisador em interpretar os dados e reconhecer as nuances presentes no material analisado. Assim, o processo de codificação exige cautela por parte do pesquisador para evitar vieses e garantir que os rótulos atribuídos estejam alinhados com os objetivos da pesquisa de modo a não distorcer os significados originais.

Franco (2005) revisita a metodologia de proposta por Bardin e amplia os princípios fundamentais de modo a explorar as potencialidades dessa técnica em diferentes campos de estudo. Um dos pontos críticos levantados por Franco é a tendência de alguns pesquisadores a tratar a análise de conteúdo como uma técnica meramente descritiva e mecânica. Ela alerta que, embora a categorização e a codificação dos dados sejam etapas importantes, a verdadeira profundidade da análise de conteúdo reside na capacidade interpretativa do pesquisador. Além disso, Franco (2005) enfatiza que a análise de conteúdo deve ser entendida como uma abordagem flexível, capaz de se adaptar às especificidades do material e das questões de pesquisa. Para a autora, a rigidez metodológica pode limitar a capacidade do pesquisador de capturar nuances e contradições presentes nos discursos. Assim, ela defende uma prática reflexiva e crítica, na qual a análise de conteúdo não seja apenas um meio de organizar dados, mas uma forma de desvelar relações de poder, ideologias e dinâmicas simbólicas que atravessam os textos.

Ademais, nessa fase também está o processo de estruturar os dados em categorias que agrupam informações de acordo com suas similaridades e relações significativas. Esse momento exige do pesquisador um olhar analítico capaz de identificar não apenas os aspectos evidentes (explícitos) do conteúdo, mas também as conexões subjacentes entre os elementos do discurso. Nessa etapa, são estabelecidas subcategorias para uma análise mais refinada e detalhada do conteúdo. Durante a categorização, a pesquisa examinará as relações entre as categorias e identificará padrões e/ou temas emergentes nos dados analisados (Bardin, 2016).

A terceira e última fase (tratamento dos resultados obtidos e interpretações) constitui a etapa final do processo de análise de conteúdo, na qual serão feitas inferências e análises sobre o significado dos dados. Durante essa etapa, o pesquisador examina o conteúdo das categorias e identifica, por meio de inferências, padrões, tendências e significados subjacentes. São feitas inferências sobre o significado dos dados em relação ao objetivo da pesquisa e são discutidas as implicações dos resultados. A interpretação de dados envolve uma análise reflexiva e crítica dos dados, levando em consideração o contexto da pesquisa e as questões investigadas (Bardin, 2016). Silva (2019) destaca que:

[a inferência] se associa a uma subjetividade do pesquisador que é guiada pelo conhecimento que se tem do referencial teórico, dos conceitos chave da teoria analisada. [...] tais elementos constituem o repertório teórico do pesquisador, sua bagagem de conhecimento, e, por essa razão, o resultado da análise pode variar em função da compreensão que o pesquisador adquire sobre o assunto (Silva, 2019, p. 30).

Franco (2005) aborda a distinção entre significante e significado na análise de conteúdo. Enquanto Bardin (2016) estabelece procedimentos detalhados para a identificação dos elementos manifestos dos textos (significantes), Franco (2005) propõe uma abordagem que também explore os significados latentes, ou seja, os sentidos implícitos e as intenções subjacentes nos discursos. Essa ampliação da análise permite uma compreensão mais crítica e contextualizada dos fenômenos estudados.

Mozzato e Grzybovski (2011) discorrem sobre a pertinência da análise de conteúdo no que diz respeito às pesquisas qualitativas. Para as autoras:

Há diferentes técnicas que podem ser utilizadas na execução de pesquisas diferenciadas, mas a análise de conteúdo consiste numa técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da administração, assim como na psicologia, na ciência política, na educação, na publicidade e, principalmente, na sociologia. [...] Qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação. Como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise [...] Nesse sentido, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada (Mozzato e Grzybovski, 2011, p. 733).

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo tem como objetivo aprofundar a compreensão e interpretação dos significados presentes no conteúdo, abrangendo aspectos textuais, visuais e verbalizações. Essa abordagem se destaca por proporcionar uma investigação sistemática, revelando padrões, tendências e significados latentes nos dados analisados. Ao identificar e categorizar elementos recorrentes, essa técnica possibilita a extração de informações sobre as mensagens e discursos presentes no material examinado (Bardin, 2016). Nesse contexto, Mozzato e Grzybovski (2011) pontuam que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados (Mozzato e Grzybovski, 2011, p. 734).

Uma característica fundamental da análise de conteúdo de Bardin (2016) reside em sua base na mensagem, que pode ser direcionada de diversas maneiras. Independentemente da forma como o emissor conduz a mensagem, esta inevitavelmente carrega consigo significado e

sentido. Essa premissa se reflete na diversidade de representações possíveis, que englobam modalidades verbais, escritas, gestuais, entre outras. A análise de conteúdo parte do pressuposto de que cada manifestação comunicativa possui uma natureza única, enriquecendo, assim, a compreensão dos fenômenos estudados (Bardin, 2016).

Nessa perspectiva, Silva (2019) pontua que, durante a fase de exploração do material, no processo de categorização, o pesquisador pode se ater a diversos critérios: “semântico, que considera temas (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido e expressivo), por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem” (Silva, 2019, p. 24). O autor resume que, durante essa fase, ocorre a “passagem dos dados brutos para dados organizados” (Silva, 2019, p. 25). Assim, realiza-se a classificação e agrupamento de elementos semelhantes presentes no material examinado em categorias ou temas específicos. Essa prática de categorização visa a simplificar a complexidade do conteúdo, possibilitando que a pesquisa identifique padrões e tendências nos dados.

De acordo com Bardin (2016), a “leitura flutuante” marca o início da pesquisa, sendo o momento em que são formuladas as hipóteses e metas a partir de uma análise exploratória dos documentos. Segundo a autora, essas hipóteses representam previsões iniciais sobre o fenômeno em estudo, as quais estão sujeitas a um processo de validação ou refutação ao término da pesquisa. Após essa fase, Bardin (2016) sugere a adoção de um índice estruturado em indicadores, que servirão de base para a fase de exploração do material. Nesse momento, os dados são codificados, um processo que implica a transformação sistemática do conteúdo em unidades (Bardin, 2016).

A pesquisa na análise de conteúdo de Bardin (2016) usa técnicas para conduzir a categorização, como a análise de frequência, que evidencia as palavras ou temas mais recorrentes, e a análise temática, que busca agrupar o material em torno de tópicos ou conceitos específicos. A categorização oferece uma estrutura que facilita a interpretação e compreensão dos dados.

Franco (2005) reconhece que a análise de conteúdo apresenta limitações, especialmente ao lidar com materiais complexos ou ambíguos, cujas interpretações não são facilmente categorizáveis. Para superar essas limitações, a autora propõe a combinação dessa técnica com outras abordagens, como a análise do discurso ou a hermenêutica. Essa integração metodológica possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos estudados, permitindo que o pesquisador considere tanto os aspectos formais e manifestos dos textos quanto os

significados latentes e contextuais. Tal complementaridade favorece uma análise mais rica e nuançada, na qual as diferentes perspectivas metodológicas se somam em vez de se excluírem.

Para Ricœur (1976), a hermenêutica é a chave para desvendar os múltiplos sentidos presentes nos discursos, enfatizando a necessidade de equilibrar a explicação objetiva e a interpretação subjetiva dos textos. Em sua obra *Teoria da Interpretação* (1976), o autor propõe que a análise do discurso deve transcender a superfície literal dos enunciados, buscando os significados ocultos que emergem da interação entre o texto e seu contexto histórico e cultural. Ricœur (1976) sugere que a interpretação é um processo dialético, em que o pesquisador alterna entre uma compreensão inicial (pré-compreensão) e uma análise crítica aprofundada, processo que ele denomina de “círculo hermenêutico”. O autor também diferencia o discurso falado e o discurso escrito, destacando que o texto escrito exige uma interpretação que leva em conta a autonomia do texto em relação ao seu autor e contexto original. Ao combinar a análise estrutural do discurso com a hermenêutica, Ricœur (1976) defende que a compreensão completa de um texto só é possível ao considerar os aspectos linguísticos, históricos e existenciais que moldam sua produção e recepção, permitindo uma visão crítica e transformadora do sentido.

Nesse contexto, Franco (2005) destaca a necessidade de equilibrar o rigor metodológico com uma sensibilidade interpretativa que considere os contextos socioculturais e históricos nos quais os discursos são produzidos, de modo a garantir uma leitura crítica que vá além da superfície dos dados.

Bardin (2016) e Franco (2005) abordam as unidades de análise na análise de conteúdo de maneiras que refletem suas distintas perspectivas metodológicas e interpretativas. Segundo Bardin (2016), a definição de unidades específicas é um procedimento central para garantir a sistematização e o rigor da análise. A autora distingue, em particular, duas formas essenciais de unidades: i) as unidades de registro e ii) as unidades de contexto. As unidades de registro representam os menores elementos do material que serão codificados e podem variar de palavras específicas a frases, parágrafos ou imagens, dependendo do objetivo da pesquisa. Já as unidades de contexto fornecem um enquadramento mais amplo para a unidade de registro, oferecendo os elementos necessários para uma interpretação correta e evitando que os significados sejam desvirtuados ou retirados de seu ambiente original. Para Bardin (2016), a seleção criteriosa dessas unidades durante a pré-análise assegura que a codificação seja objetiva e que a análise alcance inferências precisas e sistemáticas.

Por outro lado, Franco (2005) adota uma perspectiva mais crítica e flexível em relação às unidades específicas. A autora reconhece a importância de se definir unidades claras e organizadas, mas alerta para os riscos de uma categorização excessivamente rígida. Para Franco

(2005), é necessário considerar os significados latentes e subjacentes que se encontram além das estruturas explícitas dos discursos. Dessa forma, a autora propõe que o pesquisador mantenha uma abordagem dinâmica e adaptativa, permitindo que as unidades de análise possam ser redefinidas e ajustadas à medida que a pesquisa evolui. Isso facilita a captura de nuances, ambiguidades e contradições presentes nos discursos e garante que a análise seja sensível aos contextos sociais, históricos e ideológicos nos quais os textos estão inseridos.

No contexto contemporâneo, muito se discute sobre o aspecto multimodal dos textos (textos escritos, imagens, símbolos, artefatos, vídeos etc.). Essa multimodalidade apresenta uma complexidade que exige uma abordagem analítica cuidadosa e crítica para ser compreendida em sua totalidade. Esses diferentes modos de expressão não são meras ferramentas de comunicação, mas manifestações que carregam em si marcas de contextos sociais, culturais e ideológicos. Cada forma textual, independentemente de sua materialidade, reflete as relações de poder, as práticas discursivas e os valores predominantes na sociedade em que é produzida, disseminada e consumida.

Bateman (2008) propõe uma estrutura que integra os conceitos de multimodalidade e gênero textual, destacando como os diferentes modos - como textos escritos, imagens, gráficos e outros elementos visuais - trabalham em conjunto para construir significados específicos em contextos comunicativos diversos. Sua abordagem enfatiza a necessidade de um modelo sistemático que permita identificar e interpretar as relações entre esses modos de maneira rigorosa e coerente. Bateman (2008) argumenta que os gêneros textuais desempenham um papel fundamental na organização e interpretação dos elementos multimodais, oferecendo um referencial que facilita a compreensão de como esses elementos se combinam para produzir discursos eficazes e socialmente situados.

As teorias propostas por Bateman (2008) e Bardin (2016) apresentam pontos de convergência importantes ao oferecerem métodos sistemáticos para investigar diferentes formas de expressão e significação. Enquanto Bateman (2008) se concentra na análise de documentos multimodais, considerando como textos, imagens e outros elementos visuais interagem dentro de um gênero específico para construir sentido, Bardin (2016) propõe a decomposição rigorosa dos conteúdos em unidades menores para identificar padrões e temas recorrentes em discursos. Ambos os autores buscam mais do que uma leitura superficial dos materiais: sua preocupação central está em desvendar significados profundos e contextuais, seja por meio das relações entre os modos semióticos ou das categorias de análise textual. Integrar a perspectiva multimodal de Bateman (2008) com a análise de conteúdo de Bardin (2016)

permite ao pesquisador capturar não apenas a estrutura e organização dos elementos comunicativos, mas também as mensagens explícitas e implícitas que surgem dessa interação.

Nesse sentido, a interpretação de textos de modo geral demanda métodos analíticos que vão além da simples identificação de seus componentes. Ademais, a análise de conteúdo e a análise do discurso surgem como abordagens distintas e complementares para lidar com essa complexidade. De acordo com Mozzato e Grzybovski (2011),

Os textos podem ser considerados tanto uma unidade discursiva como manifestação material do próprio discurso; podem ter grande variedade de formas, ou seja, escritos, palavras, fotos, símbolos, artefatos, entre outros. Os textos só possuem significância, considerando a natureza de sua produção, disseminação e consumo. Dessa forma, Phillips e Hardy (2002) referem que a análise do discurso é, simultaneamente, método e metodologia e é sempre uma análise crítica. Por sua vez, Bardin (2006) enquadra a análise do discurso como pertencente ao campo da análise de conteúdo, salientando limitações inerentes a essa primeira. A respeito, considera-se que a análise de conteúdo procura relatar os significantes e a análise de discurso, o significado. Para tanto, esta última faz uso da linguística. Por mais que, aparentemente, a análise de conteúdo e a linguística tenham a linguagem como objeto, há uma distinção entre língua e palavra que faz toda a diferença. Dessa forma, o objeto na linguística é a língua e o da análise de conteúdo, a palavra (Bardin, 2006) (Mozzato e Grzybovski, 2011, p. 738).

Na aplicação da inferência na análise de conteúdo de Bardin (2016), a análise procura não apenas entender o que é manifestamente evidente, mas também desvelar o que está implicitamente contido nas mensagens e discursos sob escrutínio. Essa abordagem interpretativa acrescenta camadas de significado à análise, possibilitando uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno em estudo. Essa prática contribui significativamente para a robustez e a riqueza da pesquisa qualitativa conduzida por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016), enriquecendo a interpretação dos dados e a compreensão global do material analisado.

Desse modo, o presente estudo se apresenta como uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016). Os capítulos seguintes abordarão o percurso metodológico bem como a composição do corpus de investigação. A partir da coleta do material a ser analisado, a análise buscará identificar como os discursos midiáticos abordaram os atos e os atores envolvidos, além de investigar de que maneira a cobertura midiática pode ter influenciado a polarização e a percepção pública em torno do contexto político brasileiro contemporâneo.

4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada na análise documental, com o objetivo de analisar o conteúdo para compreender os significados e contextos presentes nos documentos selecionados. De acordo com Minayo (2002), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão profunda dos contextos e das subjetividades presentes nos registros analisados. A pesquisa documental é uma metodologia que valoriza a riqueza das informações contidas nos documentos, proporcionando uma análise detalhada e contextualizada dos fenômenos registrados, além de oferecer aos pesquisadores flexibilidade para explorar nuances e aspectos específicos, enriquecendo a análise com uma perspectiva sensível às singularidades de cada contexto (Minayo, 2002).

A pesquisa qualitativa documental busca explorar a complexidade e a subjetividade dos fenômenos sociais registrados, permitindo compreensões mais detalhadas e contextualizadas. O processo de obtenção de dados ocorre por meio da leitura dos documentos, com o objetivo de apreender informações relevantes para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados (Minayo, 2002).

Segundo Pope e Mays (2005), a pesquisa documental qualitativa está intimamente ligada à interpretação de fenômenos sociais registrados em materiais escritos, com ênfase nas interações sociais e comportamentos descritos. A abordagem visa a compreender os significados atribuídos a esses fenômenos nos documentos, refletindo as vivências e experiências sociais de determinado contexto.

Gil (1999) destaca a importância da pesquisa qualitativa para o desenvolvimento de estudos mais específicos, pois permite compreender em profundidade o contexto e a natureza do problema. Ele propõe que a pesquisa qualitativa tem como objetivo descrever e explicar a realidade social. No âmbito da pesquisa documental, essa abordagem se caracteriza pela análise cuidadosa dos documentos, permitindo ao pesquisador acessar informações fundamentais sobre o tema em questão. Os resultados não são quantificados, mas descritos e interpretados, oferecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos investigados (Gil, 1999).

Cellard (2008) argumenta que a escolha pela abordagem qualitativa documental é uma estratégia eficaz para pesquisadores das ciências sociais, pois os documentos oferecem uma forma única de reconstrução de eventos. Eles são fundamentais e, muitas vezes, insubstituíveis na reconstituição de acontecimentos de um período específico, representando frequentemente a maior parte dos vestígios das atividades humanas em momentos históricos. Em muitos casos,

os documentos são os únicos registros disponíveis de eventos passados, e, ao incorporar a dimensão temporal, desempenham um papel crucial na ampliação da compreensão dos aspectos sociais.

Fontana e Pereira (2023) acrescentam que os documentos são produzidos por autores com interesses diversos, atuando como testemunhas ao registrar eventos ou fenômenos específicos. Mesmo quando a forma original do documento é imaterial, ele continua sendo um suporte essencial para informações que ajudam a compreender os fenômenos.

Cellard (2008) também enfatiza que, para interpretar adequadamente um documento, é fundamental compreender a identidade do autor, seus interesses e os motivos que o levaram a escrever. O autor argumenta que é difícil entender os interesses de um texto sem conhecer quem o escreveu, suas intenções e o público a quem ele se destinava. Compreender a identidade do autor permite uma análise mais precisa da credibilidade do texto, da interpretação dos fatos, das posições assumidas nas descrições e das formulações que podem influenciar a reconstituição de um acontecimento.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objeto as matérias publicadas na versão digital do site Jovem Pan¹, escolhido por ter realizado cobertura jornalística dos eventos de 8 de janeiro e ainda a por se tratar de um veículo de comunicação com forte vinculação aos grupos conservadores de direita.

4.1 DA JOVEM PAN

O grupo Jovem Pan iniciou as suas atividades em 1942. Fundada por Paulo Machado de Carvalho, a emissora começou suas operações em São Paulo e, ao longo das décadas, expandiu sua influência, tornando-se uma referência no jornalismo e no entretenimento radiofônico. Conhecida inicialmente por sua programação musical, a Jovem Pan gradualmente diversificou seu conteúdo, incluindo transmissões esportivas, programas de variedades e jornalísticos, atendendo a um público cada vez mais amplo e diversificado (Zanolini, 2021).

Em 1965, ganhou o nome Jovem Pan e passou por uma grande transformação sob a liderança de Antônio Augusto Amaral de Carvalho, o Tuta. Ele trouxe, segundo Faria (2002), inovações e deu um novo foco à emissora, com programas jornalísticos marcantes, como o “Jornal da Manhã”, que se tornaria uma referência no radiojornalismo. Nos anos 1990, com a

¹ <https://jovempan.com.br/>

criação do Projeto Jovem Pan SAT, a emissora ampliou seu alcance pelo Brasil inteiro, levando conteúdo a um público muito maior.

De acordo com Faria (2022), a rede lançou seu portal na internet em 1997, visando a oferecer um extenso noticiário nacional e internacional em tempo real, durante todos os momentos do dia, através de uma equipe de jornalistas especializados na então emergente mídia digital. As notícias transmitidas pelo rádio eram imediatamente convertidas em formato digital, possibilitando que internautas ao redor do globo as acompanhassem. O portal da emissora se estabeleceu como um jornal digital abrangente, cobrindo eventos tanto no Brasil quanto no exterior, e oferecendo análises sobre diversos temas de interesse público (Faria, 2022).

Faria (2022) relembra que, a partir dos anos 2000, a Jovem Pan começou a explorar novas plataformas, como a Jovem Pan Online, e, em 2020, lançou o Panflix, um serviço de streaming que coloca toda a programação ao alcance de quem acompanha o grupo na internet. Em 2021, a emissora consolidou sua presença com o lançamento da Jovem Pan News, um canal de notícias 24 horas. Ainda segundo Faria (2022), com uma rede nacional de afiliadas e correspondentes internacionais, a Jovem Pan é mais do que um veículo de rádio; é um grupo de comunicação que conecta milhões de pessoas, levando informação, opinião e entretenimento a um público diversificado e engajado.

Em relação ao seu funcionamento e mudanças no decorrer dos anos, segundo Gerônimo (2024):

A Jovem Pan é um veículo tradicional brasileiro que tem sofrido transformações nos últimos anos a fim de se adaptar às mudanças causadas pelas novas tendências de comunicação [...], principalmente, na sua integração com a era das redes sociais, especificamente no que se refere à transmissão ao vivo de seus programas no Facebook e na internet. [...] Ao longo da sua trajetória, a Jovem Pan delineou um novo padrão de ouvintes, que participavam ativamente dos jornais, questionando e solicitando esclarecimentos sobre as notícias veiculadas. (Gerônimo, 2024, p. 103-108).

Conforme aponta Chagas e Da Cruz (2022), durante sua trajetória, a Jovem Pan atraiu um perfil de ouvintes que não apenas consomem, mas também participam ativamente dos programas jornalísticos, levantando questões e buscando esclarecimentos sobre as notícias. Esse público é caracterizado por seu nível de informação, engajamento e insatisfação. Para os autores, a relação entre a emissora e seus ouvintes é interativa e dinâmica, proporcionando um espaço para que eles expressem suas opiniões e contribuam com o conteúdo, tornando-os agentes ativos na busca por informação.

Ferraretto *et al* (2023) afirmam que o jornalismo da Jovem Pan tem se caracterizado por um estilo de informação opinativa e, em alguns casos, propagandística. Os comunicadores exibem um viés ideológico em suas reportagens, moldando a escrita conforme a linha editorial da emissora. Esse tipo de abordagem pode influenciar a percepção do público, promovendo uma visão polarizada dos fatos. Além disso, a prevalência de opiniões sobre dados objetivos pode comprometer a imparcialidade jornalística. Consequentemente, os espectadores podem ter dificuldade em distinguir entre fatos e interpretações subjetivas.

A Jovem Pan começou a se destacar no jornalismo político ao longo dos anos 2010, intensificando esse posicionamento com as manifestações de 2013 e, principalmente, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Programas como “Jornal da Manhã” e “Os Pingos nos Is” se tornaram espaços importantes para discussões e análises de temas atuais, frequentemente adotando uma postura crítica em relação ao governo e outras instituições. Esta linha editorial, marcada por profissionais com opiniões bem definidas e alinhada à nova direita liberal brasileira, atraiu uma audiência que compartilha desse ideário. No entanto, também gerou controvérsias e críticas, especialmente nas redes sociais e entre outros veículos de comunicação (Bertoncello, 2019).

A Jovem Pan conta em sua equipe com comentaristas políticos como Adrilles Jorge, Alexandre Garcia e Caio Coppolla, conhecidos por suas posições conservadoras e por manifestações favoráveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo Gerônimo (2024):

Esses comentaristas, ao criticarem consistentemente a esquerda e a figura do presidente Lula, contribuem para a construção de uma narrativa que fortalece a imagem de Bolsonaro e seus ideais nos meios de comunicação em que atuam. Esse alinhamento de discursos entre diferentes programas sugere uma abordagem coordenada na promoção dessas ideias específicas (Gerônimo, 2024, p. 159-160).

De acordo com Paganotti (2024) a Jovem Pan parece adaptar sua narrativa de modo a apresentar os fatos de uma maneira que reforça a visão de mundo de seu público leitor. Nesse aspecto, com uma extensa rede de rádios e um amplo alcance on-line, essa estratégia contribui para fortalecer sua influência sobre seus consumidores. Esse público, majoritariamente composto por indivíduos identificados com valores conservadores, inclui tanto ouvintes tradicionais, que consomem conteúdo radiofônico de forma habitual, quanto usuários digitais, que buscam análises e informações que reafirmem suas convicções sociopolíticas e ideológicas, estabelecendo um diálogo consistente com suas crenças e interesses.

4.2 PROCEDIMENTOS

Para construção do corpus de análise foram selecionadas matérias publicadas no site da Jovem Pan. As buscas foram realizadas pelo pesquisador principal, durante os meses de fevereiro a maio de 2024. Para tanto, foi utilizada a ferramenta de busca do próprio site, por meio da *tag*² “8 de janeiro”³, o que possibilitou identificar todas as matérias disponíveis nesse período e relacionadas aos eventos que são objeto desta investigação.

O recorte temporal para a seleção e análise dessas publicações corresponde ao período de 8 de janeiro de 2023 a 28 de março de 2024. A escolha desse intervalo temporal de aproximadamente 15 (quinze) meses permite conhecer o fenômeno desde os primeiros momentos de mobilização dos grupos em direção ao Congresso Nacional, os seus desdobramentos, bem como os eventos que lembraram um ano do evento.

O levantamento de dados seguiu quatro processos: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão. O primeiro procedimento (identificação) executado nesse processo foi a busca textual, no site da Jovem Pan, por meio da *tag* “8 de janeiro”, o que resultou em um total de 768 matérias publicadas. Essas informações foram organizadas em uma planilha, usando o *software* Microsoft Excel, contendo os seguintes itens: 1. Matéria; 2. Título; 3. Data; 4. Coluna; 5. Jornalista; 6. Tipo; 7. Formato; 8. Chamada; e 9. Link. A coluna “Matéria”, na planilha do Excel, foi utilizada para designar o identificador de cada matéria postada no site da Jovem Pan.

Em seguida, foi realizada a cópia dos textos das matérias em um único arquivo de texto, por meio do *software* Microsoft Word. Cabe ressaltar que os textos escritos nesse arquivo à parte foram copiados (transcritos) em sua totalidade, com o intuito de zelar pelo compromisso em manter a integridade do conteúdo original. As matérias também foram organizadas no Word seguindo uma sequência temporal, sendo numeradas de acordo com a ordem de publicação. A transcrição das matérias em um arquivo de texto se faz importante nesse processo, pois não há garantia de que, durante o momento de análise - ou até mesmo das leituras para a seleção do corpus -, a Jovem Pan mantenha aberto ao público, isto é, sem necessidade de assinatura, ou que as matérias permaneçam no banco de dados do site. Isso posto, há uma preocupação quanto à possibilidade de exclusão das matérias do âmbito virtual.

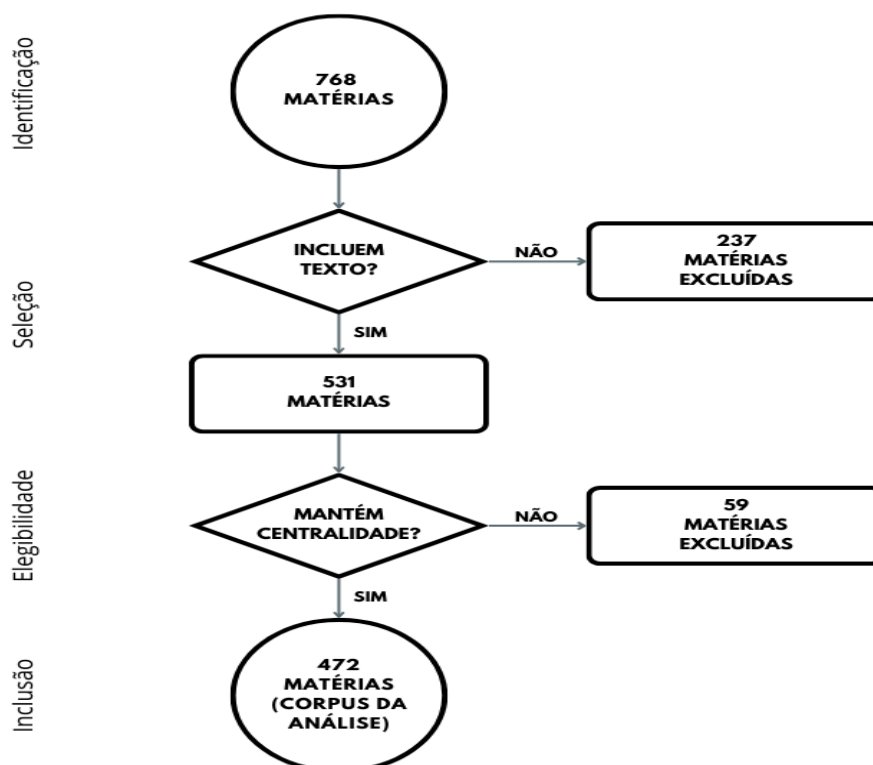
² O termo *tag* se refere a uma palavra-chave utilizada para categorizar e organizar informações em ambientes digitais, facilitando a busca e a indexação de conteúdo.

³ <https://jovempan.com.br/tag/8-de-janeiro>

Durante o processo de seleção, foram considerados os tipos de publicações que variam entre notícia, entrevista, artigo de opinião, enquetes e vídeos. No entanto, foi observado que nem todas as matérias possuíam elementos textuais. Algumas traziam apenas elementos audiovisuais, como vídeos, enquanto outras se tratavam apenas de enquetes, sem o acompanhamento de um texto dissertativo sobre o assunto. Assim, para fins de composição do corpus de análise, das 768 matérias, foram excluídas aquelas que se apresentavam como “vídeo” e/ou “enquete”. Mediante esses critérios de exclusão, foram descartadas 237 matérias, restando um total de 531 matérias.

Na etapa seguinte (elegibilidade), restaram 531 matérias para análise. A partir daí, aplicou-se um novo critério: manter apenas as matérias que abordassem diretamente os eventos de 8 de janeiro de 2023 e seus desdobramentos. Para tanto, foi realizada a leitura completa de todas essas matérias restantes, a fim de verificar sua elegibilidade para a composição final do corpus de análise dos dados, mediante o critério estipulado para essa etapa. Assim, sob essa óptica da análise documental, foram identificadas 59 matérias que não atendiam ao critério de elegibilidade estabelecido e, portanto, foram excluídas do corpus. Como resultado, o corpus final consistiu em 472 matérias. A Figura 1 ilustra, em forma de fluxograma, todas essas quatro etapas do processo de levantamento dos dados.

Figura 1 – Fluxograma do processo de busca e seleção de matérias analisadas.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.3 ANÁLISE

Os dados foram analisados na perspectiva da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Nesse sentido, na primeira etapa, foi realizada a leitura exaustiva e flutuante de todas as matérias selecionadas. Em seguida, foram identificadas as categorias temáticas e as unidades de significado, as quais subsidiaram a interpretação dos dados e a construção dos resultados à luz da literatura científica e do referencial teórico da psicologia social.

5 RESULTADOS

Conforme mencionado no capítulo anterior, dos pressupostos metodológicos, o corpus de análise foi composto por 472 matérias, publicadas entre janeiro de 2023 e março de 2024. Desse modo, este capítulo apresenta os resultados da análise das publicações dos eventos de 8 de janeiro de 2023 a partir do corpus selecionado das matérias publicadas pelo site Jovem Pan.

Os resultados estão estruturados para proporcionar uma visão clara e detalhada dos elementos centrais do material investigado. Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva dos dados coletados, destacando a quantidade e a regularidade das publicações feitas pela Jovem Pan durante o período analisado. Essa caracterização permite visualizar o volume total de conteúdo produzido, assim como os picos de cobertura jornalística relacionados aos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Em seguida, os resultados se estruturam em categorias temáticas que emergiram da análise de conteúdo das matérias. Essas categorias refletem os principais padrões discursivos identificados, como o enquadramento dos manifestantes, a interpretação dos atos enquanto expressão de contestação política ou de extremismo, e os modos de justificar ou condenar os acontecimentos.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS REPORTAGENS

A análise das publicações da Jovem Pan sobre os atos de 8 de janeiro revelam um padrão editorial marcado por quatro momentos de alta e quatro de baixa, que refletem os desdobramentos políticos e jurídicos desse evento na agenda pública. Os momentos de alta acompanham fases de grande relevância e impacto social, como os próprios ataques, a instauração da CPMI, o início dos julgamentos pelo STF e o ato simbólico “Democracia Inabalada” um ano depois. Em contraste, os períodos de baixa ocorrem em intervalos de menor atividade, como o recesso parlamentar ou a conclusão das principais etapas dos julgamentos, quando a cobertura cede espaço a outras pautas. Entre essas oscilações, há períodos intermediários em que a cobertura se mantém constante, especialmente durante as fases de apuração, depoimentos e discussões políticas. Esse fluxo revela como a mídia ajusta seu foco em função da dinâmica dos acontecimentos, oferecendo uma visão do papel dos meios de comunicação na construção e manutenção do debate democrático em tempos de crise institucional.

Acerca dos quatro momentos de alta que se destacam por seu impacto na estrutura democrática e no cenário político brasileiro, tem-se: os atos de 8 de janeiro de 2023; a instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos de 8 de janeiro de 2023; o início dos julgamentos dos réus pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, pelo Superior Tribunal Federal (STF), após os resultados das investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF); e o ato “Democracia Inabalada”, realizado em janeiro do corrente ano (2024), em alusão aos eventos de 8 de janeiro, marcando um ano do ocorrido.

Sobre o segundo momento observado, tem-se que, no dia 25 de maio de 2023, foi estabelecida a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) com o propósito de investigar os ataques ocorridos em 8 de janeiro aos Poderes da República. Os membros da CPMI enfatizaram que as investigações seguiram os procedimentos democráticos, visando esclarecer os fatos em vez de confirmar narrativas preestabelecidas. A CPMI ressaltou a relevância do seu trabalho para a democracia, destacando a necessidade de investigar como aqueles eventos foram construídos, incluindo possíveis orquestrações de golpe ou facilitações (Agência Senado, 2023). O plano de trabalho da CPI teve como objetivo investigar as responsabilidades pela invasão da Sede dos Três Poderes. Buscou-se esclarecer quem planejou, executou e se omitiu, quando legalmente deveria ter agido para evitar o ocorrido. Isso contribuiu para a identificação individual das condutas e a aplicação das sanções cabíveis. Além disso, visou esclarecer as ações que antecederam e deram origem à invasão dos prédios, à destruição de patrimônio e à agressão a agentes públicos (Gama, 2023).

No seu relatório final, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), sob a relatoria de Eliziane Gama (2023), solicita o indiciamento de 61 pessoas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado de ser o mentor intelectual dos atos antidemocráticos em Brasília. O documento alega que Bolsonaro mobilizou sua base política por meio do “gabinete do ódio”, uma rede estruturada para disseminar notícias falsas que atacavam a democracia, contribuindo para inflar a base Bolsonarista que invadiu os prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro (Agência O Globo, 2023).

No que diz respeito ao terceiro momento, Lobo da Costa (2023) destaca que a resposta institucional foi firme e refletiu um amadurecimento democrático. Segundo a autora, com os julgamentos dos envolvidos sendo conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal, esse momento sinaliza o compromisso das instituições com a justiça e a manutenção da ordem constitucional. Para ela, esse julgamento público e transparente buscou não apenas responsabilizar os envolvidos, mas também afirmar a solidez dos princípios democráticos no país. Assim, a punição dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília marca um momento crucial

para a democracia brasileira, demonstrando que ataques às instituições democráticas não devem passar impunes. A condução dos julgamentos pelo STF reflete o compromisso do país em preservar o Estado de Direito e garantir que ações contrárias à ordem constitucional sejam responsabilizadas.

Por último, de acordo com o e-Book elaborado pelo próprio STF, o evento “Democracia Inabalada”, realizado um ano após os atos de 8 de janeiro de 2023, representou um importante gesto de resistência e compromisso com a democracia brasileira. Organizado pelo Congresso Nacional, o evento reafirmou a determinação do país em proteger suas instituições e a estabilidade democrática. Mais do que uma cerimônia, foi um momento de reflexão sobre a importância de preservar o equilíbrio entre os poderes e garantir que eventos como os de 8 de janeiro não se repitam (Brasil, 2023).

A instauração da CPMI e o início dos julgamentos pelo STF foram fundamentais para o restabelecimento da ordem no país. A fim de estabelecer até qual momento seria válido incluir no recorte temporal delimitado para o corpus deste trabalho, tem-se o ato alusivo intitulado “Democracia Inabalada”, o qual ocorreu um ano após os eventos de 8 de janeiro de 2023. Nesse sentido, a abrangência até março do corrente ano se justifica para fins de levantamento de dados referentes ainda a esse momento que marcou e fortaleceu o ideário democrático no cenário político brasileiro contemporâneo.

Além dos momentos de alta, a análise das publicações da Jovem Pan revela também quatro períodos de baixa na cobertura jornalística, que ajudam a entender o fluxo editorial e o interesse midiático em torno dos atos de 8 de janeiro. Essas quedas refletem momentos de menor intensidade nos desdobramentos políticos e jurídicos relacionados aos acontecimentos, quando a cobertura cede espaço a outros temas de interesse público.

O primeiro período de baixa, ocorrido em fevereiro de 2023, reflete o cenário pós-ataque. Com o impacto inicial dissipado, a cobertura passou a focar em procedimentos formais, como as denúncias contra os participantes e suas prisões preventivas. A falta de novos eventos significativos reduziu a intensidade da cobertura, que se concentrou em aspectos burocráticos e judiciais do caso.

Já o segundo período de baixa, em julho de 2023, coincidiu com o recesso parlamentar. Com a pausa nas atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), a ausência de novos depoimentos ou revelações fez com que o interesse midiático diminuísse de forma natural. A cobertura entrou em compasso de espera até que novas sessões fossem retomadas.

O terceiro momento de baixa, nos meses de novembro e dezembro de 2023, reflete o encerramento das principais etapas dos julgamentos conduzidos pelo STF e a aproximação das

festas de fim de ano. Com os processos mais relevantes concluídos e a CPMI finalizada, o espaço dedicado ao tema na agenda jornalística diminuiu, abrindo caminho para outros assuntos nacionais. A estabilidade desse período contribuiu para que a cobertura se tornasse menos frequente, indicando um esgotamento temporário do interesse público.

Por fim, o quarto período de baixa, em fevereiro e março de 2024, demonstra uma cobertura residual após o ato simbólico que marcou o aniversário de um ano dos acontecimentos. Com a reflexão institucional já consolidada e sem novos desdobramentos relevantes, a cobertura voltou-se para outros temas da conjuntura política. Assim, os eventos de 8 de janeiro começaram a se estabelecer como parte do debate histórico e institucional do país, não mais como pauta urgente na mídia.

No que concerne aos períodos intermediários da cobertura dos atos de 8 de janeiro, observa-se que a Jovem Pan manteve atenção constante, embora sem a intensidade dos grandes marcos. São fases em que o interesse do público permaneceu ativo, alimentado por desdobramentos importantes, embora menos impactantes. Em março de 2023, por exemplo, a cobertura seguiu firme com as primeiras denúncias formais contra os envolvidos nos atos, enquanto a expectativa pelos próximos passos das investigações mantinha o tema em evidência.

Em agosto de 2023, as atividades da CPMI tiveram novos depoimentos e apurações que trouxeram à tona questões sobre responsabilidades e possíveis omissões. Isso movimentou o debate público, assegurando uma cobertura constante e sintonizada com os acontecimentos políticos.

Outros momentos, como maio e junho de 2023, apresentaram uma cobertura regular focada no desenrolar das sessões da CPMI. O interesse se sustentou pela expectativa de novidades e pela observação dos depoimentos de figuras centrais nos acontecimentos. Já em outubro de 2023, a cobertura acompanhou o ritmo dos julgamentos no Supremo Tribunal Federal, com novas condenações sendo anunciadas e reforçando o compromisso com a responsabilização dos envolvidos.

5.1.1 Do Fluxo de Matérias ao Longo do Tempo

Conforme já apresentado previamente, foram identificados padrões e características específicas no material analisado. Esses padrões proporcionam uma visão mais detalhada e estruturada do conteúdo, permitindo uma compreensão mais clara sobre a narrativa e os temas explorados pela mídia.

Ao analisar a Tabela 1, observa-se um padrão de publicações no site da Jovem Pan, ao longo do ano de 2023, diretamente relacionado aos desdobramentos dos atos ocorridos em 8 de janeiro daquele ano.

Tabela 1 – Número de publicações da Jovem Pan por mês

Mês	Número de Publicações (Frequência Absoluta)	% (Frequência Relativa)
Janeiro 23	100	21,18
Fevereiro 23	15	3,17
Março 23	30	6,35
Abril 23	80	16,94
Maio 23	47	9,95
Junho 23	26	5,50
Julho 23	16	3,38
Agosto 23	37	7,83
Setembro 23	46	9,74
Outubro 23	19	4,02
Novembro 23	10	2,11
Dezembro 23	10	2,11
Janeiro 24	29	6,14
Fevereiro 24	3	0,63
Março 24	4	0,84

Fonte: Elaborado pelo autor principal tendo como referência os dados obtidos pelo site da Jovem Pan (2024).

O primeiro grande pico de publicações foi registrado em janeiro de 2023, com 100 matérias, correspondendo a 21,18% do total anual. Esse número expressivo parece estar

diretamente relacionado aos atos de 8 de janeiro, nos quais manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

A relevância do evento e suas repercussões podem ter influenciado a intensidade da cobertura midiática, refletida no volume elevado de publicações pela Jovem Pan. Nesse contexto, o foco das matérias, aparentemente, concentrou-se tanto na descrição dos eventos quanto nas reações políticas, institucionais e sociais subsequentes - o que pode ter justificado a quantidade substancial de matérias divulgadas no início do ano.

Inicialmente, mediante a análise dos dados, percebe-se que a cobertura midiática se concentrou na tentativa de compreender o significado e a natureza dos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. À medida que os eventos se desdobravam - ainda naquele dia -, a mídia passou a reportar continuamente os acontecimentos, buscando maior clareza sobre os fatos. Esse esforço envolveu debates sobre como classificar o ocorrido, levantando questões sobre se se tratava de uma manifestação, de um ato de vandalismo ou de uma tentativa de golpe de Estado. As primeiras matérias foram publicadas em grande volume, refletindo o empenho em atribuir uma denominação adequada ao evento.

A cobertura jornalística de eventos excepcionais é frequentemente moldada pela necessidade de interpretar a natureza e as implicações desses acontecimentos. Tuzzo e Temer (2024) destacam que, no caso dos atos de 8 de janeiro de 2023, o telejornalismo brasileiro se concentrou em compreender e categorizar o evento, refletindo a complexidade das circunstâncias. A oscilação entre interpretações como manifestação, vandalismo ou tentativa de golpe de Estado evidencia a dificuldade de classificar um episódio de tal magnitude. Essa abordagem inicial priorizou tanto a descrição factual dos acontecimentos quanto as reações políticas e sociais subsequentes, resultando em um volume elevado de matérias, proporcional à relevância e dramaticidade do evento.

O segundo momento de maior destaque ocorreu em abril de 2023, com 80 publicações (16,94%). Esse aumento pode estar relacionado aos movimentos para a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A criação da CPMI provavelmente renovou o interesse midiático sobre o tema, uma vez que novos elementos e informações sugerem ter sido revelados durante as investigações, oferecendo novas perspectivas e indicando possíveis responsáveis pelos acontecimentos. Consequentemente, a cobertura parece ter se concentrado nos depoimentos, debates e descobertas promovidas pela CPMI, o que ampliou o espaço dedicado à análise e divulgação desse tema.

A instauração da CPMI teve como objetivo central a apuração dos fatos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023, bem como a identificação dos possíveis responsáveis (Brasil,

2023). No decorrer das atividades, a CPMI foi caracterizada por debates e divergências entre os parlamentares, envolvendo diferentes visões sobre os encaminhamentos e as interpretações dos fatos analisados. Enquanto apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro acusavam a comissão de parcialidade e perseguição política, outros grupos defendiam a necessidade de uma investigação ampla e rigorosa. Essa polarização resultou em disputas acerca da narrativa dos fatos e dos rumos das investigações, refletindo o clima de divisão política presente no debate público brasileiro.

Conforme destacam Carvalho e Rovida (2024), a CPMI de 8 de janeiro recebeu atenção midiática significativa, sendo amplamente abordada em matérias que frequentemente reforçaram a tese de que o governo e membros de sua estrutura possuíam conhecimento prévio sobre os atos planejados e, de forma deliberada, optaram por não os impedir. Carvalho e Rovida (2024) destacam que, no ambiente da mídia, o enquadramento dos eventos variou de acordo com as linhas editoriais, refletindo divisões ideológicas já consolidadas. De forma semelhante.

O terceiro pico significativo de publicações ocorreu em setembro de 2023, com 46 matérias (9,74%). Esse aumento pode estar relacionado ao início dos julgamentos dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, que provavelmente representou um momento importante no desdobramento das consequências legais decorrentes dos ataques às instituições, ou melhor, os Três Poderes.

Durante esse período, a atenção da mídia aparentemente se voltou para a aplicação de penalidades e para as discussões em torno da responsabilização individual e coletiva dos envolvidos. Esse cenário parece ter contribuído para um novo aumento na produção de conteúdo sobre o tema, o que sugere um interesse público renovado nos desdobramentos judiciais.

Esse momento pode ser interpretado como uma evidência da cobertura midiática voltada para o processo de responsabilização legal. No entanto, talvez, esse pico na quantidade de publicações tenha sido influenciado por uma busca por narrativas que, frequentemente, concentram-se mais nas figuras envolvidas do que nas questões relacionadas às causas e implicações desses eventos.

De acordo com De Mattos (2024), o STF implementou uma Política de Comunicação Social voltada à divulgação das ações da Corte, promovendo uma maior exposição institucional na mídia tradicional e nas redes sociais. Essa estratégia resultou, segundo a autora, em um aumento significativo do interesse midiático, especialmente na cobertura de momentos estratégicos. Após o ataque ao STF em 8 de janeiro de 2023, essas ações foram intensificadas

com iniciativas como a campanha #DemocraciaInabalada, que reafirmaram o compromisso do Tribunal com a defesa da democracia e a disseminação de informações confiáveis.

O quarto e último pico ocorreu em janeiro de 2024, com 29 publicações, correspondendo a 6,14% do total. Esse aumento parece estar associado aos eventos que marcaram um ano dos ataques de 8 de janeiro. A cobertura aparentemente foi renovada com análises e reavaliações das consequências institucionais e políticas desencadeadas pelos atos, além de debates sobre as medidas implementadas desde então para prevenir a repetição de eventos semelhantes.

Ao revisitar os acontecimentos um ano após os ataques, a mídia não se limitou a relemburar os fatos, mas também reforçou a necessidade de refletir sobre as medidas de segurança adotadas, as responsabilidades políticas envolvidas e as respostas institucionais implementadas. Esse retorno à pauta pública estimulou um debate sobre o que mudou desde então e o que ainda precisa ser aprimorado.

O interesse da grande mídia pelo evento que marcou um ano dos atos de 8 de janeiro de 2023 pode ser explicado pelas reflexões e discussões sociais que ele gerou, especialmente no que diz respeito ao impacto desses atos no sistema político do país e sobre os desafios para a preservação da democracia no contexto atual. A Jovem Pan destacou que a cerimônia reafirmou a força da democracia no país, embora tenha registrado críticas da oposição, que acusou o governo de utilizar o ato para fins políticos (Redação Jovem Pan, 2024). A BBC enfatizou a importância de permanecer vigilante em defesa da democracia, apontando que ainda há autoridades a serem responsabilizadas por incentivar os atos (Schreiber, 2024). Já a Carta Capital ressaltou o interesse da mídia internacional no evento, com veículos europeus destacando medidas para punir os envolvidos e iniciativas para fortalecer o sistema político brasileiro, mas observou que a polarização continua gerando tensões no cenário nacional (Rádio França Internacional, 2024).

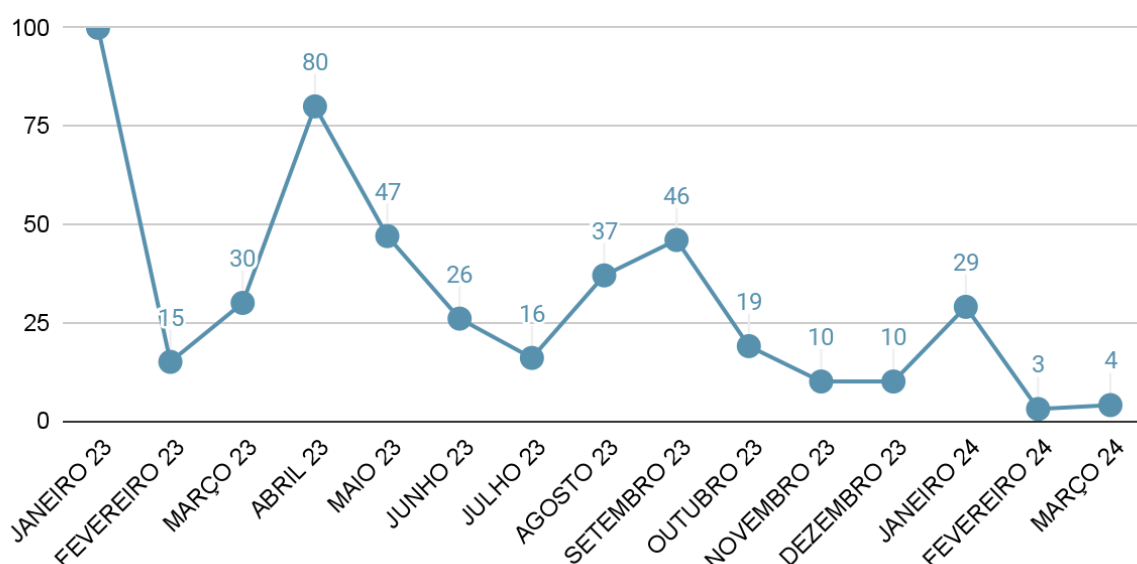
Como mencionado anteriormente, em contraste aos períodos de alta cobertura sobre os eventos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023, foi possível observar momentos de redução significativa na quantidade de publicações sobre o tema. No mês de fevereiro de 2023, registraram-se apenas 15 matérias (3,17%), enquanto julho apresentou 16 matérias (3,38%). Nos meses de novembro e dezembro, a cobertura caiu ainda mais, contabilizando apenas 10 matérias em cada mês (2,11%). Já em fevereiro e março de 2024, os índices de produção foram ainda menores, com 0,63% e 0,84% das publicações, respectivamente, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Essa variação indica que a cobertura midiática se intensifica em momentos em que novos fatos de impacto emergem, enquanto diminui em períodos de desdobramentos menos

frequentes ou menos relevantes. Tal comportamento reflete a dinâmica do ciclo noticioso, que tende a priorizar pautas de alta atratividade e apelo imediato. A oscilação na produção de conteúdo sobre os atos de 8 de janeiro de 2023 parece refletir tanto a influência do ritmo dos acontecimentos no interesse midiático quanto o possível papel da mídia na definição do debate público.

Santos (2023) observa como a mídia foi fundamental para influenciar a maneira como a opinião pública interpretou os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Segundo o autor, “utilizando estratégias de visibilidade e recorte, a mídia descreveu os manifestantes como vândalos e extremistas, enfatizando o vandalismo e a desordem” (Santos, 2023, p. 19). Para o autor, a cobertura midiática não só sensacionalizou os acontecimentos, mas também os contextualizou dentro de uma narrativa de continuidade histórica, comparando-os a outras crises democráticas, como a invasão do Capitólio dos EUA. Além disso, a mídia ressaltou a resiliência da democracia brasileira, apresentando os eventos como uma prova da força e do compromisso do país com os valores democráticos. Assim, a mídia atuou não apenas como repórter, mas como formadora ativa da narrativa histórica e política em torno do ocorrido (Santos, 2023).

Gráfico 1 – Quantidade de publicações
Número de publicações da Jovem Pan por mês



Fonte: Elaborado pelo autor principal tendo como referência os dados obtidos pelo site da Jovem Pan (2024).

5.1.2 Das Colunas

As matérias foram obtidas a partir de diversas colunas do site Jovem Pan, abrangendo uma ampla gama de temas. As colunas incluídas na pesquisa foram: Política, Jornal da Manhã, Brasil, Linha de Frente, 3 em 1, Opinião Jovem Pan, Morning Show, Pânico, Mundo, direto ao Ponto e Esportes. A Tabela 2 apresenta a quantidade de notícias publicadas por cada coluna do site Jovem Pan, distribuídas por mês, com as respectivas frequências absolutas e relativas.

Tabela 2 – Quantidade de notícias por coluna

Mês	Número de Publicações (Frequência Absoluta)	% (Frequência Relativa)
Política	296	62,71
Jornal da Manhã	98	20,76
Brasil	44	9,32
Linha de Frente	1	0,21
3 em 1	3	0,63
Opinião Jovem Pan	15	3,17
Morning Show	1	0,21
Pânico	4	0,84
Mundo	8	1,69
Direto ao Ponto	1	0,21
Esportes	1	0,21

Fonte: Elaborado pelo autor principal tendo como referência os dados obtidos pelo site da Jovem Pan (2024).

A coluna Política, com 62,71% das notícias na Jovem Pan, parece indicar uma forte ênfase na cobertura de temas políticos, possivelmente em resposta aos eventos de janeiro de 2023 e seus desdobramentos. Segundo a Jovem Pan (2024), a coluna trata de informações importantes sobre o Planalto, Congresso e Judiciário, além de bastidores, o que pode ampliar o espectro de assuntos abordados e atrair uma audiência mais interessada em política. A alta

frequência de publicações nessa área pode sugerir que a emissora busca atender a uma crescente demanda por conteúdo político, visto as consequências do ato no cenário político e social.

Os dados também podem indicar uma estratégia editorial da emissora voltada para atender às expectativas do público, que demonstra um interesse maior por informações detalhadas sobre o cenário político nacional gerado pelos eventos de 8 de janeiro de 2023. Nesse contexto, a ênfase na cobertura política pode sugerir que a emissora busca se posicionar como uma fonte de análise e debate sobre os desdobramentos desse evento para sua audiência.

A predominância da coluna Política pode sugerir um possível viés editorial, indicando que o evento de 8 de janeiro foi tratado principalmente como um ato político. Essa abordagem pode ter dado destaque às suas repercussões institucionais e partidárias, privilegiando discussões sobre os atores políticos envolvidos, suas motivações e estratégias, bem como os impactos sobre o governo.

A abordagem da Jovem Pan, segundo Ferraretto et al. (2023), caracteriza-se pela priorização de narrativas alinhadas ao gosto da audiência, reforçando um viés político que enquadra os eventos como fenômenos institucionais e partidários. Nas matérias publicadas, destaca-se o foco em atores políticos e suas ações relacionadas aos acontecimentos de 8 de janeiro, com o objetivo de atender à demanda do público por análises mais detalhadas do cenário político. Conforme Ferraretto et al. (2023), o conteúdo informativo reflete não apenas a centralidade da política na linha editorial da emissora, mas também um alinhamento ideológico que transforma a informação em um instrumento para reforçar a ênfase editorial predominante em temas políticos e seus desdobramentos.

O Jornal da Manhã é apresentado como a segunda coluna em número de publicações, representando 20,76% do total de notícias. Conforme a descrição da Jovem Pan (2024), esse programa é considerado o de maior audiência no país, reunindo comentaristas que discutem os principais temas do dia.

Essa visibilidade pode justificar o volume expressivo de matérias vinculadas ao programa, considerando que conteúdos produzidos por veículos de grande alcance têm maior probabilidade de serem desdobrados em publicações adicionais.

Segundo Chagas e Da Cruz (2022), o Jornal da Manhã, da Jovem Pan, é caracterizado como um programa que procura estabelecer uma separação clara entre a produção informativa e a opinativa, distinguindo-se de outros programas da emissora, como Os Pingos nos Is e Pânico. No entanto, os autores evidenciam que, apesar dessa proposta, o programa demonstra um alinhamento notório com uma agenda política neoconservadora, evidenciado pela predominância de fontes alinhadas a essa matriz política e pela ausência de vozes contraditórias

em suas reportagens (Chagas e Da Cruz, 2022). De acordo com Gans (1979), o horário matutino é estrategicamente relevante no jornalismo por ser o momento em que o público busca informações para moldar suas percepções iniciais do dia. Os noticiários transmitidos pela manhã têm um papel fundamental na definição dos temas de interesse e na formação da agenda midiática.

A coluna Brasil, que corresponde a 9,32% do total de publicações, tem como objetivo, de acordo com a Jovem Pan (2024), fornecer uma cobertura atualizada dos eventos que acontecem no Brasil.

A abordagem da coluna pode indicar um compromisso em manter o público informado sobre uma variedade de temas, podendo refletir uma estratégia editorial focada em oferecer um panorama mais completo da realidade nacional. Essa abordagem parece atender à necessidade de informações sobre as consequências dos acontecimentos que impactam o país.

Em alguns casos, ao relatar notícias nacionais, a Jovem Pan pode destacar certos aspectos, selecionar fontes específicas ou focar determinados pontos de vista, o que resulta em uma construção narrativa alinhada à perspectiva política do veículo.

Salaroli (2024) enfatiza que as colunas e programas da Jovem Pan, como *Brasil* e *Jornal da Manhã*, atuam como plataformas para análises políticas e debates sobre temas nacionais e internacionais. Na construção desses conteúdos, a emissora consolidou uma postura ideológica que privilegiava a promoção de temas conservadores e narrativas alinhadas a essa visão. Essa abordagem criou um ambiente que fortaleceu sua identidade como veículo de opinião, além de estabelecer conexões significativas com seu público-alvo e intensificar o engajamento de apoiadores dessa posição política.

A seção Opinião Jovem Pan corresponde a 3,17% das publicações. Essa seção é apresentada pela emissora como um espaço de debate sobre uma ampla gama de temas, incluindo política, economia, cultura, comportamento, saúde e entretenimento (Jovem Pan, 2024).

As colunas de opinião nos jornais desempenham um papel fundamental no campo do discurso jornalístico, atuando como espaços privilegiados para a argumentação e a reflexão crítica sobre temas contemporâneos. De acordo com Marchesani (2008), esses textos pertencem à esfera dos gêneros opinativos e possuem como objetivo principal persuadir o leitor por meio de estratégias discursivas e argumentativas. As colunas de opinião se distinguem dos editoriais pela autoria individualizada, permitindo que os colunistas expressem suas visões particulares sobre questões relevantes. No entanto, conforme a autora, ambas compartilham características como a exposição de argumentos, o uso de dados e referências, além de uma estrutura textual

voltada para a defesa de um ponto de vista. Essas colunas, ao mesmo tempo que buscam informar, visam influenciar a opinião pública, moldando percepções e debates em torno de temas políticos, sociais e culturais.

Além dessas colunas principais, há outras seções, como Mundo, Linha de Frente, *3 em 1*, *Morning Show*, *Pânico*, *Direto ao Ponto* e *Esportes*, que contribuem com uma participação menor, cada uma com cerca de 1%, ou menos.

Isso pode indicar que, embora a emissora tenha uma programação diversificada, a maior parte do conteúdo está centrada em notícias políticas e análises informativas. Um ponto de destaque é uma matéria⁴ que, embora tenha um viés político, está armazenada na coluna de esporte. Ela relata a atuação de uma torcida organizada de futebol que, durante a viagem para assistir a um jogo, mobilizou-se para enfrentar manifestantes bolsonaristas bloqueando a rodovia por onde passavam.

Paganotti (2024) argumenta que o posicionamento da Jovem Pan, presente em muitas de suas matérias, é fortemente voltado para um cenário político alinhado a valores neoconservadores e de extrema direita. Ele destaca que a emissora adota estratégias discursivas características desses grupos ideológicos, tanto em seus conteúdos jornalísticos quanto em programas de entretenimento. Isso faz com que a Jovem Pan não apenas reforce esse alinhamento, mas também amplifique seu impacto no debate público, ao ocupar um espaço considerável na programação com narrativas que apoiam essas posições políticas.

5.1.3 Dos Autores

Ao analisar as matérias publicadas, foram observados três padrões em relação a autoria das manchetes: em 276 casos, o site da Jovem Pan não menciona o autor da notícia; em 7 ocasiões, o Jornal Online atribui a publicação a agências de notícias; em 99 casos, as notícias são creditadas à redação; e em 90 reportagens, os jornalistas são citados nominalmente.

A Tabela 3 evidencia a distribuição das publicações da Jovem Pan com base nas fontes citadas, ressaltando a predominância de conteúdo sem atribuição explícita.

⁴ JOVEM PAN. *Gilmar Mendes cita organizada do Atlético-MG em julgamento do 8 de Janeiro*; entenda. Jovem Pan, São Paulo, 14 set. 2023. Disponível em: <https://jovempan.com.br/esportes/futebol/gilmar-mendes-cita-organizada-do-atletico-mg-em-julgamento-do-8-de-janeiro-entenda.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

Tabela 3 – Quantidade de notícias por autores

Mês	Número de Publicações (Frequência Absoluta)	% (Frequência Relativa)
Não Cita	276	58,47
Redação	99	20,97
Jornalistas	90	19,07
Agências de Notícias	7	1,48

Fonte: Elaborado pelo autor principal tendo como referência os dados obtidos pelo site da Jovem Pan (2024).

A categoria “Não Cita” constitui a maior parte das matérias, com 276 publicações, o que corresponde a 58,47% do total. Essa elevada proporção pode indicar uma tendência editorial voltada para a disseminação de informações de forma mais imediata, sugerindo que a emissora busca trazer a informação ao público de maneira ágil. Tal estratégia pode estar relacionada à necessidade de acompanhar o ritmo acelerado dos acontecimentos e manter a audiência constantemente atualizada.

Esse enfoque parece estar alinhado com a demanda de um público que tende a valorizar atualizações rápidas e frequentes, especialmente em um ambiente competitivo no mercado de comunicação. Tal abordagem pode indicar uma tentativa de captar e manter a atenção da audiência em um cenário caracterizado por um fluxo constante e fragmentado de informações, facilitando uma conexão mais imediata entre a emissora e seus espectadores.

Chagas e Da Cruz (2021) destacam que o formato das notícias utilizado pela Jovem Pan, aliado à ausência de uma abordagem investigativa mais aprofundada em programas como *Os Pingos nos Is*, por exemplo, contribui para consolidar uma narrativa jornalística voltada à agilidade e à simplificação das informações. Essa escolha editorial pode refletir a busca por atender a um público que consome notícias em ritmo acelerado, valorizando manchetes e análises rápidas, em detrimento de uma exploração mais detalhada e fundamentada dos temas apresentados.

A categoria “Redação” engloba as matérias publicadas no site da Jovem Pan que são atribuídas de forma genérica à equipe editorial, sem a identificação nominal de um jornalista específico. Ao todo, foram identificadas 99 publicações dessa natureza, representando 20,97% do total de matérias analisadas. Essa prática pode indicar que, embora exista algum nível de autoria reconhecida, há uma escolha deliberada por manter a identidade dos responsáveis em

segundo plano, priorizando a marca institucional da emissora. Essa abordagem sugere uma estratégia editorial voltada para reforçar a credibilidade da marca Jovem Pan como fonte primária de informação, independentemente dos profissionais envolvidos diretamente na produção das notícias, uma vez que a produção interna pode permitir maior supervisão sobre a qualidade e a perspectiva das matérias.

Traquina (2005) aponta que esse controle interno tende a reforçar os critérios de noticiabilidade e os interesses institucionais, garantindo que as matérias estejam em sintonia com a visão do veículo. No entanto, essa prática também pode limitar a diversidade de perspectivas e a independência das análises, restringindo a cobertura a um conjunto específico de interpretações.

A participação dos jornalistas, que assinam 90 publicações (19,07%), pode sugerir uma importância conferida à verificação dos fatos e à análise jornalística. A presença de profissionais especializados pode ser um indicativo de que a emissora busca garantir a precisão das informações oferecidas ao público.

Na seção Opinião Jovem Pan, por exemplo, o diretor da Jovem Pan News em Brasília, Claudio Dantas, foi o jornalista com maior número de publicações de matérias. Dantas é comentarista do programa *Os Pingos Nos Is*, um dos mais populares da Jovem Pan. Com mais de 20 anos de experiência no jornalismo, ele se especializou em investigação e análise política.

Além de Claudio Dantas, outros jornalistas da emissora se destacam pela formação sólida e influência no cenário jornalístico. André Anelli e Bruno Pinheiro têm uma atuação marcante na cobertura política, especialmente em Brasília. Enquanto Anelli se dedica a temas políticos e econômicos, Pinheiro agrega sua experiência em ciência política à cobertura dos bastidores do poder e da segurança pública. Berenice Leite e Caroline Hardt contribuem com reportagens investigativas e uma abordagem clara e acessível dos fatos.

Iasmin Costa e Luciana Verdolin também exercem influência significativa, especialmente na cobertura política nacional (Jovem Pan, 2024). Costa, conhecida por sua atuação em programas como o *Jornal da Manhã*, oferece análises críticas dos principais acontecimentos políticos. Já Verdolin é uma jornalista com uma carreira consolidada, especialmente na cobertura de política e economia, atuando no “*Jornal da Manhã*” e tendo realizado coberturas ao vivo de eventos significativos, como o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, por exemplo.

A escolha por esse modelo editorial pode indicar uma tentativa de se diferenciar por meio de um conteúdo mais autoral e exclusivo, o que talvez possa oferecer uma maior flexibilidade na narrativa e no enquadramento das notícias. Em um cenário onde a verificação

dos fatos e a análise crítica são fundamentais, uma estrutura muito voltada para a autoridade talvez possa resultar em uma cobertura mais subjetiva e menos rigorosa.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2014) enfatizam que a transparência é fundamental para a credibilidade jornalística. Eles argumentam que identificar claramente os autores das matérias permite que o público avalie a responsabilidade e a confiabilidade da informação, fortalecendo a confiança entre jornalistas e leitores. Para eles, a prática de atribuir artigos apenas à “Redação” ou ao nome da empresa pode obscurecer a responsabilidade individual, dificultando a responsabilização por erros ou vieses.

Por outro lado, a presença de agências de notícias é relativamente reduzida, representando apenas 1,48% do total, com 7 publicações. Esse dado pode sinalizar uma estratégia editorial que privilegia a produção interna em detrimento da dependência de fontes externas.

5.1.4 Dos Formatos

Os tipos de matérias do corpus de 472 notícias se apresentam em três formatos distintos: notícia, entrevista e opinião - conforme demonstrado na Tabela 4. Os formatos enquete e vídeo foram retirados dentro do critério de exclusão de matérias que não continham elementos não textuais.

Tabela 4 – Número de publicações por formato		
Mês	Número de Publicações (Frequência Absoluta)	% (Frequência Relativa)
Notícia	450	95,34
Opinião	15	3,18
Entrevista	7	1,48

Fonte: Elaborado pelo autor principal tendo como referência os dados obtidos pelo site da Jovem Pan (2024).

A categoria de notícia é a mais prevalente, abrangendo relatos factuais e objetivos sobre os eventos. As entrevistas, por sua vez, trazem conversas com personalidades e especialistas, oferecendo perspectivas sobre os fatos do dia 8 de janeiro. Por fim, os artigos de opinião oferecem análises e comentários subjetivos de colunistas e comentaristas, considerando o viés editorial do jornal.

A distribuição observada na Tabela 4 indica uma clara inclinação em favor das notícias, o que pode sugerir uma abordagem voltada para a entrega de informações factuais em um período considerado de grande relevância social e política. A categoria de notícia representa 95,34% do total, com 450 publicações, enquanto os artigos de opinião somam 15 publicações, correspondendo a 3,18%, e as entrevistas totalizam 7 publicações, ou 1,48%. Essa escolha pode refletir uma resposta à demanda do público por informações rápidas e precisas de acordo com os desdobramentos dos atos.

Traquina (2005) explora como a rotina das redações e os critérios de noticiabilidade conduzem à prevalência de notícias factuais e reportagens rápidas em detrimento de entrevistas aprofundadas e artigos de opinião. Para o autor, a pressão por imediatismo e a necessidade de alimentar um ciclo de notícias contínuo fazem com que os jornalistas priorizem conteúdos mais objetivos e diretos, que demandam menos tempo de apuração e análise. Segundo ele, esse fenômeno é intensificado pelo avanço das tecnologias digitais, que exigem atualizações constantes para manter a audiência engajada. Assim, a produção jornalística acaba se voltando para a quantidade e a velocidade das informações, em detrimento da reflexão e da diversidade de perspectivas oferecidas por gêneros opinativos.

Por outro lado, Gans (1979) argumenta que a prevalência de notícias e reportagens está vinculada não apenas à rotina das redações, mas também às demandas do público e às pressões econômicas dos veículos de comunicação. Para o autor, os interesses comerciais incentivam a produção de conteúdo que possam atrair maior audiência e anunciantes, o que frequentemente privilegia notícias factuais de fácil consumo. Embora reconheça a importância das reportagens investigativas, ele critica a tendência de ignorar entrevistas e artigos de opinião, que poderiam oferecer uma visão mais crítica e plural dos acontecimentos. O autor destaca que essa prática acaba reforçando uma narrativa dominante e reduzindo a diversidade de vozes na mídia, limitando o debate público e a formação de uma opinião crítica e informada.

As entrevistas e artigos de opinião, embora em menor quantidade, parecem desempenhar papéis complementares. Com apenas 1,48% de entrevistas e 3,18% de opiniões, essas categorias oferecem análises e contextos que podem ajudar a aprofundar a compreensão dos eventos. A presença reduzida desses formatos sugere que a Jovem Pan poderia estar focada na objetividade e na cobertura direta, ao mesmo tempo existe a possibilidade em que reconhece a importância de incluir vozes e interpretações que possam enriquecer a narrativa geral.

Nas matérias classificadas como entrevistas, nota-se a predominância de entrevistados alinhados à direita conservadora. Entre os destaques, estão figuras políticas como os deputados federais Marcel van Hattem e Nikolas Ferreira, os senadores Marcos do Val, Jorge Seif e

Eduardo Girão, além do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes. Essas personalidades frequentemente abordam temas ligados ao conservadorismo político e econômico, refletindo um perfil específico de interlocutores nas entrevistas analisadas.

A utilização de entrevistados em matérias jornalísticas, embora fundamental para conferir profundidade e pluralidade, pode também se tornar uma estratégia editorial para reforçar narrativas específicas e legitimar vieses preexistentes. Malcolm (1990) problematiza essa prática ao evidenciar como a relação entre jornalista e entrevistado é permeada por interesses e manipulações.

Ademais, Meyer (2004) alerta para o risco de que a busca por credibilidade por meio de entrevistados acabe sendo apenas uma fachada de objetividade. Para o autor, fontes selecionadas de forma tendenciosa podem ser usadas para conferir uma aparência de legitimidade à matéria, mascarando a falta de rigor na apuração. A dependência excessiva de especialistas e autoridades também pode criar uma hierarquia de vozes, em que apenas opiniões institucionalizadas têm espaço, limitando o debate público e excluindo perspectivas alternativas. Em consonância com Meyer, Erbolato (1981) alerta para os riscos de vieses na seleção de entrevistados. Para o autor, escolher fontes que representam apenas um lado da questão ou que reforcem a linha editorial do veículo pode comprometer a imparcialidade da reportagem e prejudicar a confiança do público no jornalismo.

5.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS

A classificação dos eventos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023 foi estruturada sistematicamente de forma hierárquica, segundo os procedimentos de Análise de Conteúdo, sistematizados por Bardin (2016). Dessa forma, o conteúdo foi organizado em categorias, subcategorias, sub-subcategorias e unidades específicas.

A primeira categoria, “*8 de janeiro - reportagens*”, composta por 84 matérias, inclui notícias, em tempo real, que relatam a movimentação de pessoas rumo à Esplanada dos Ministérios e descrevem a entrada e ação desses indivíduos no interior dos órgãos públicos, representando o núcleo inicial e mais direto da cobertura dos ataques ocorridos em 8 de janeiro de 2023, em Brasília. De maneira geral, essa categoria destacou os atos como uma invasão e vandalismo, com tons que variaram entre a gravidade das ações e suas consequências políticas. Entretanto, a cobertura realizada pela Jovem Pan revelou uma oscilação na escolha das palavras, que refletiu uma estratégia discursiva específica. Embora a emissora tenha utilizado termos como “invasores” e “vândalos” em certos momentos para descrever os indivíduos envolvidos

nos atos de 8 de janeiro, houve uma preferência perceptível por palavras como “manifestantes” e “participantes” em contextos específicos. Essa escolha pode ser interpretada como uma forma de eufemismo, minimizando ou suavizando o peso das ações realizadas.

As ações das autoridades foram apresentadas em tom factual, com ênfase nas respostas institucionais, incluindo exonerações, prisões e medidas emergenciais, como a intervenção federal decretada por Lula e as ordens de investigação contra figuras-chave, como Ibaneis Rocha e Anderson Torres. Também houve destaque para as reações nacionais e internacionais, com lideranças políticas e a imprensa estrangeira condenando os ataques e comparando-os ao episódio do Capitólio nos EUA.

Conforme Amaral et al. (2023), a Jovem Pan, apesar de condenar em diversos momentos a invasão e o comportamento dos envolvidos, frequentemente descreveu os participantes como cidadãos comuns, que teriam ultrapassado os limites de suas ações, mas estariam exercendo seus direitos legítimos conforme preceitos constitucionais. Em alguns episódios, os comentaristas sustentaram interpretações jurídicas e apresentaram argumentos baseados em distintos artigos da Constituição para defender a legitimidade das manifestações (Amaral et al., 2023).

Segundo Ferraretto et al. (2023), a cobertura da Jovem Pan dos atos de 8 de janeiro de 2023 adotou uma estratégia narrativa que buscava legitimar os manifestantes enquanto minimizava a gravidade das invasões e depredações dos Três Poderes. A emissora retratou os participantes como “patriotas” indignados com supostas falhas no sistema eleitoral, recorrendo a construção de estereótipos positivos para os manifestantes e negativos para as autoridades.

A segunda categoria, “*Investigações*”, composta por 356 matérias, aborda as apurações conduzidas por órgãos como a Polícia Federal (PF), a Procuradoria-Geral da República (PGR), e a CPMI do 8 de Janeiro para identificar responsáveis pelos atos, desde executores até financiadores e organizadores. A PF realizou diversas fases da Operação Lesa Pátria, cumprindo mandados de prisão preventiva contra empresários, blogueiros e suspeitos no Brasil e no exterior, além de coletar provas como vídeos e mensagens. A PGR apresentou denúncias contra financiadores e homologou acordos com acusados para evitar julgamentos no STF, enquanto o Ministério Público Federal (MPF) recuperou vídeos apagados de redes sociais, incluindo materiais postados por Jair Bolsonaro.

As matérias dessa categoria também discorrem sobre a atuação de órgãos como a CPMI, PF e MPF destaca falhas institucionais, como omissões da Polícia Militar do DF e do GSI, enquanto busca conexões entre organizadores e financiadores. Há também pedidos de maior transparência, como acesso a imagens de segurança, além da colaboração entre a CPMI e o

STF. As investigações apontam indícios de planejamento de golpe e organização dos atos, reforçando a relevância estratégica da CPMI e do STF, ao mesmo tempo que refletem as tensões políticas que permeiam o processo.

A Jovem Pan parece ter apresentado essas matérias com foco em polêmicas e tensões, enfatizando conflitos narrativos entre governo e oposição. Os títulos destacam atritos, como o confronto entre General Heleno e a relatora da CPMI, bem como o silêncio ou resistência de figuras-chave, como militares e ex-integrantes do governo, sugerindo relativização de responsabilidades. Além disso, houve ênfase em críticas às investigações, como denúncias de maus-tratos de presos e alegações de sabotagem, possivelmente construindo uma narrativa mais crítica ao governo e simpática a setores de oposição, enquanto explora controvérsias para engajar seu público.

Amaral et al. (2023) exploram como a Jovem Pan abordou as investigações dos atos com destaque a uma estratégia discursiva que enfatizou as tensões políticas e os conflitos narrativos entre governo e oposição. Para os autores, durante a cobertura, a emissora apresentou os desdobramentos das apurações conduzidas por órgãos como a PF, a PGR e a CPMI, mas frequentemente destacou polêmicas e alegações de injustiças, como denúncias de maus-tratos a presos e supostas violações de direitos dos acusados. Essa narrativa, conforme apontam os autores, reflete uma tentativa de engajar seu público conservador, reforçando uma visão crítica ao governo e simpática à oposição, ao mesmo tempo em que suaviza a gravidade dos atos investigados.

A análise de Bortolon et al. (2023) destaca a polarização política na CPMI dos atos de 8 de janeiro, evidenciando como parlamentares oposicionistas acusaram, sem apresentar provas, integrantes do atual governo de responsabilidade pelos atos de vandalismo, enquanto outros ampliaram teorias conspiratórias, sugerindo que os atos teriam sido provocados por infiltrados. Além disso, segundo os autores, houve a disseminação de desinformação sobre as condições dos presos pelos ataques, influenciando o debate público de maneira distorcida e desviando o foco das investigações.

A terceira e última categoria, “*Desfechos*”, composta por 32 matérias, aborda as ações e cerimônias realizadas para marcar o aniversário de um ano dos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes, em Brasília. Essa categoria destaca os eventos organizados pelo governo, como a cerimônia intitulada “*Democracia Inabalada*”, que contou com a presença de autoridades e representantes da sociedade civil, e a inauguração de uma exposição no STF sobre o tema. Ademais, a categoria inclui matérias referentes às medidas de segurança reforçadas, como o bloqueio da Esplanada dos Ministérios e o aumento do efetivo policial, além

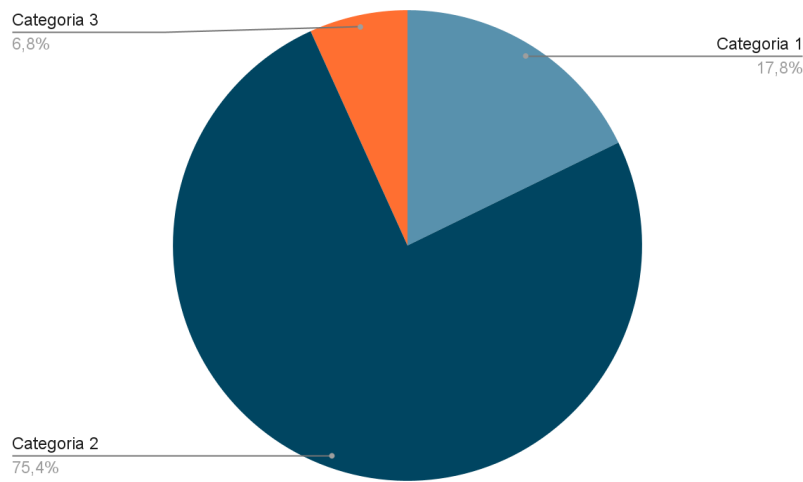
de decisões como a proibição de acampamentos e atos antidemocráticos. Os discursos enfatizaram a importância da memória, da punição aos responsáveis e da defesa da democracia, refletindo esforços para prevenir a repetição de episódios semelhantes.

As matérias dessa categoria detalham a cerimônia “*Democracia Inabalada*”, de modo a destacar a presença de figuras importantes, como o presidente Lula, os presidentes do Senado e do STF, bem como a inauguração de exposições no STF. Além disso, a emissora abordou a ausência de governadores e parlamentares nos eventos, sugerindo que isso poderia indicar uma falta de apoio à causa democrática. A cobertura também comentou a polarização política do Brasil e o debate sobre a criação do Museu da Democracia, que, segundo a emissora, poderia gerar ainda mais divisão. No entanto, a mensagem central era de união e intolerância zero contra ataques à democracia. De maneira geral, a cobertura teve um tom firme na defesa das instituições democráticas, ao mesmo tempo em que trouxe à tona as tensões políticas que cercavam o evento.

Mendes (2024) ressalta que os desfechos dos atos de 8 de janeiro de 2023, quando analisados nas publicações jornalísticas, refletem uma polarização discursiva evidente e uma disputa narrativa constante. A cobertura midiática oscilou, segundo o autor, entre enquadramentos que denunciavam a gravidade dos atos como uma tentativa de golpe e outros que buscaram suavizar ou relativizar a responsabilidade dos envolvidos. Ainda de acordo com Mendes (2024), essa divergência não é apenas uma questão de terminologia, mas revela estratégias discursivas distintas que procuram moldar a opinião pública de acordo com perspectivas políticas e ideológicas específicas. O autor observa que as coberturas dos eventos foram permeadas por metadiscursos de caráter moral e ético, que não só comentam os acontecimentos em si, mas também expõem os valores e interpretações dos atores envolvidos.

O Gráfico 2 ilustra a divisão das categorias e a quantidade de matérias por categoria:

Gráfico 2 – Divisão das categorias.



Fonte: Elaborado pelo autor principal (2024).

5.2.1 Categoria 1: 8 de janeiro - reportagens

A categoria 1, “8 de janeiro - reportagens”, abrange os relatos factuais e objetivos dos eventos e está subdividida em quatro subcategorias, conforme apresentado na Tabela 5. A primeira subcategoria, “Chegada das pessoas à Esplanada dos Ministérios”, aborda o início das mobilizações. A segunda, “Danos ao patrimônio”, detalha os prejuízos causados aos edifícios públicos e bens históricos. A terceira, “Consequências imediatas da ação”, se subdivide em quatro sub-subcategorias: “Intervenção Federal”, “Demissão e/ou afastamento dos gestores e servidores”, “Prisões” (com unidades específicas relacionadas a “Civis” e “Servidores públicos”), e “Desmontagem dos acampamentos”. A quarta subcategoria, “Manifestações públicas sobre o ocorrido”, inclui as sub-subcategorias “Nacional” (com unidades específicas como “Apoiadores do governo Lula” e “Oposição ao governo Lula”) e “Internacional”, tratando da repercussão global dos atos.

Tabela 5 – Estrutura hierárquica da categoria 1

CATEGORIA	TÍTULO	IDENTIFICADOR DAS MATÉRIAS	QTD. DE MATÉRIAS
CATEGORIA 1	8 DE JANEIRO - REPORTAGENS		
Subcategoria 1	Chegada das pessoas à Esplanada dos Ministérios	1, 4	2
Subcategoria 2	Danos ao patrimônio	21, 30, 34, 48, 49, 72, 97	7
Subcategoria 3	Consequências imediatas da ação		

Sub-subcategoria 1	Intervenção federal	7, 8, 9, 14, 32, 44, 47, 52, 58, 61, 74	11
Sub-subcategoria 2	Demissão e/ou afastamento dos gestores e servidores	5, 20, 55, 62, 86, 219, 241	7
Sub-subcategoria 3	Prisões		
Unidade específica 1	Civis	15, 33, 60, 65, 66, 67, 70, 71, 83, 107, 108, 110, 115, 119, 128, 129, 154, 156, 284	19
Unidade específica 2	Servidores públicos	10	1
Sub-subcategoria 4	Desmontagem dos acampamentos	24, 51, 369	3
Subcategoria 4	Manifestações públicas sobre o ocorrido		
Sub-subcategoria 1	Nacional		
Unidade específica 1	Apoiadores do governo Lula	2, 11, 12, 13, 17, 19, 25, 27, 31, 35, 38, 41, 43, 50, 59, 63, 84, 105, 111, 117, 118, 122, 255	25
Unidade específica 2	Oposição ao governo Lula	54, 56, 223, 306	2
Sub-subcategoria 2	Internacional	6, 16, 18, 26, 29, 42, 45	7

Fonte: Elaborado pelo autor principal (2024).

A subcategoria 1, “*Chegada das pessoas à Esplanada dos Ministérios*”, descreve a chegada dos manifestantes à Esplanada dos Ministérios, o rompimento das barreiras de segurança e a invasão dos prédios públicos, incluindo o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. É possível observar como a dinâmica dos ataques se desenrolou em etapas de violação do espaço público, depredação e ocupação simbólica dos centros de poder. As matérias dessa subcategoria descrevem que ao chegar à praça dos três os manifestantes procederam uma invasão que registros de vandalismo e depredação nos prédios dos três poderes. A invasão não foi um ato caótico e isolado, mas uma sequência de ações que expôs falhas de segurança e trouxe à tona um planejamento para aquele ato. A matéria de número 4 retrata esse cenário: “Manifestantes que estavam acampados no QG do Exército e protestam contra o resultado das eleições de 2022, invadiram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) neste domingo, 8” (Jovem Pan, 2023, matéria 4).

As plataformas de mídia social desempenharam um papel crucial na organização dos acampamentos e nos eventos ocorridos em 8 de janeiro. Fonseca e Scofield (2023) expõe que através das redes sociais e aplicativos de mensagens, difundiu-se a ideologia que persuadiu os

apoiadores de Bolsonaro a acreditarem na necessidade de uma ação coordenada. A comunicação para planejar os ataques envolveu o uso de códigos, como o termo “Festa da Selma”, uma referência à Selva, expressão utilizada por militares brasileiros. Nas redes sociais a expressão “Festa da Selma” foi largamente usada como dos códigos empregados pelos seguidores de Bolsonaro para coordenar as fases finais da invasão da Praça dos Três Poderes, no Distrito Federal (Grischke, 2024).

Passetti e Lucato (2023) descrevem que a mídia alertava em suas publicações sobre as possibilidades do dia 8 de janeiro, nesse sentido ela conta que houve a transição de uma manifestação inicialmente estruturada e acompanhada pela polícia, realizada na Praça dos Três Poderes, em Brasília, para uma ação coletiva desordenada marcada por atos de depredação. Os autores enfatizam os aspectos simbólicos dos participantes como bandeiras do Estado, vestimentas verde-amarelas, camisetas de futebol e maquiagens específicas para a ocasião, manifestam-se com entusiasmo e celebração diante de suas ações. Abraços, sorrisos, selfies e a ampla divulgação desses registros nas redes sociais reforçam a percepção de um ato comemorativo, interpretado como uma conquista pelos participantes (Passetti e Lucato, 2023).

A subcategoria 2, “*Danos ao patrimônio*”, referente aos danos ao patrimônio, traz à tona a destruição concreta e simbólica dos espaços democráticos. Mais do que vandalismo físico, os danos às obras de arte e aos símbolos da República representam um ataque à memória e à identidade nacional. A destruição de peças como a tela *As Mulatas*, de Di Cavalcanti, e o relógio histórico de Balthazar Martinot, doado por Dom João VI, carrega um significado que transcende o prejuízo material: é a tentativa de apagar ou deslegitimar os alicerces culturais e históricos do país. Nesse sentido, os danos não são apenas aos objetos, mas à própria narrativa de um Brasil que busca se afirmar enquanto democracia plural e diversa. De acordo com a matéria de número 34, “Nas imagens é possível ver diversas vidraças e janelas quebradas, cadeiras jogadas no espelho d’água, salas com documentos confidenciais revirados e rasgados, quadros destruídos, como a obra ‘*As mulatas*’, de Di Cavalcanti, que teve ao menos sete rasgos, entre outros estragos (Jovem Pan, 2023, matéria 34).

Custódio *et al.* (2023) expõe que a representação midiática do 8 de janeiro caracteriza a invasão dos edifícios dos três poderes como atos de barbárie, destacando que a destruição de obras de arte, vidraças, móveis e documentos históricos ocorreu com requintes de extremismo e selvageria. Essas ações foram perpetradas com violência, representando uma ameaça à civilidade e ao patrimônio cultural da nação. Ao estabelecerem um cenário de horror no centro político do país, tais atos colocaram em xeque o significado e a importância da democracia para os brasileiros.

A subcategoria 3, “*Consequências imediatas da ação*”, engloba diversas medidas adotadas para enfrentar a crise gerada pelos atos de vandalismo e ataque às instituições democráticas. A sub-subcategoria 1, “*Intervenção federal*”, refere-se à ação direta do governo federal para restaurar a ordem no Distrito Federal, incluindo a suspensão temporária da autonomia administrativa local para garantir o controle e a segurança da região. As matérias que compõem a sub-subcategoria 2, “*Demissão e/ou afastamento dos gestores e servidores*”, caracterizam-se pela destituição de cargos ou afastamento de servidores públicos e gestores, como os responsáveis pela segurança pública que foram apontados como omissos ou coniventes com os ataques. Sobre as medidas tomadas pelo decreto presidencial, a matéria de número 44 relata que “A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira, 9, o decreto presidencial editado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que prevê uma intervenção federal no Distrito Federal após os atos de vandalismo ocorridos em Brasília, no último domingo” (Jovem Pan, 2023, matéria 44). Já sobre a situação dos servidores públicos, a matéria de número 219 discorre: “O ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Ricardo Cappelli, falou com jornalistas na noite desta segunda-feira, 24, após se encontrar com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e informou que o órgão já realizou a substituição de 35% dos servidores que atuam no GSI.

Essas matérias trazem como desdobramentos a exoneração do secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Torres, pelo governador Ibaneis Rocha, em resposta à falha na segurança durante os ataques. Em seguida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção federal na segurança pública do DF, assumindo o controle da situação e assegurando que os responsáveis pelos atos seriam encontrados e punidos. Além disso, o STF, por meio do ministro Alexandre de Moraes, determinou o afastamento de Ibaneis Rocha do cargo por 90 dias, como medida punitiva diante da gravidade dos eventos e da omissão nas ações de segurança. Nesse ponto, a Jovem Pan se limitou a relatar os fatos, sem maiores análises ou opiniões sobre as ações dos envolvidos, possivelmente devido à grande repercussão contrária aos atos.

Silva e Schurster (2023) argumentam que Brasil assistiu pela mídia a ausência de medidas preventivas, como o “Plano Escudo”, aliada à redução do efetivo de segurança e conflitos entre forças policiais, sugere uma articulação deliberada para permitir o caos, envolvendo figuras-chave do governo Bolsonaro, como os generais Augusto Heleno, Braga Netto e Anderson Torres. Segundo os autores, a omissão do governo do Distrito Federal e da Polícia Militar reforça a instrumentalização ou negligência das forças de segurança nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e em eventos anteriores. Indícios apontam para uma

articulação que envolveu militares, ex-ministros e parlamentares bolsonaristas, utilizando estruturas estatais para subverter a ordem constitucional, com o objetivo de minar o Estado de Direito e instaurar uma ditadura bolsonarista (Silva e Schurster, 2023).

A sub-subcategoria 3, “*Prisões*”, abrange as medidas coercitivas aplicadas às pessoas envolvidas nos atos criminosos, sendo dividida em duas unidades específicas: civis, que inclui manifestantes presos por invadir e depredar os prédios dos Três Poderes, e servidores públicos, que abrange agentes de segurança ou funcionários que colaboraram ou negligenciaram suas responsabilidades. As unidades específicas 1 e 2, “*Civis*” e “*Servidores públicos*”, respectivamente, detalham a atuação das autoridades em relação aos diferentes grupos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. A unidade específica “*Civis*” se refere às prisões em massa de manifestantes que participaram diretamente da invasão e depredação das sedes dos Três Poderes. Essas detenções incluíram desde prisões imediatas, com cerca de 300 indivíduos detidos inicialmente pela Polícia Civil do DF, até a detenção de pelo menos 1.200 pessoas horas após os ataques. Operações subsequentes, como a Operação Lesa Pátria, resultaram em mais prisões, interrogatórios e acusações formais por crimes como terrorismo, golpe de Estado e associação criminosa. A defesa dos detidos foi alvo de discursos de figuras públicas, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que descreveu os presos como “chefes de família, mães e avós”, buscando atenuar a gravidade dos atos.

Por outro lado, a unidade específica “*Servidores públicos*” concentra-se nos agentes estatais acusados de negligência, omissão dolosa ou conivência com os atos criminosos. Nesse grupo estão figuras como o ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, que teve a prisão determinada por Alexandre de Moraes devido à sua omissão e falta de liderança durante os ataques. Outros agentes, como o ex-comandante da Polícia Militar do DF, Fábio Augusto, também foram responsabilizados por falhas operacionais e omissões graves. A atuação das instituições de justiça, como a PGR e a AGU, reforçou a necessidade de responsabilizar não apenas os executores dos atos, mas também os agentes públicos que permitiram, por ação ou inação, a violação das instituições democráticas.

Sobre a figura de Anderson Torres nesse contexto, a matéria de número 70 discorre:

O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, se manifestou sobre a ordem de prisão instaurada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Agentes da Polícia Federal (PF) foram até o condomínio onde Torres mora, mas ele não foi encontrado (Jovem Pan, 2023, matéria 70).

Já a matéria de número 154 destaca que, “Após a prisão da mulher que fez uma pichação com a frase “perdeu mané”, a Polícia Federal (PF) prendeu o homem que furtou a bola autografada por Neymar da Câmara dos Deputados durante os atos de 8 de janeiro (Jovem Pan, 2023, matéria 154).

A sub-subcategoria 4, “*Desmontagem dos acampamentos*”, refere-se à remoção e desmobilização dos acampamentos ilegais mantidos em apoio aos atos, localizados principalmente em frente a quartéis militares, onde se articulavam ações contrárias à ordem democrática.

A Jovem Pan retratou os acontecimentos relacionados às prisões de forma enfática, destacando a ação decisiva das autoridades em resposta aos atos de vandalismo em Brasília. A cobertura ressaltou que mais de 1.200 pessoas foram detidas pela Polícia Federal, indicando um esforço significativo para identificar e responsabilizar os envolvidos. Destaca-se a exoneração de vários servidores da Agência Brasileira de inteligência Abin, pôr o governo considerar que ela negligenciou informação que poderiam ter evitado os atos. Além disso, a desmobilização dos acampamentos foi retratada como uma ação de contenção e prevenção contra a continuidade dos protestos violentos. Nesse contexto, a matéria de número 24 destaca que “Uma operação policial está sendo montada neste momento para desmobilizar e encerrar todos os acampamentos e as manifestações de bolsonaristas no Brasil, principalmente no Distrito Federal, nesta segunda-feira, 9” (Jovem Pan, 2023, matéria 24).

Mesmo após os atos de vandalismo e as prisões realizadas, Pinto e Santos (2023) descrevem que a Jovem Pan evitou atribuir responsabilidade direta aos participantes, descrevendo os eventos como manifestações legítimas, onde ações violentas seriam atribuídas a poucos vândalos que, na visão do veículo, não representariam a totalidade do movimento. Essa abordagem reforçava a imagem dos atos como pacíficos e legítimos, com destaque para a presença de famílias e idosos, enquanto diluía a responsabilidade coletiva dos envolvidos.

No que diz respeito à subcategoria 4, “*Manifestações públicas sobre o ocorrido*”, as matérias dizem respeito às reações e posicionamentos públicos relacionados aos eventos de 8 de janeiro, incluindo discursos, análises e manifestações. Essa subcategoria se divide em duas sub-subcategorias: “*Nacional*” e “*Internacional*”. A sub-subcategoria 1, “*Nacional*”, aborda as manifestações dentro do Brasil, a qual se subdivide em unidade específica 1, “*Apoiadores do governo Lula*” - que destacam os atos como um ataque grave à democracia, defendem punições rigorosas aos envolvidos, e reforçam a importância de proteger as instituições democráticas - e unidade específica 2, “*Oposição ao governo Lula*” - que, embora reconheçam os atos como lamentáveis, frequentemente criticam a narrativa oficial, acusando o governo de explorar

politicamente os eventos, minimizando a gravidade do ocorrido e questionando possíveis abusos nas investigações. Nesse contexto, a matéria de número 306 mostra que “Os parlamentares alegam que G. Dias, como é chamado o ex-chefe do GSI, adulterou um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para omitir o risco de quebra-quebra na Praça dos Três Poderes no dia 8 de Janeiro (Jovem Pan, 2023, matéria 306).

A Jovem Pan ressaltou em suas publicações que, embora as reações nacionais tenham sido unânimes em condenar os atos de 8 de janeiro, as visões do governo e da oposição divergem significativamente. Observa-se que, em suas matérias, a emissora reproduz o discurso do governo, mas oferece maior espaço para que expoentes da oposição avaliem os acontecimentos. Enquanto o posicionamento do governo é apresentado de forma objetiva, a oposição aparenta ter mais destaque, com um enfoque ampliado em suas críticas e interpretações.

Fernandes e Santos (2023), explicitam que a abordagem da emissora ao abordar as reações nacionais evidenciava perspectivas políticas conservadoras, com manifestações explícitas de apoio aos participantes dos protestos ocorridos em Brasília. As análises realizadas no programa demonstraram alinhamento com as mobilizações, priorizando críticas à destruição não sob a perspectiva da violência ou do ataque à democracia, mas pelo risco de comprometimento das estratégias políticas da extrema direita.

A sub-subcategoria 2, “*Internacional*”, analisa as reações globais aos atos, incluindo a condenação de líderes mundiais ao ataque às instituições brasileiras, análises da imprensa estrangeira sobre as tensões políticas no Brasil e posicionamentos de organismos multilaterais, como a ONU e a OEA, ressaltando a importância de preservar a democracia e a estabilidade política no país. A menção à matéria de número 6 - por completo -, um pouco extensa, porém necessária, demonstra o posicionamento da emissora ao não tecer comentários sobre a condenação dos atos de 8 de janeiro perante governos de outros países:

A invasão de manifestantes, que rejeitam o resultado das eleições presidenciais e querem a saída de Luis Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional, em Brasília, tem causado comoção em países sul-americanos aliados do presidente Lula. Gustavo Petro, presidente da Colômbia, pediu uma reunião de emergência da OEA (Organização dos Estados Americanos). “Toda minha solidariedade a Lula e ao povo do Brasil. O fascismo decide atacar. Os direitos não têm conseguido manter o pacto de não-violência. É hora urgente da reunião da OEA se ela quiser continuar vivendo como instituição e aplicar a carta democrática”, escreveu o político nas redes sociais. “Propusemos fortalecer o sistema interamericano de direitos humanos aplicando as normas vigentes e ampliando a carta aos direitos da mulher, ambientais e coletivos, mas a resposta são golpes parlamentares ou golpes violentos da extrema-direita”, completou. O presidente do Chile, Gabriel Boric, também se manifestou contra as manifestações. “Ataque inapresentável aos três poderes do Estado brasileiro pelos bolsonaristas. O governo brasileiro tem todo o nosso apoio diante desse covarde e vil

ataque à democracia”, disse. A Embaixada dos EUA no Brasil emitiu um alerta para que os norte-americanos evitem a área da Praça dos Três Poderes por “protesto antidemocrático violento” (Jovem Pan, 2023, matéria 6).

A Jovem Pan relatou em suas matérias a reação imediata de líderes globais, destacando o apoio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e a condenação unânime de países como China, Rússia, Alemanha e Reino Unido. Esses acontecimentos ressaltam a importância do Brasil no cenário internacional e evidenciam a preocupação com a fragilidade de suas instituições. Contudo, a abordagem da emissora se limitou a reproduzir as mensagens emitidas por esses países sobre a situação no Brasil, sem aprofundar análises e contextualizações mais amplas.

Pagannotti (2024) explicita que a Jovem Pan adota um foco editorial opinativo, onde seus comentaristas frequentemente ganham destaque para noticiar informações de maneira que atenda ao viés ideológico de sua audiência. Quando não é possível dar esse direcionamento, como no caso de reproduzir falas de líderes internacionais, a emissora opta por uma abordagem mais discreta, dando pouco destaque a essas informações. Essa estratégia reflete a postura editorial da Jovem Pan, que busca alinhar sua cobertura e análise com a orientação ideológica de seu público-alvo.

5.2.2 Categoria 2: Investigações

A categoria 2, *“Investigações”*, trata dos esforços para apurar e responsabilizar os envolvidos nos atos. A primeira subcategoria, *“Suspeitos”*, desdobra-se em cinco sub-subcategorias: *“PM e ABIN”*, *“GSI”*, *“PRF”*, *“PT”* e *“Judiciário”*. A segunda subcategoria, *“Políticos”*, inclui sub-subcategorias específicas como *“Anderson Torres”*, *“Ibaneis Rocha”*, *“Daniel Silveira”*, *“Flávio Dino”*, *“Deputados”*, *“Bolsonaro”*, *“Lula”*, *“Civis”*, *“Financiadores”* e *“Motivadores”* dos atos. A terceira subcategoria, *“CPMI”*, contém as sub-subcategorias *“Abertura da CPI”*, *“Formação do Colegiado da CPI”*, *“Depoimentos”*, *“Questionamentos sobre a legitimidade da CPI”*, *“Relatório”* e *“Provas”* (com unidades específicas como *“Imagens do sistema de segurança”* e *“Redes sociais”*). Além disso, a subcategoria *“Operação Lesa Pátria”* detalha as investigações conduzidas pela Polícia Federal, enquanto a subcategoria *“Desfechos das investigações”* aborda os desdobramentos finais, incluindo as sub-subcategorias *“Julgamentos dos réus”* e *“Prisões”*, com unidades específicas como *“Defesa dos presos”*, *“Questionamentos sobre a legitimidade das prisões”*, *“Acordos”*, *“Libertação de presos”* e *“Prisões pós-CMPI e Lesa Pátria”*. A Tabela 6 apresenta a estrutura hierárquica dessa categoria.

Tabela 6 – Estrutura hierárquica da categoria 2

CATEGORIA	TÍTULO	IDENTIFICADOR DAS MATÉRIAS	QTD. DE MATÉRIAS
CATEGORIA 2	INVESTIGAÇÕES		
Subcategoria 1	Suspeitos		
Sub-subcategoria 1	PM e ABIM	37, 81, 89, 114, 136, 142, 161, 177, 193, 379, 447, 475, 476	13
Sub-subcategoria 2	GSI	123, 174, 197, 203, 208, 287, 299, 326, 378, 388, 390, 392, 402, 446, 502	15
Sub-subcategoria 3	PRF	347	1
Sub-subcategoria 4	PT	157, 200, 218, 399	4
Sub-subcategoria 5	Judiciário	410	1
Subcategoria 2	Políticos		
Sub-subcategoria 1	Anderson Torres	137, 140, 144, 145, 170, 173	6
Sub-subcategoria 2	Ibaneis Rocha	36, 40, 53, 68, 69, 79, 98, 100, 103, 151	10
Sub-subcategoria 3	Daniel Silveira	160	1
Sub-subcategoria 4	Flávio Dino	162	1
Sub-subcategoria 5	Deputados	82, 106, 116, 315	4
Sub-subcategoria 6	Bolsonaro	101, 104	2
Sub-subcategoria 7	Lula	164, 187, 260	3
Sub-subcategoria 8	Civis	85, 93, 95, 96, 99, 109, 121, 127, 132, 133, 143, 153, 159, 167, 175, 251, 406	17
Sub-subcategoria 9	Financiadores	135, 344, 491, 505, 514	5
Sub-subcategoria 10	Motivadores	46	1
Subcategoria 3	CPMI		
Sub-subcategoria 1	Abertura da CPI	64, 80, 125, 126, 148, 150, 152, 158, 163, 179, 181, 182, 195, 198, 201, 220, 222, 237, 246, 280, 286, 297	22
Sub-subcategoria 2	Formação do Colegiado da CPI	206, 211, 221, 252, 262, 263, 269, 276, 288, 289, 294, 295, 298, 300, 301, 307, 310, 317, 318, 327	20

		165, 190, 247, 194, 196, 204, 205, 209, 212, 214, 256, 313, 314, 319, 321, 322, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 345, 353, 357, 359, 361, 362, 365, 366, 375, 383, 391, 394, 395, 426, 429, 430, 431, 435, 441, 442, 444, 455	48
Sub-subcategoria 3	Depoimentos		
Sub-subcategoria 4	Questionamentos sobre a legitimidade da CPI	225,230,243,259,271, 282,296,311,312,324, 325,381,413,433	14
Sub-subcategoria 5	Relatório	457, 458, 459, 462, 463, 465, 467	7
Sub-subcategoria 6	Provas		
Unidade específica 1	Imagens do sistema de segurança	186, 188, 199, 210, 215, 216, 229, 275, 354, 355, 356, 364, 393, 396, 397, 398, 440, 468, 484, 486, 493	21
Unidade específica 2	Redes sociais	39, 124, 231, 233, 248, 372	6
Subcategoria 4	Operação Lesa Pátria	139, 176, 178, 183, 278, 281, 331, 358, 403	9
Subcategoria 5	Desfechos das investigações		
Sub-subcategoria 1	Julgamentos dos réus	172, 184, 185, 189, 192, 202, 213, 217, 224, 226, 227, 228, 238, 239, 240, 245, 253, 261, 267, 268, 270, 272, 283, 285, 290, 291, 293, 302, 303, 304, 309, 316, 320, 328, 329, 363, 367, 371, 382, 389, 407, 408, 409, 411, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 427, 434, 438, 439, 453, 454, 461, 464, 466, 471, 472, 473, 489, 492, 518, 526, 529, 530, 531	73
Sub-subcategoria 2	Prisões		
Unidade específica 1	Defesa dos presos	146, 166, 171, 191, 232, 273, 350, 425, 449, 483, 487, 494	12
Unidade específica 2	Questionamentos sobre a legitimidade das prisões	523, 524	2

Unidade específica 3	Acordos	428, 436, 460, 477, 488	5
Unidade específica 4	Libertação de presos	130, 131, 134, 141, 147, 149, 250, 266, 277, 368, 370, 532	12
Unidade específica 5	Prisões pós-CPMI e Lesa Pátria	292, 308, 351, 376, 437, 445, 451, 452, 469, 470, 474, 478, 479, 480, 513, 519, 521, 522, 525, 527, 528	21

Fonte: Elaborado pelo autor principal (2024).

A subcategoria 1, “*Suspeitos*”, no contexto das investigações reúne instituições e grupos questionados por sua atuação antes, durante e após os atos de 8 de janeiro. A inclusão de atores institucionais, como setores da Polícia Militar e órgãos públicos, juntamente com grupos civis, a exemplo de organizadores de manifestações e influenciadores digitais, mostra a amplitude e complexidade da investigação.

Nas sub-subcategorias 1 e 2, “*PM e ABIN*”, respectivamente, a Polícia Militar do Distrito Federal é investigada por possível falta de planejamento, omissão e incapacidade de ação, com a PGR apontando que poderia ter evitado os atos, a matéria de número 37 ilustra esse cenário: “nesta segunda-feira, 9, o Ministério Público Federal (MPF) determinou a abertura de uma investigação para apurar uma possível omissão do comando da Polícia Militar (PM) do Distrito Federal em relação aos atos de vandalismo e à invasão dos Três Poderes, ocorridos em Brasília” (Jovem Pan, 2023, matéria 37).

A emissora destacou nas matérias as investigações sobre a possível facilitação do acesso dos manifestantes aos prédios dos Três Poderes e a falta de planejamento e comunicação na segurança pública, citando a ausência de bloqueios e o desrespeito às ordens dos comandantes. A ABIN enfrenta questionamentos sobre a existência de alertas prévios ignorados, com o TCU exigindo explicações e o ministro Flávio Dino afirmando que não recebeu informes, nesse aspecto a matéria 447 expõe:

“O que eu vi no dia 8 de Janeiro foi uma polícia inerte, que não fez absolutamente nada. Sou nascida e criada em Brasília, já participei de inúmeros atos e nunca vi a praça dos Três Poderes desguarnecida assim. Não tinha contingente policial nenhum. A polícia estava inerte. As viaturas, os policiais, todos eles parados”, disse a depoente. (Jovem Pan, 2023, matéria 447).

Embora cite suspeitos e forneça detalhes sobre as investigações, a cobertura dá espaço significativo às defesas dos acusados. Pinto e Santos (2023) destacam que a Jovem Pan sugere

que as investigações podem ser influenciadas por questionamentos sobre a ética dos investigadores. Segundo Amaral et al. (2023), comentaristas da emissora sugeriram a existência de perseguição política e sabotagem institucional, buscando relativizar as responsabilidades dos envolvidos nos ataques e transferir o foco para possíveis falhas e omissões das autoridades.

A sub-subcategoria 3, “*GSI*”, envolve apurações sobre a possível colaboração de agentes do Gabinete de Segurança Institucional com os vândalos, além de o órgão atribuir os eventos a falhas na segurança pública. Na sub-subcategoria PRF, que conta com somente uma matéria, a Polícia Rodoviária Federal aparece como suspeita por omissões ainda em investigação, que podem ter facilitado os atos de vandalismo. Nesse aspecto, é descrito que diretor geral da PRF naquele momento, tenha agido de forma suspeita em relação aos atos de 8 de janeiro, informando que:

“A quebra de sigilo já foi motivo de pedido de explicação pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que recebeu do colegiado a informação sobre indícios de que o ex-diretor da PRF participou de “fatos preparatórios” para os atos que destruíram a Praça dos Três Poderes.” (Jovem Pan, 2023, matéria 347).

A sub-subcategoria 4, “*PT*”, reflete as acusações de opositores ao Partido dos Trabalhadores, que apontam supostas manipulações narrativas envolvendo os atos, inseridas no contexto de polarização política. As matérias levantam dúvidas sobre a participação do Partido nos atos, levando a criar um ambiente de desconfiança sobre sua responsabilidade no que ocorreu nesse evento. Na matéria de número 157, é lançada uma interrogação: “O que o PT não quer que saibamos sobre o dia 8 de janeiro?” (Jovem Pan, 2023, matéria 157).

Mota e Vieira (2024) destacam que a comunicação da Jovem Pan tem sido uma plataforma de apoio constante à direita conservadora, especialmente ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo os autores, a emissora adota frequentemente um tom acusatório contra indivíduos e pautas que não se alinham com esse ideário político. Esse discurso é sistematicamente direcionado a criticar o que é percebido como inimigo do governo bolsonarista, buscando deslegitimar as posições contrárias e fortalecer a narrativa política de um grupo conservador.

Na matéria de número 197, há um trecho que mostra uma possível tentativa de responsabilizar o comandante do GSI em relação aos acontecimentos de 8 de janeiro: “Na gravação é possível ver o general caminhando no terceiro andar do palácio, na antessala do gabinete do presidente da República. Minutos depois, ele caminha pelo mesmo corredor que

invasores e, aparentemente, indica a saída de emergência aos manifestantes” (Jovem Pan, 2023, matéria 197).

Conforme Fernandes e Santos (2023), a narrativa apresentada pelos comentaristas da Jovem Pan incluiu frequentes referências à alegada ameaça de autoritarismo por parte do governo. Esses comentaristas sugeriram que o governo de Lula teria inclinações autoritárias e que os eventos de 8 de janeiro em Brasília poderiam ser usados estrategicamente pela esquerda para consolidar sua posição política. Essa linha de raciocínio visava relativizar a gravidade dos ataques, ao mesmo tempo em que deslocava a responsabilidade para possíveis intenções políticas do governo, transformando a análise dos eventos em uma questão ideológica (Fernandes e Santos, 2023).

Por fim, a sub-subcategoria 5, “*Judiciário*”, aborda as críticas direcionadas ao poder Judiciário, acusado por alguns de decisões que poderiam ter contribuído para a radicalização, embora também atue como protagonista nas ações de responsabilização dos envolvidos nos eventos. Na matéria de número 410, é exposto que “Magistrados e servidores do Poder Judiciário que são suspeitos de participação nos atos de 8 de janeiro serão investigados pela Corregedoria Nacional de Justiça” (Jovem Pan, 2023, matéria 410).

A subcategoria 2, “*Políticos*”, aborda figuras políticas que foram colocadas sob suspeita de colaboração ou falha em evitar os atos de 8 de janeiro de 2023. Dentro dessa subcategoria, a sub-subcategoria 1, “*Anderson Torres*”, abarca matérias que tratam do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, que foi acusado de falhas nas ações de segurança e negligência ao não adotar medidas preventivas para evitar os ataques aos prédios dos Três Poderes. A sub-subcategoria 2, “*Ibaneis Rocha*”, refere-se ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que também foi alvo de críticas por omissão e falta de preparação na segurança do Distrito Federal. Sua demora em agir diante dos ataques e a ausência de ações eficazes contribuíram para a realização dos atos golpistas, gerando suspeitas sobre sua responsabilidade no ocorrido.

A emissora Jovem Pan frequentemente adotou uma abordagem que retratou Anderson Torres e Ibaneis Rocha como vítimas de acusações com motivação política. A cobertura minimizou a responsabilidade direta de ambos nos eventos de 8 de janeiro, enfatizando, segundo sua narrativa, um contexto de injustiça contra os dois. Na matéria de número 170, a Jovem Pan detalha a situação de Anderson Torres após sua prisão: “Defesa diz que ex-secretário ‘não vê as filhas desde a sua prisão preventiva, entrou em um estado de tristeza profunda, chora constantemente, mal se alimenta e já perdeu 12 quilos’” (Jovem Pan, 2023, matéria 170). Já na matéria de número 103, a emissora relata como Ibaneis reage às acusações que enfrenta:

“Ibaneis alega ‘sabotagem’ e diz que Exército impediu desmobilização de acampamentos nos quartéis” (Jovem Pan, 2023, matéria 103).

As sub-subcategorias 3, 4 e 5, “*Daniel Silveira*”, “*Flávio Dino*” e “*Deputados*”, respectivamente, têm em comum acusações de colaboração ou omissão em relação aos atos de 8 de janeiro. De um lado, instituições de justiça como o STF e o MPF pedem averiguação sobre a atuação de políticos; de outro, os deputados de oposição ao governo lançam suspeitas sobre um membro do governo.

Como já observado, a Jovem Pan pode, em determinados momentos, abordar os eventos de 8 de janeiro sob uma perspectiva editorial específica. Por exemplo, destacam-se os títulos de algumas matérias acompanhados de seus respectivos identificadores: “MPF é contra suspensão de posse de deputados por suposto envolvimento com atos de vandalismo no DF” (Matéria 116); “Moraes manda investigar Daniel Silveira por suposta ligação com ataques de 8 de janeiro” (Matéria 160); e “Kim Kataguirí aciona PGR contra Flávio Dino por crime de responsabilidade” (Matéria 162). Esses exemplos ilustram como a emissora pode tratar temas de diferentes espectros políticos conforme sua linha editorial.

Tavares e Pires (2022) comentam que, ao analisar a forma como a Jovem Pan se comunica, observa-se que a emissora frequentemente se coloca em oposição aos ideários progressistas. Essa postura se manifesta principalmente em críticas direcionadas à esquerda, a quem são atribuídas diversas características negativas.

A sub-subcategoria 6, “*Bolsonaro*”, destaca que Bolsonaro foi incluído nas investigações devido à sua retórica de não aceitar os resultados das eleições, o que poderia ter incentivado os atos de 8 de janeiro. A matéria de número 104 mostra como a Jovem Pan retratou esse acontecimento: “O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e incluiu o ex-presidente Jair Bolsonaro na investigação sobre os atos de vandalismo ocorridos no Distrito Federal” (Jovem Pan, 2023, matéria 104). Já a sub-subcategoria 7, “*Lula*”, aponta que a oposição acusa Lula de ter conhecimento sobre os atos e de não ter tomado medidas para evitá-los. Nesse aspecto, a matéria de número 187 mostra a reação da oposição ao citar o governo como um possível culpado pelos atos:

Após a divulgação de imagens que mostram o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, no Palácio do Planalto durante os atos de 8 de Janeiro, parlamentares da oposição acusam o governo federal de omissão por supostamente acobertar a atuação chefe do GSI e pedem investigação. (Jovem Pan, 2023, matéria 187).

Neto et al. (2024) expõem que a polarização política no Brasil, intensificada pelas redes sociais e por discursos extremistas, transformou o cenário político em um ambiente de radicalização, onde o diálogo foi substituído pela intolerância e pelo confronto. Esse processo, amplificado pela atuação de líderes políticos como Jair Bolsonaro em oposição a Lula, criou um cenário de “nós contra eles”, no qual adversários políticos são tratados como inimigos a serem derrotados a qualquer custo. Essa dinâmica culminou em atos antidemocráticos, como os eventos de 8 de janeiro de 2023, que representaram uma tentativa de desestabilizar o Estado Democrático de Direito e enfraquecer as instituições democráticas. Mesmo após os atos de 8 de janeiro e suas consequências, as narrativas continuam a ser construídas para atribuir a responsabilidade ao campo político oposto (Neto et al, 2024).

A sub-subcategoria 8, “*Civis*”, aborda a cobertura jornalística sobre as ações às quais os civis envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 foram submetidos, como pedidos de investigação e prisão, destacando seus perfis, motivações ideológicas e as repercussões sociais e legais de suas ações. As matérias detalham os processos legais, incluindo investigações e punições, e discutem as repercussões políticas e sociais, como a polarização e a defesa ou condenação dos envolvidos. Nesse sentido a matéria de número 127 revela um fragmento sobre esse cenário: “Protocolados em dois inquéritos e ambos que contam com a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, o órgão chegou ao número de 912 pessoas denunciadas divididas entre executores e incitadores dos atos de violência em questão” (Jovem Pan, 2023, matéria 127).

A sub-subcategoria 9, “*Financiadores*”, foca na identificação de indivíduos ou grupos que forneceram recursos para a organização dos ataques, incluindo o rastreamento financeiro e a análise de formas de apoio material, como doações, além das implicações legais dessas ações. A matéria de número 505 traz o relato: “A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta segunda-feira, 8, a 23ª fase da Operação Lesa Pátria, que resultou na prisão de um homem suspeito de contratar ônibus para levar extremistas aos atos de 8 de Janeiro de 2023” (Jovem Pan, 2024, matéria 505).

A sub-subcategoria 10, “*Motivadores*”, explora os fatores ideológicos, políticos e sociais que impulsionaram os participantes a praticar aqueles atos em 8 de Janeiro. Nesse aspecto, a matéria de número 46 é a única dessa sub-subcategoria, expressando as ações sofridas após os atos:

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, planeja aumentar nos próximos dias o número de acordos de não persecução penal firmados com pessoas denunciadas por incitação aos atos de 8 de janeiro de 2023 que não cometeram atos de violência, invasão e depredação dos prédios públicos “ (Jovem Pan, 2023, matéria 46).

A subcategoria 3, “CPMI”, abarca a sub-subcategoria 1, “*Abertura da CPI*”. As matérias trazem informações sobre a instauração da CPMI e como ela foi motivada pela necessidade de esclarecer os atos ocorridos na sede dos Três Poderes em Brasília, com foco em identificar os responsáveis e compreender os fatores que possibilitaram os acontecimentos. O pedido de abertura gerou intensos debates no Congresso Nacional, refletindo a polarização política no país, com grupos defendendo a apuração ampla e outros questionando a motivação e a forma como a comissão foi proposta.

No que diz respeito à abertura da CPMI, Meyer e Prates (2023) destacam que esse momento simbolizou uma tentativa de institucionalização das respostas aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 por meio de uma investigação conjunta entre os poderes Legislativo e Judiciário. De acordo com os autores, a instauração da CPMI representou não apenas a necessidade de apurar os responsáveis pelos ataques às sedes dos Três Poderes, mas também de demonstrar a capacidade das instituições democráticas de responder a ameaças estruturais. Contudo, Meyer e Prates (2023) alertam para os riscos de politização dessa comissão desde o início, considerando que a polarização política poderia transformar a CPMI em um palco de disputas partidárias, desviando-a de seus objetivos originais. Os autores pontuam que a relação intrínseca entre os trabalhos da CPMI e as decisões do STF reforça a necessidade de cautela para evitar que essa interdependência seja interpretada como uma interferência indevida ou uma confirmação de parcialidade institucional.

A matéria de número 126 mostra como essa mídia registrou aquele momento: “Investigação parlamentar é indispensável para desvendar quem realmente patrocinou a barbárie na Praça dos Três Poderes e todos os seus desdobramentos políticos e judiciários” (Jovem Pan, 2023, matéria 126). A Jovem Pan abordou a abertura da CPMI destacando críticas feitas pela oposição ao governo, questionando os interesses políticos por trás da criação da comissão e dando ênfase à necessidade de investigar todas as versões dos fatos.

No que diz respeito à sub-subcategoria 2, “*Formação do Colegiado da CPI*”, tem-se que a formação do colegiado da CPMI foi um momento estratégico e disputado, marcado pela composição de parlamentares de diferentes partidos e correntes ideológicas. A escolha de membros titulares e suplentes buscou atender a critérios de proporcionalidade partidária, garantindo representação plural no processo investigativo. Contudo, a nomeação de figuras de destaque na oposição e na base governista alimentou tensões e levantou preocupações sobre a imparcialidade dos trabalhos. A matéria de número 296 traz esse contexto:

A população quer apenas que a verdade venha à tona e que sejam punidos os responsáveis pelos atos deploráveis que ocorreram no 8 de Janeiro. Com relação à montagem da comissão, o governo Lula sabotou e boicotou até onde pôde essa CPMI (Jovem Pan, 2023, matéria 296).

Esse cenário reforçou o caráter político da CPMI, criando uma dinâmica complexa entre os envolvidos. A Jovem Pan trouxe análises críticas sobre a formação do colegiado, questionando a escolha de nomes ligados ao governo e alertando para a possibilidade de um desequilíbrio ideológico dentro da CPMI.

Para os Carvalho e Rovida (2024), no contexto da CPMI, a polarização política se tornou evidente entre os parlamentares: de um lado, os que buscavam caracterizar os eventos de 8 de janeiro como resultado de omissão do novo governo, e, de outro, os que defendiam a necessidade de uma investigação mais ampla.

Na sub-subcategoria 3, “*Depoimentos*”, os depoimentos prestados durante a CPMI constituíram uma das etapas mais relevantes e midiáticas do processo. Autoridades, agentes de segurança, manifestantes e outras figuras foram convocadas a esclarecer os fatos, oferecendo diferentes versões sobre o planejamento, execução e desdobramentos dos atos de 8 de janeiro. Algumas declarações trouxeram à tona contradições, novos elementos e, em alguns casos, revelações que aumentaram o interesse público. A matéria de número 204 mostra, no trecho a seguir, essas possíveis contradições naquele momento:

Como a Jovem Pan mostrou, gravações do circuito de segurança do prédio mostram o então ministro do governo Lula caminhando entre os invasores, no terceiro andar do palácio, na antessala do gabinete do presidente da República, e dando orientações para a saída de emergência aos manifestantes (Jovem Pan, 2023, Matéria 224).

A polarização ficou evidente nas estratégias dos parlamentares ao conduzirem as perguntas, alternando entre tentativas de responsabilização e de defesa de determinados grupos ou indivíduos. A emissora dedicou ampla cobertura aos depoimentos, com ênfase nos momentos de tensão e contradições. Os comentários frequentemente destacaram falas que reforçavam narrativas críticas ao governo ou ao sistema de segurança.

Meyer e Prates (2023) destacam que a seleção dos depoentes e a condução das oitivas da CPMI refletem uma busca por responsabilização, além de evidenciar as tensões políticas subjacentes ao processo investigativo. “A quarta parte [da CPMI] apresenta os indiciamentos de sessenta e uma pessoas, entre eles parlamentares e agentes de segurança, por diversos crimes, em grande parte aqueles descritos no art. 359-M do Código Penal” (Meyer e Prates, 2023, s.p.). Os autores ainda observam que:

[...] o relatório da CPMI está em consonância com os julgamentos das ações penais pelo Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo 8 de janeiro. [...] o relator, ministro Alexandre de Moraes [...] têm condenado os agentes antidemocráticos pelas normas penais sugeridas e levantadas no relatório final [...] (Meyer e Prates, 2023, s.p.).

No que concerne à sub-subcategoria 4, “*Questionamentos sobre a legitimidade da CPI*”, desde sua criação, a legitimidade da CPMI foi alvo de questionamentos por parte de diversos setores políticos e sociais. Críticos, especialmente ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, acusaram a comissão de ser um instrumento de perseguição política e de funcionar sob viés governista. Por outro lado, defensores da CPMI alegaram que o processo era fundamental para a transparência e o fortalecimento da democracia. Essa disputa narrativa afetou a percepção pública sobre a comissão, intensificando as dúvidas sobre a real isenção do colegiado. Na matéria de número 312, é mostrada essa questão, oposição ao governo afirma que quer ir afundo nas investigações: “A CPMI tem que ser técnica. Queremos entender o que realmente aconteceu. Não podemos deixar um defunto na sala, porque é isso que está acontecendo. Precisa fazer autópsia e enterrar (Jovem Pan, 2023, matéria 312).

A Jovem Pan frequentemente abordou as críticas à legitimidade da CPMI, destacando as alegações de parcialidade e os argumentos da oposição, reforçando a importância de uma investigação equilibrada e transparente. Amaral et al. (2023) apontam que veículos como Jovem Pan e GloboNews apresentaram narrativas divergentes sobre os atos, reforçando a polarização política e alimentando interpretações distintas entre seus públicos. Como consequência, observou-se um aumento no volume de publicações dedicadas ao tema, evidenciando seu impacto no cenário político e midiático.

Na sub-subcategoria 5, “*Relatório*”, tem-se que o relatório final da CPI consolidou as informações coletadas ao longo das investigações, apresentando conclusões e recomendações sobre os eventos de 8 de janeiro. O documento buscou sistematizar as provas, depoimentos e demais elementos, identificando os responsáveis e sugerindo encaminhamentos jurídicos e legislativos. Contudo, a elaboração e aprovação do relatório também foram marcadas por divergências entre os membros da comissão. Nesse contexto, Meyer e Prates (2023) destacam a reviravolta em torno dessa CPMI:

A criação da comissão foi requerida pela oposição do atual governo e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. O intuito era de controlar a narrativa no espaço parlamentar a fim de levar ao desgaste da gestão do presidente Lula. Havia uma tentativa de transferência de responsabilidade sobre os atos antidemocráticos. O presidente Lula e seus aliados tentaram desarticular a criação da CPMI, afirmando que o Estado brasileiro já apresentava recursos investigatórios suficientes para compreensão do que

de fato teria ocorrido. Apesar da articulação não ter sido exitosa, a condução da CPMI não atingiu os objetivos da ala conservadora. Isso porque o relatório final apontou a responsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores. O documento pede o indiciamento não só de Bolsonaro, mas de uma gama de agentes políticos, parlamentares, membros das Forças Armadas e servidores da segurança pública por diversos tipos penais, que vão desde incitação ao crime até aos ilícitos contra o Estado Democrático de Direito, como a tentativa de golpe de estado (Meyer e Prates, 2023, s.p.).

Na matéria de número 462, tem-se um trecho com uma que gerou discordância entre os componentes de oposição da CPI: “Comissão aprovou relatório da senadora Eliziane Gama, que pede indiciamento de Bolsonaro e mais 60 pessoas por quatro crimes; presidente do colegiado discorda de tese de que houve tentativa de golpe de Estado” (Jovem Pan, 2023, matéria 462).

Parlamentares da oposição contestaram a imparcialidade do texto, alegando que o relatório priorizava uma narrativa específica em detrimento de uma análise equilibrada. A emissora destacou as críticas ao relatório final, questionando sua imparcialidade e amplificando as vozes dos parlamentares que acusaram o documento de apresentar uma narrativa unilateral e politizada.

Na sub-subcategoria 6, “*Provas*”, observa-se que a coleta e análise de provas durante a CPMI foram fundamentais para embasar as investigações e conclusões do relatório final. Entre os materiais utilizados, destacaram-se documentos, depoimentos, vídeos e perícias que ajudaram a reconstruir a cronologia e os bastidores dos atos de 8 de janeiro. Conforme aponta o Relatório Final da CPMI (Brasil, 2024):

Esta Comissão apurou, mediante o imprescindível auxílio da imprensa brasileira, com reportagens densas e baseadas em provas orais e documentais; mas também com a oitiva de investigados; e com a quebra de diversos sigilos fiscais e telemáticos, que, de fato, a instituição foi aparelhada para agir como um braço forte e fiel do governo anterior, inclusive com episódios de aparente locupletamento indevido de diretores e algumas fraudes licitatórias que objetivavam a materialização do desvio da finalidade constitucionalmente atribuída à corporação (Brasil, 2023a, p. 324-325).

No que diz respeito à unidade específica 1, “*Imagens do sistema de segurança*”, as imagens do sistema de segurança, capturadas por câmeras de monitoramento, desempenharam um papel central na identificação de suspeitos e na reconstituição dos acontecimentos. Os vídeos revelaram falhas operacionais no controle de acesso às sedes dos Três Poderes e evidenciaram o comportamento de agentes de segurança e manifestantes durante os atos. A Jovem Pan fez ampla cobertura das imagens, enfatizando as falhas no sistema de segurança e questionando a postura das autoridades responsáveis pela contenção dos atos. Essa questão fica

evidenciada em uma matéria do Jornal Nacional, transcrita por Marcante (2023), tem-se que as “imagens das câmeras de segurança da esplanada dos ministérios, de drones da polícia, além de vídeos divulgados pelos próprios invasores estão sendo usados para reconstruir, para identificar um a um dos autores” (Marcante, 2023, p. 92).

A matéria de número 215 relata o conteúdo dos vídeos e suas possíveis interpretações para entender os atos de 8 de Janeiro:

A Jovem Pan teve acesso às imagens do circuito interno de segurança do Planalto que levaram à queda do ministro do gabinete Gonçalves Dias. Nos vídeos, ele aparecia no Palácio do Planalto durante nos atos de 8 de Janeiro. Imagens do circuito de segurança do Planalto mostram Dias andando pelo local durante a invasão (Jovem Pan, 2023, matéria 215).

Em relação à unidade específica 2, “*Redes sociais*”, observa-se que as redes sociais foram amplamente analisadas como instrumento de mobilização e divulgação das manifestações que culminaram nos atos de 8 de janeiro. As investigações demonstraram como plataformas digitais foram utilizadas para organizar a logística dos atos e disseminar discursos de cunho golpista, além de fomentar narrativas que contestavam os resultados eleitorais. A CPMI também analisou o papel de influenciadores e perfis engajados, trazendo à tona debates sobre a regulamentação do uso das redes sociais e a responsabilidade das plataformas no combate à desinformação. Nesse contexto, Araújo e Balardim (2024) destacam que:

Esse discurso maniqueísta se capilarizou dentro da base de apoio mais religiosa de Bolsonaro e foi amplamente disseminado nas redes sociais. Consequentemente, criou-se um antagonismo político entre grupos favoráveis ao presidente e grupos contrários a ele, sendo este último alvo de múltiplos ataques não somente pelos bolsonaristas, mas também pelo próprio ex-presidente e seus aliados dentro do governo, reforçando assim, um cenário de hostilidade e polarização na sociedade brasileira (Boito Jr., 2021) (Araújo e Balardim, 2024, p. 3).

Sobre essa questão, o próprio Relatório Final da CPMI destaca o uso das redes sociais equiparado a uma ferramenta de guerra:

Os golpes modernos - à esquerda e à direita - não usam tanques, cabos e soldados. Começam por uma guerra híbrida, psicológica, à base de mentiras, de campanhas difamatórias, da propaganda subliminar, da disseminação do medo, da fabricação do ódio. É tanta repetição, repetição, repetição, potencializada pelas redes sociais, pelo ecossistema digital, que muitos perdem o parâmetro da realidade (Brasil, 2024, p. 15).

A Jovem Pan destacou o papel das redes sociais na mobilização, frequentemente questionando a narrativa governista sobre a responsabilização dos organizadores e debatendo

os limites entre liberdade de expressão e controle de conteúdo. Nesse aspecto, a matéria de número 233 relata: “Os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro, ouvido pela Polícia Federal nesta quarta-feira, 26, anexou aos documentos da defesa um vídeo em que é mostrado como funciona o mecanismo de compartilhamento de conteúdo no Facebook” (Jovem Pan, 2023, matéria 233).

A subcategoria 4, “*Operação Lesa Pátria*”, refere-se a um conjunto de investigações e ações judiciais conduzidas pela Polícia Federal com o objetivo de apurar e responsabilizar os envolvidos nos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. A Jovem Pan apresenta, nas matérias, que a operação busca identificar não apenas os autores diretos dos ataques, mas também aqueles que financiaram, organizaram ou incitaram os atos, com base em crimes como a tentativa de golpe de Estado, destruição de patrimônio público e associação criminosa. A matéria de número 278 mostra esse objetivo ao relatar que “A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã desta quinta-feira, 11, a 11ª fase da Operação Lesa Pátria, que visa identificar financiadores, participantes e fomentadores dos atos de 8 de Janeiro” (Jovem Pan, 2023, matéria 278).

De acordo com a Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal (2023):

Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido. As investigações continuam em curso e a Operação Lesa Pátria se torna permanente, com atualizações periódicas acerca do número de mandados judiciais expedidos, pessoas capturadas e foragidas (Brasil, 2023b, s.p.).

A subcategoria 5, “*Desfechos*”, aborda o conteúdo das matérias relacionadas às investigações, abrangendo os resultados das apurações e as ações decorrentes dos eventos de 8 de janeiro de 2023, com destaque para os julgamentos dos réus e as prisões realizadas. A sub-subcategoria 1, “*Julgamentos dos réus*”, refere-se às matérias que abordam os processos judiciais e as decisões relacionadas aos réus acusados de envolvimento nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A matéria de número 239 traz esse tema para o leitor: “O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou favorável a tornar mais 200 denunciados pela Procuradoria-geral da República (PGR), pelas ações de vandalismo do dia 8 de Janeiro, em réus no Supremo” (Jovem Pan, 2023, matéria 239).

Acerca dos julgamentos, a redação do Jornal da USP no Ar (2023) destaca a fala da professora Helena Regina Lobo, do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP:

Helena Lobo considera o acontecimento de 8 de janeiro uma simbologia muito forte de ataque contra a democracia pelo motivo de os invasores tentarem forçar a intervenção militar por meio da GLO, Garantia da Lei e da Ordem. Assim, ela destaca a importância dos julgamentos com as análises das condutas de cada indivíduo e a pena adequada para cada uma das gravidades acima da ideia de uma justiça exemplar. “Sem dúvida alguma, guardadas essas limitações, o julgamento é uma sinalização muito importante que mostra a maturidade do Estado democrático brasileiro e o maior preparo contra esse tipo de situação”, observa Helena (Jornal da USP no Ar, 2023, s.p.).

A sub-subcategoria 2, “*Prisões*”, abrange as matérias que relatam os eventos e as repercussões legais relacionadas às prisões realizadas durante a investigação dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Na unidade específica 1, “*Defesa dos presos*”, a defesa dos presos é um aspecto central nas investigações sobre os atos de 8 de janeiro. Os advogados dos réus têm buscado argumentos para contestar as prisões, questionando, por exemplo, a legalidade da detenção ou a falta de provas substanciais para justificar as acusações. A matéria de número 171 destaca um deputado federal na defesa dos presos, ao expressar, na matéria, que: “Nesta segunda-feira, 10, o programa Pânico recebeu o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS). Na entrevista, ele afirmou que compilou denúncias de maus tratos entre presos pelos atos de vandalismo do dia 8 de janeiro” (Jovem Pan, 2023, matéria 171).

A Jovem Pan reportou as reações dos advogados, destacando o uso de argumentos jurídicos, como o direito à ampla defesa e a presunção de inocência. Em algumas reportagens, a emissora também relatou que a defesa tentava enfraquecer as evidências apresentadas pela acusação, sugerindo que as prisões foram uma resposta exagerada a atos de protesto.

Na unidade específica 2, “*Questionamentos sobre a legitimidade das prisões*”, há uma discussão em torno da legitimidade das prisões, com críticos apontando que alguns detidos poderiam ser alvos de perseguição política, em um contexto de crescente polarização no Brasil. A Jovem Pan abordou esse aspecto, com algumas reportagens citando questionamentos sobre a imparcialidade da justiça e a alegação de que as prisões poderiam ter sido politicamente motivadas, afetando principalmente aqueles identificados como opositores do governo atual. Nesse sentido, a matéria de número 523 apresenta:

Um grupo formado por oito líderes do Senado Federal publicaram uma nota pública em que expressam “grande preocupação” após a ordem de busca e apreensão contra o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), líder da oposição na Câmara dos Deputados. No texto, os senadores reiteram que apoiam “qualquer investigação que tenha por fim apurar graves ilícitos”, contudo, eles alegam que os inquiridos devem “respeitar o juízo natural, os direitos e garantias individuais, as prerrogativas do exercício do mandato parlamentar e o devido processo legal (Jovem Pan, 2023, matéria 523).

De acordo com Fernandes e Rodrigues (2024), no que diz respeito aos aspectos jurídicos relacionados às prisões dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro:

Foram presos em 8 de janeiro de 2023 1.166 pessoas, sendo dos 1.166 presos: 673 são homens, encaminhados ao CDP 2 (Centro de Detenção Provisória 2), no Complexo Penitenciário da Papuda; e, 493, mulheres, levadas à Penitenciária Feminina do DF. Estes manifestantes, que posteriormente alguns foram chamados de terroristas, estavam acampados em frente ao QG de Brasília. De imediato surgiu a dúvida sobre de quem seria a competência de julgar estas pessoas, mais precisamente se estava correto nas competências e critérios para que o STF tenha sido a corte julgadora, a proporcionalidade das penas aplicadas, e as consequências destas penas como é o caso da morte na prisão (Fernandes e Rodrigues, 2024, s.p.).

Na unidade específica 3, “*Acordos*”, as matérias relatam a realização de acordos entre os réus e as autoridades. Nesse contexto, a emissora destacou a possibilidade de acordos de colaboração entre os presos e as autoridades, com réus oferecendo informações em troca de benefícios, como a redução de penas. Esses acordos são comuns em investigações de grande escala e podem ser fundamentais para esclarecer a participação de outros envolvidos nos ataques de 8 de janeiro.

Segundo Vivas (2024), os acordos firmados com os acusados dos atos de 8 de janeiro possibilitam a suspensão dos processos penais, desde que os envolvidos cumpram exigências determinadas pela Justiça, como a prestação de serviços comunitários e a participação em cursos sobre democracia. Os casos envolvem pessoas que estavam em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, sem participação direta nas invasões aos prédios públicos. Conforme Camim (2024), os acordos são restritos àqueles que respondem apenas pelos crimes de incitação ao crime e associação criminosa, “Ou seja, são as pessoas que acamparam em frente aos quartéis, mas não participaram (ou não há provas da participação) efetivamente da invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília” (Camim, 2024, s.p.).

A matéria de número 460 mostra essa dinâmica: “A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou nesta terça-feira, 17, ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de homologação dos primeiros acordos de não persecução penal firmados entre os réus do 8 de Janeiro” (Jovem Pan, 2023, matéria 460). A Jovem Pan reportou como esses acordos impactam o andamento das investigações, com ênfase nas implicações políticas e jurídicas dessas negociações.

A unidade específica 4, “*Libertação de presos*”, destaca que, em algumas situações, alguns dos presos foram libertados após decisões judiciais favoráveis, como *habeas corpus* ou por insuficiência de provas. A Jovem Pan relatou a libertação de certos réus, especialmente

aqueles que não foram considerados figuras centrais nos atos de violência, mas que ainda enfrentavam acusações graves. Nesse contexto, a matéria de número 523 descreve:

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar 12 pessoas que foram detidas em frente a quartéis do Exército em Rio Branco, no Acre, e Belém, no Pará, no dia 9 de janeiro de 2023. Ao analisar o pedido de soltura feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Moraes entendeu a investigação relacionada aos acusados não tem relação com o processo que está no Supremo e apura os atos golpistas em Brasília (Jovem Pan, 2023, matéria 523).

Entretanto, há, ainda, aquelas defesas que buscavam a soltura, alegando ter sofrido lesão no que diz respeito à locomoção e à liberdade. Nesse contexto, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski “aplicou entendimento consolidado do STF na Súmula 606, e reafirmado pelo Plenário, no sentido da impossibilidade da tramitação de habeas corpus contra ato de órgão colegiado da Corte ou de qualquer ministro” (Brasil, 2023c, s.p.).

Sobre a unidade específica 5, “*Prisões pós-CPMI e Lesa Pátria*”, após a criação da CPMI e a continuidade da Operação Lesa Pátria, as matérias esclarecem que houveram novas prisões de indivíduos acusados de envolvimento nos ataques. A Jovem Pan noticiou que as prisões pós-CPMI continuaram a repercutir, com investigações adicionais identificando pessoas que talvez não tivessem sido inicialmente reconhecidas como culpadas ou que haviam participado em um nível mais amplo dos eventos de 8 de janeiro. A cobertura abordou o impacto político dessas prisões, com diferentes grupos opinando sobre se as detenções eram justas ou se estavam sendo usadas como forma de pressão política.

A 25ª fase da **Operação Lesa Pátria** foi deflagrada pela **Polícia Federal** nesta quinta-feira, 29, com o objetivo de investigar os financiadores dos atos antidemocráticos do **8 de Janeiro**. Ao todo, foram cumpridos 3 mandados de prisão preventiva, 24 de busca e apreensão e 7 de monitoramento eletrônico em sete Estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo) e no Distrito Federal. Além disso, foi determinada a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados. Os nomes não foram revelados (Jovem Pan, 2023, matéria 523).

De acordo com a Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal (2024), mandados de prisão preventiva, expedidos pelo STF, foram cumpridos em 18 estados e no DF como parte das investigações relacionadas aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. De acordo com a PF, até o momento, 50 pessoas já foram presas em estados como Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Paraná e no próprio Distrito Federal. A redação destaca que as ações da PF seguem em andamento com o

objetivo de localizar e prender 159 investigados que permanecem foragidos (Brasil, 2024b, s.p.).

5.2.3 Categoria 3: Desfechos

A categoria 3, “*Desfechos*”, engloba os resultados e repercussões dos atos. Suas subcategorias são: “*Novos atos de novembro de 2023*”, que registra mobilizações subsequentes; “*Dia do Patriota*”, tratando das simbologias associadas ao movimento; “*Jovem Pan*”, que discute a cobertura jornalística da emissora; “*Impactos na democracia*”, que aborda os reflexos políticos e institucionais; “*Restauração dos bens*”, sobre os esforços de recuperação do patrimônio destruído; “*Evento de 01 ano*”, refletindo as manifestações realizadas no aniversário dos atos; e “*Medidas para que o evento não se repita*”, que inclui políticas implementadas para evitar novas ocorrências semelhantes. A Tabela 7 apresenta a estrutura hierárquica dessa categoria.

Tabela 7 – Estrutura hierárquica da categoria 3			
CATEGORIA	TÍTULO	IDENTIFICADOR DAS MATÉRIAS	QTD. DE MATÉRIAS
CATEGORIA 3	DESFECHOS		
Subcategoria 1	Novos atos de novembro de 2023	77, 88	2
Subcategoria 2	Dia do patriota	385, 384, 387	3
Subcategoria 3	Jovem Pan	330	1
Subcategoria 4	Impactos na democracia	348, 352	2
Subcategoria 5	Restauração dos bens	516	1
Subcategoria 6	Evento de 1 ano	490, 495, 497, 498, 499, 500, 501, 503, 504, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 515, 517, 520	19
Subcategoria 7	Medidas para que o evento não se repita	75, 120, 349, 401	4

Fonte: Elaborado pelo autor principal (2024).

A subcategoria 1, “*Novos atos de novembro de 2023*”, reflete, em suas matérias, eventos posteriores aos atos de 8 de janeiro, em que as autoridades, especialmente o interventor federal do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, reforçaram medidas preventivas de segurança para evitar novos episódios de vandalismo e violência em manifestações. Nota-se que as matérias usam uma abordagem que tenta equilibrar a defesa das liberdades individuais, como o direito à

manifestação, com a necessidade de manutenção da ordem pública. A matéria de número 77 pontua que:

Cappelli ponderou que no domingo, 8, houve falta de comando e de liderança, com a ausência do agora ex-secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, mas declarou plena confiança nos agentes de segurança. Ele ainda disse que houve uma tentativa de criar um ambiente de crise no Brasil, por parte de um grupo insatisfeito com o resultado das eleições de 2022, mas que esse não é o caso. “A lei será cumprida. Nossa democracia é plena. O direito de livre de manifestação será respeitado dentro daquilo que prevê a Constituição. Isso não se confunde com terrorismo, ataque às instituições democráticas, atentado ao patrimônio público e à democracia. A lei será cumprida e [os manifestantes] serão tratados com o rigor da Lei”, complementou (Jovem Pan, 2023, matéria 77).

Como mencionado anteriormente, a Jovem Pan adota uma postura de referenciar os indivíduos ligados diretamente aos atos de 8 de janeiro em Brasília como “manifestantes”, seguindo uma linha editorial que evita termos mais carregados, como “terroristas”, por exemplo. Isso pode ser observado, na citação acima, ao referenciar os envolvidos pela fala do interventor. Ademais, entre as falas de Ricardo Cappelli, a emissora destaca:

Entre as ações desta quarta-feira, polícia do Exército foi deslocada para patrulhar o entorno do Palácio do Planalto, invadido e depredado no domingo, 8. A Esplanada dos Ministérios foi fechada com dezenas de viaturas policiais, helicóptero e reforço do batalhão de cães. Ônibus da Polícia Militar foram com capacetes, cassetetes e mais equipamentos de preparação para confrontos. Cappelli concedeu entrevista coletiva nesta quarta para anunciar um plano de ações que evitasse novos atos de violência no DF. Ele falou que haverá mobilização máxima das forças policiais, inclusive com apoio da inteligência da segurança pública federal mobilizado da nossa inteligência (Jovem Pan, 2023, matéria 88).

Scabin e Leite (2022) argumentam que veículos de comunicação de viés conservador tendem a usar a liberdade de expressão como bandeira para justificar suas posições político-ideológicas, mesmo que, em algumas situações, a liberdade de expressão ultrapasse limites éticos ou legais.

A subcategoria 2 “*Dia do patriota*”, trouxe matérias que abordaram a polêmica em torno da instituição do “8 de janeiro” como data comemorativa em Porto Alegre-RS, destacando sua associação com os ataques antidemocráticos ocorridos em Brasília nessa data. A medida foi amplamente criticada, sendo considerada uma afronta aos princípios da moralidade e do Estado Democrático de Direito pelo ministro da Justiça, Flávio Dino, e pela PGR, que solicitou ao STF sua inconstitucionalidade. A matéria de número 385 ilustra esse cenário:

Na ADPF apresentada à Suprema Corte, o procurador Carlos Frederico explica que, no dia 2 de junho, foi editada a Lei 13.496, que instituía o 8 de Janeiro como o “Dia

em Defesa da Democracia”. Menos de dois meses depois, a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre cria o “Dia do Patriota”. Na ação, a PGR diz que a nova norma, “em lugar de defender e proteger, dirige-se a estimular e a promover o ataque e a afronta ao regime democrático estatuído nos arts. 1º, 23, I, e 34, VII, ‘a’, da Constituição Federal”. A proposição foi de autoria do vereador Alexandre Bobadra (PL), em 15 de março. O parlamentar teve a sua cassação confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS) por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação (Jovem Pan, 2023, matéria 385).

A subcategoria 3, “*Jovem Pan*”, traz uma matéria que relata que a empresa cancelou a concessão de uma rádio parceira por apoiar os atos de 8 de janeiro. Em ambos os casos (subcategorias 2 e 3), a Jovem Pan abordou o tema de forma informativa, com o intuito de reafirmar os valores republicanos e mitigar os impactos negativos da controvérsia. Sobre esse reforço da Jovem Pan ao posicionamento em defesa da democracia e do Estado de Direito, tem-se o texto da matéria 330:

A Jovem Pan esclarece que o empresário Milton Oliveira não faz mais parte do grupo de afiliados da Rede Jovem Pan. O contrato com a DPV Limitada, empresa que administrava a Jovem Pan Itapetininga, foi rompido na tarde de 20 de abril deste ano, mesma data em que o radialista usou o espaço da programação local da afiliada para manifestar apoio aos atos criminosos de 8 de Janeiro e para declarar ter apoiado financeiramente os protestos que levaram à depredação em Brasília. O Grupo Jovem Pan reforça a posição em defesa da democracia e do Estado de Direito, razão pela qual se viu obrigado a adotar medidas legais contra o empresário Milton Oliveira com o objetivo de preservar a credibilidade de uma empresa que tem 80 anos de história na radiodifusão (Jovem Pan, 2023, matéria 330).

Salaroli (2023) observa que, embora a Jovem Pan tenha uma linha editorial consolidada, voltada para um público conservador, ela tem demonstrado flexibilidade em determinados momentos, adaptando-se a questões controversas para se posicionar de maneira estratégica. O “8 de janeiro”, como uma questão que gerou uma série de repercussões e punições, exemplifica bem essa adaptação. Essa tentativa de isenção pode ser entendida como uma estratégia para preservar a relevância e a influência da Jovem Pan no cenário político e midiático, especialmente diante de mudanças no governo. Embora a emissora tenha uma linha editorial voltada ao público conservador, seu reposicionamento em determinados momentos pode indicar uma tentativa de minimizar prejuízos institucionais, como perda de credibilidade, queda de audiência ou sanções regulatórias.

A subcategoria 4, “*Impactos na democracia*”, aborda as consequências dos eventos de 8 de janeiro na estabilidade institucional brasileira, destacando a resiliência das instituições e a preservação da democracia. O Comandante do Exército, Gen Tomás, enfatizou que, apesar da violência, a democracia permaneceu sólida, ressaltando a importância de superar divisões e fortalecer o sistema democrático. A ministra do STF, Cármen Lúcia, complementou essa visão,

afirmando que os valores democráticos seguem protegidos, mas demandam vigilância e comprometimento coletivo diante dos desafios enfrentados. Ambas as perspectivas convergem na avaliação de que os ataques não abalaram a essência democrática do país. A matéria de número 348 retrata a fala do general:

Durante uma transmissão ao vivo realizada nesta quinta-feira, 20, o comandante do Exército Brasileiro, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, afirmou que a população não deve se preocupar com o sistema democrático e que é preciso tirar do imaginário das pessoas a percepção de ameaça ao Estado brasileiro após os ataques do 8 de Janeiro. O general também enfatizou que a concepção de trabalho do Exército é baseada na Constituição (Jovem Pan, 2023, matéria 348).

No que diz respeito à fala da ministra do STF, a matéria 352 destaca que:

A magistrada declarou que a democracia precisa ser preservada e festejada e que o povo brasileiro não tem o direito de desistir da democracia. Ela também lembrou que em breve serão 200 dias das invasões e depredações à Praça dos Três Poderes no 8 de Janeiro e afirmou que “a democracia não foi abalada, o STF não foi abalado”: “A democracia não se abala quando há uma sociedade que não se deixa abalar”. Segundo a ministra, o regime democrático está em constante construção e, por isso, é necessário que todas as gerações sejam incentivadas a ter gosto pela democracia para cultivá-la [...] (Jovem Pan, 2023, matéria 352).

Mendes et al. (2024) destacam que os protestos de 8 de janeiro de 2023 diferem significativamente de manifestações democráticas tradicionais devido a características principais: as pautas mobilizadas não eram pró-sociedade, mas contra o sistema democrático; não partiram de demandas espontâneas da sociedade civil ou de movimentos sociais, mas foram impulsionados por grupos de interesse e financiadores privados; e buscaram impor visões unilaterais e soluções simplistas para questões complexas. Nesse sentido, a atuação das instituições foi fundamental para manter o processo democrático em curso no país.

A subcategoria 5, “*Restauração dos bens*”, traz uma matéria que aborda a restauração do relógio de pêndulo de Dom João VI - vandalizado durante os ataques de 8 de janeiro, e enviado à Suíça para recuperação. Segundo a emissora, “O valor do que foi destruído é incalculável por conta da história que ele representa” (Jovem Pan, 2024, 516). O destaque dado à parceria entre os governos do Brasil e da Suíça reflete uma tentativa de reafirmar o compromisso com a preservação do patrimônio histórico e com a reconstrução simbólica dos espaços institucionais. No entanto, ao focar de maneira objetiva na restauração da peça, a cobertura evita se aprofundar na gravidade dos atos que levaram à destruição desses bens culturais. Essa abordagem, embora valorize a importância da preservação histórica, parece diluir a responsabilidade coletiva e política dos eventos, tratando o vandalismo quase como um fenômeno isolado, desprovido de suas implicações democráticas mais amplas. Ao suavizar os

desdobramentos críticos desse episódio, a matéria acaba por se alinhar à narrativa editorial que, por vezes, prioriza uma visão menos contundente dos ataques, deixando em segundo plano a discussão sobre os impactos profundos desses atos na democracia brasileira.

Korquievicz et al. (2023) discutem a importância da recuperação de bens culturais danificados como meio de fortalecer o Estado Democrático de Direito. Para os autores, a restauração desses bens não é apenas uma obrigação estatal, mas uma resposta simbólica contra atos que tentam abalar a democracia. Os autores argumentam que a recuperação desses símbolos históricos reforça a resiliência das instituições e atua como um marco de memória coletiva para evitar a repetição de tais ataques.

A subcategoria 6, “*Evento de 1 ano*”, respectivamente, reúne matérias que abordam as cerimônias e medidas de segurança realizadas em Brasília em janeiro de 2024, um ano após os ataques às sedes dos Três Poderes. As notícias relatam a convocação de governadores, pelo presidente Lula, para um ato público em defesa da democracia, com a presença de 500 convidados entre autoridades e representantes da sociedade civil. A cerimônia, intitulada “*Democracia Inabalada*”, contou com discursos do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. A solenidade também incluiu a entrega de itens restaurados e a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes, que ficou responsável por cantar o hino nacional. Medidas rigorosas de segurança foram implementadas, incluindo o bloqueio da Esplanada dos Ministérios e a mobilização de 2.000 policiais. A ocasião também foi marcada pela inauguração de uma exposição no STF sobre os ataques, reforçando a importância da memória e da reconstrução democrática. Apesar dos esforços para promover a união nacional, o evento foi marcado por ausências significativas, como a de governadores de oposição e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

A matéria de número 490 retrata esse momento em que o presidente Lula realiza a convocação para o evento:

A manifestação deve ocorrer em 8 de janeiro de 2024, uma segunda-feira, data em que se completa um ano das invasões e depredações aos prédios da Praça dos Três Poderes. O presidente defendeu que o atual regime democrático é o único capaz de permitir que a população tenha acesso às riquezas do país. Durante o evento, Lula também enfatizou a importância de tratar os governadores e prefeitos com respeito e cidadania, independentemente de seus partidos políticos (Jovem Pan, 2023, matéria 490).

No que diz respeito à exposição, a matéria 508 discorre sobre a ocasião:

O Supremo Tribunal Federal (STF) inaugurou nesta segunda-feira, 8, uma exposição para marcar um ano desde que seu prédio foi depredado nos atos de 8 de Janeiro. [...] O prédio do STF foi o mais danificado entre os três Poderes durante os ataques [...]. Estima-se que os custos da destruição tenham sido de cerca de R\$ 12 milhões. [...] A abertura ocorre no Hall dos Bustos, onde estão expostas estátuas de juristas e que foi invadido no dia 8 de janeiro do ano passado. Em seguida, os ministros se dirigem ao plenário da corte, onde assistem a um vídeo. Por fim, eles vão ao salão branco do Supremo, que é a principal entrada de autoridades no prédio. A exposição estará aberta ao público a partir desta terça-feira, 9, das 13h às 17h, no térreo do edifício-sede (Jovem Pan, 2024, matéria 508).

A cobertura da Jovem Pan reflete uma estratégia editorial que, embora factual em sua apresentação dos acontecimentos, revela um subtexto que busca relativizar a gravidade dos ataques. A emissora frequentemente enfatiza as polêmicas e divisões políticas em torno das cerimônias, destacando a ausência de figuras da oposição e sugerindo que tais eventos podem intensificar a polarização em vez de promover a pacificação nacional. Ao tratar o evento como uma manifestação potencialmente divisiva, a Jovem Pan minimiza a importância simbólica da defesa da democracia e desloca o foco para a crítica às medidas governamentais, como o reforço da segurança e a criação do Museu da Democracia. Essa abordagem, ao invés de consolidar um consenso em torno dos valores democráticos, parece reforçar uma narrativa de desconfiança e conflito, alinhando-se às percepções de parte de seu público conservador e evitando um posicionamento claro de condenação dos atos antidemocráticos.

Le Goff (1990) oferece uma reflexão fundamental para compreender as dinâmicas de construção e disputa da memória coletiva. O autor distingue a história, enquanto disciplina que busca uma interpretação crítica e contextualizada do passado, da memória, que é seletiva, emocional e muitas vezes instrumentalizada para fins políticos e ideológicos. A cerimônia de um ano dos ataques é um exemplo claro dessa construção intencional de memória. Ao promover discursos oficiais, restaurar bens culturais danificados e realizar exposições, o evento buscou fixar uma narrativa específica de resiliência democrática e rejeição ao autoritarismo. No entanto, conforme Le Goff (1990) alerta, a memória oficial está sempre sujeita a contestações e reinterpretações. A cobertura da mídia, especialmente de veículos como a Jovem Pan, que enfatizam a polarização e relativizam a gravidade dos ataques, ilustra como a memória pode ser fragmentada e disputada. Nesse sentido, a cerimônia e sua cobertura midiática evidenciam o embate contínuo entre a tentativa de consolidar uma memória democrática oficial e os esforços para reinterpretar ou enfraquecer essa narrativa, revelando o quanto a memória é uma arena de conflitos sociais e políticos.

Por fim, a subcategoria 7, “*Medidas para que o evento não se repita*”, reúne matérias que abordam as ações implementadas para evitar novos ataques semelhantes aos ocorridos em

8 de janeiro de 2023. As notícias destacam decisões como a do ministro Alexandre de Moraes, que proibiu o bloqueio de rodovias e a invasão de prédios públicos em resposta a novas ameaças de vandalismo em novembro de 2023. Em declarações públicas, ministros do STF, como Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, reforçaram a resiliência das instituições, mesmo diante da destruição física das sedes dos Três Poderes. Também foi feita propostas legislativas discutidas pelo governo sugeriram penas mais severas, como prisão de até 40 anos para crimes contra a vida de autoridades dos Três Poderes. Essas medidas refletem uma estratégia de vigilância intensificada e punições rigorosas para prevenir novas ameaças à ordem democrática.

Ao noticiar a decisão do ministro Alexandre de Moraes de proibir bloqueios de rodovias e invasões de prédios públicos, a emissora destaca a abrangência da medida, sugerindo um possível excesso de autoridade. Segundo a matéria 75:

[...] continua a AGU, ao pedir que uma série de medidas sejam tomadas para coibir novos bloqueios e invasões, incluindo a aplicação de multa horária e determinação de prisão em flagrante – o que foi atendido por Moraes. O magistrado determina a proibição de bloqueios em vias de todo o país ou invasões que interrompam o tráfego em prédios e espaços públicos, sob multa de R\$ 20 mil para pessoas físicas e de R\$ 100 mil para pessoas jurídicas que descumprirem a proibição por meio de participação direta em atos considerados “antidemocráticos”, assim como pela incitação – inclusive de forma eletrônica – ou prestação de apoio material, logístico ou financeiro para os bloqueios. No despacho, Alexandre de Moraes prevê que as autoridades públicas de todos os níveis federativos adotem, sob pena de responsabilidade pessoal, as providências necessárias para impedir as tentativas de bloqueios, executando a prisão em flagrante delito daqueles que “ocupem ou obstruam vias urbanas e rodovias, inclusive adjacências, bem como procedam à invasão de prédios públicos”. O magistrado exige ainda a identificação de todos os possíveis veículos a serem utilizados na prática dos atos de obstrução, com qualificação dos proprietários, e bloqueio de contas e grupos do Telegram utilizados para a convocação dos atos (Jovem Pan, 2023, matéria 75).

Da mesma forma, ao reportar a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estabelecer penas de até 40 anos para atentados contra a vida de autoridades dos Três Poderes, a ênfase recai sobre a severidade das punições, o que pode induzir o público a questionar a proporcionalidade da iniciativa. De acordo com a matéria 349:

[...] o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro Flávio Dino, da Justiça, divulgaram também projetos de lei que propõem punições mais rigorosas a quem supostamente atentar contra o Estado. Entre as mudanças, está a alteração do Código Penal para estabelecer **pena de prisão de 20 a 40 anos** para quem “atentar contra a vida” do presidente e vice; presidentes da Câmara e do Senado; ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador-geral da República (Jovem Pan, 2023, matéria 349).

Essa abordagem, ao salientar potenciais implicações negativas das medidas preventivas, pode contribuir para uma percepção pública de que as ações destinadas a proteger a ordem democrática são, na verdade, ameaças às liberdades civis, desviando o foco da gravidade dos atos antidemocráticos que motivaram tais medidas.

Miguel (2014) argumenta que a mídia não apenas reflete o debate público, mas também participa ativamente da construção dos limites do que é considerado legítimo ou ilegítimo no espaço democrático. A postura crítica da Jovem Pan em relação às decisões de figuras como Alexandre de Moraes e às propostas legislativas do governo Lula ilustra uma estratégia editorial que enquadra a defesa das instituições como uma ameaça às liberdades individuais. Essa abordagem, segundo o autor, fragmenta a esfera pública e dificulta a construção de um consenso democrático, ao alimentar uma narrativa de desconfiança e resistência às autoridades constitucionais. Ao invés de fortalecer a percepção da necessidade de proteger as instituições contra novas investidas autoritárias, a cobertura da emissora reforça divisões políticas e impede que as medidas sejam interpretadas como ações legítimas para a manutenção da ordem democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial deste estudo era o de analisar como os atores envolvidos nos eventos do 8 de janeiro foram motivados a agir, buscando compreender a rede de significados que os levou a atuar e a acreditar naquele momento. Para atender a esse intuito, a pesquisa se concentrou na análise das publicações de mídia, escolhendo um meio de comunicação que, em algum nível, pudesse retratar a ideologia que impulsionou os participantes a atacar o Congresso Nacional.

Essa análise representou um desafio duplo: por um lado, tentar desvendar os motivos e os sentidos atribuídos a esse momento histórico; por outro, enfrentar as limitações decorrentes da escassez de fontes, uma vez que o evento é recente e ainda não está plenamente consolidado em textos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) e registros historiográficos.

A pesquisa alcançou resultados dentro dos objetivos propostos. O objetivo central passou a ser o de analisar o conteúdo das matérias veiculadas por um meio de comunicação jornalístico sobre os eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Além disso, buscou-se investigar os processos de construção e difusão de sentidos pela mídia, identificar as mensagens transmitidas e entender as estratégias utilizadas para construir e comunicar essas narrativas.

Os resultados evidenciaram como o veículo de comunicação pesquisado estrutura sua narrativa, selecionando e entregando ao público um recorte específico dos acontecimentos de 8 de janeiro. A análise revelou que, ao abordar os eventos, o meio de comunicação constrói uma narrativa alinhada aos seus valores e posicionamentos ideológicos.

Cabe destacar que este estudo se baseou na literatura da Psicologia Social para embasar as análises. Para pesquisas futuras, a partir dos dados encontrados neste trabalho, a adoção de uma abordagem teórica específica poderá contribuir para uma interpretação mais direcionada, ampliando a compreensão sobre o tema.

Por fim, a pesquisa abre caminho para estudos futuros. Com o conhecimento adquirido, sugere-se a realização de investigações que analisem as verbalizações, reações e discursos dos participantes registrados em vídeos ou outras mídias. Essa abordagem poderá aprofundar ainda mais a compreensão sobre os sentidos e motivações que emergiram naquele ato histórico, complementando os resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. As emoções contra a democracia. **Revista Brasileira**, Fase X, Ano II, n. 114, jan./mar. 2023
- AGÊNCIA O GLOBO. CPI do 8 de janeiro: entenda em 5 pontos o relatório final da comissão. **Portal eletrônico Folha de Pernambuco**, Senado, edição de 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/cpi-do-8-de-janeiro-entenda-em-5-pontos-o-relatorio-final-da-comissao/297025/>. Acesso em: 31 out. 2023.
- AGÊNCIA SENADO. CPMI do 8 de Janeiro é instalada; Eliziane é designada relatora. **Portal Eletrônico do Senado Federal**, edição de 25 maio 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/25/cpmi-do-8-de-janeiro-e-instalada-eliziane-e-designada-relatora#:~:text=Foi%20instalada%20nesta%20quinta%2Dfeira,janeiro%20aos%20Poderes%20da%20Rep%C3%ABlica>. Acesso em: 31 out. 2023.
- ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul./dez. 2001.
- ALLAIN, J. M.; CAMARGO, B. V. O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. **Psicol. Teor. Prat.**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 92-108, dez. 2007.
- ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.
- ALVES, R. PMs que agiram quase foram linchados: aos menos 44 ficaram feridos. **Portal Eletrônico O Tempo**, Brasília, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/8-de-janeiro-pms-que-agiram-quase-foram-linchados-aos-menos-44-ficaram-feridos-1.3306940>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- AMARAL, P. A.; SILVA, E.; MORAIS, O. J. Um acontecimento e múltiplas narrativas: uma análise da tentativa de golpe em Brasília sob a perspectiva da Jovem Pan News e da GloboNews em pool com a TV Globo. **Concilium**, São Paulo, v. 23, n. 21, p. 443-456, 2023. DOI: 10.53660/CLM-2441-23S40.
- ARANTES, P. F.; FRIAS, F.; MENESES, M. L. **8/1: A rebelião dos manés: ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília**. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2024.
- ARAÚJO, I. V. de A.; BALARDIM, R. Os atos fascistas do 8 de janeiro de 2023: uma análise sob a perspectiva de defesa e segurança nacional. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-10, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2024.1.45424>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ARAÚJO, L. S.; COUTINHO, M. P. L.; ARAÚJO-MORAIS, L. C.; SIMEÃO, S. S. S.; MACIEL, S. C. Preconceito frente à obesidade: representações sociais veiculadas pela mídia impressa. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 69-85, jan./abr. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATEMAN, J. A. **Multimodality and genre: a foundation for the systematic analysis of multimodal documents**. New York: Palgrave, 200

BATISTA, D. N.; SILVA, L. W. A. da; SIMAS, H. C. P. O outro lado do índio: representações sociais na mídia. **Revista Eletrônica Mutações**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 141-151, 2015.

BATISTA, I. R. **Autocratização comparada: democracias em retrocesso, eleições enviesadas e a expansão de autocracias eleitorais pelo mundo**. 2024. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Documentário BBC | 8 de Janeiro: o dia que abalou o Brasil**. YouTube, 5 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxciQQRUMNk>. Acesso em: 10 out. 2023.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, v. 39, p. 187-199, 2008.

BERTONCELLO, M. N. **A convergência no radiojornalismo: uma análise das transmissões da Rádio Jovem Pan, de São Paulo, através do Facebook**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Repositório Institucional PUCRS. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/15013/1/000495141-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). VITELLI, M.; SILVA, G. A.; SCANDIUZZI, M. J. B. S. N. **Ameaças à democracia**. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BOITO, A. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2020.

BORGES, L. de O. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, p. 81-107, 1999.

BORTOLON, B.; MANGABEIRA, M.; RUDNITZKI, E. 1 em 4 parlamentares cotados para a CPMI do 8 de janeiro amplificou desinformação sobre ataques. **Aos Fatos**, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/cpmi-8-janeiro-parlamentares-desinformacao-ataques/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. [Congresso Nacional]. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023a. **Relatório Final**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2606/mna/relatorios>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. [Ministério da Justiça e Segurança Pública]. Polícia Federal deflagra Operação Lesa Pátria para identificar participantes dos ataques no dia 8/1. **Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal**, 2023b.

BRASIL. [Ministério da Justiça e Segurança Pública]. PF realiza operação para prender foragidos da Lesa Pátria. **Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal**, 2024b.

BRASIL. [Supremo Tribunal Federal]. **8 de janeiro: um ano depois, ministros do STF comentam reação das instituições democráticas aos ataques**. 2024a. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/8-de-janeiro-um-ano-depois-ministros-do-stf-comentam-reacao-das-instituicoes-democraticas-aos-ataques/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. [Supremo Tribunal Federal]. **Rejeitados habeas corpus de presos após atos antidemocráticos de 8/1**. 2023c. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/rejeitados-habeas-corpus-de-presos-apos-atos-antidemocraticos-de-8-1/>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRITO, A. S.; MENDES, C. H.; SALES, F. R.; AMARAL, M. C. S.; BARRETO, M. S. O caminho da autocracia - Estratégias atuais de erosão democrática. **Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT)**, 2022.

BUENO, G.; ZANELLA, A. A imagem na pesquisa em psicologia social: um possível encontro da etnografia com o documentário cinematográfico. **Revista de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 37-52, 2017.

CAIO, C. Bolsonaroistas invadem Congresso Nacional em Brasília. **Revista eletrônica Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaristas-invadem-congresso-nacional-em-brasilia/>. Acesso em: 8 jan. 2023.

CAMIM, J. STF valida 102 acordos de réus pelos atos do 8 de Janeiro. **Estadão Conteúdo**, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-valida-102-acordos-de-reus-pelos-atos-do-8-de-janeiro/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

CARVALHO, R. P.; ROVIDA, M. F. Paltering: a verdade como tecnologia da desinformação. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 2, p. 26–46, 2024.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, A.; AGUIAR, A. de; BERRI, B.; CAMARGO, B. V. Representações sociais do rejuvenescimento na mídia impressa. **Temas psicol.** [online], 2016, v. 24, n. 1, p. 117-130. ISSN 1413-389X. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-08>.

CELLARD, A. A análise documental. In: **POUPART, J. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHAGAS, L.; DA CRUZ, M. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 13, n. 02, p. 33-52, jan./abr. 2022.

CHAGAS, L.; DA CRUZ, M. C. Nem tudo tem dois lados: a cobertura sobre a vacina no programa *Os Pingos nos Is* da Jovem Pan. **Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, v. 19, 2021, p. 141986. ISSN 2316-7564. ISBN 978-65-89463-16-0.

CHAPOLA, R.; BORGES, L. Fake news, oração e comida de graça: um dia no acampamento golpista. **Revista Veja**, São Paulo, 12 de nov. 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/fake-news-oracao-e-comida-de-graca-um-dia-no-acampamento-golpista#google_vignette. Acesso em: 08 nov. 2023.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 2, p. 201–214, 2018.

COPETTI, Aline Vieira Sá; QUIROGA, Carolina Villanova. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 10, n. 2, p. 161-177, 2018.

CORRÊA, A. M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 191–211, abr. 2007.

COSTA PINTO, António; GENTILE, Fabio (org.). **Populismo - Teorias e casos** [livro eletrônico]. 1. ed. Fortaleza, CE: Edmeta, 2020.

COSTA, P. H. A. DOS; MENDES, K. T. Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio. **Marx e o Marxismo: publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo**, v. 9, n. 16, p. 1-15, jan./jun. 2021. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

CUNHA, M.; DAÉBS, B.; SANTANA, T. Fake news nas igrejas: uma epidemia a ser curada. **Portal eletrônico Diplomatie**, São Paulo, 16 de maio, 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/fake-news-nas-igrejas-uma-epidemia-a-ser-curada/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CUSTÓDIO, J. L.; SILVA, F. L.; DE SÁ, A. A. Ataque aos bens culturais: prejuízo histórico-cultural causado no episódio de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. **Cuadernos De Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 7, p. 5876–5895. 2023.

DE MATTOS, P. M. Estratégias de Comunicação do STF e o Combate à Desinformação. In: **Anais do IV Encontro Virtual da ABCiber: Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Cibercultura: Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial**. Online, 20 e 21 de junho de 2024. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2024/paper/viewFile/2483/1303>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DE PAULA, L.; DA SILVA, T. dos R.; BLANCO, Y. Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. **Rev. Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 2, p. 91-110, 2018.

DIAS, A. R. M.; CASTILHO, K. C.; SILVEIRA, V. S. Uso e interpretação de imagens e filmagens em pesquisa qualitativa. **Ensaios Pedagógicos**, v. 2, n. 1, p. 81-88, 2018.

DOURADO, T.; ALMEIDA, S.; PIAIA, V. Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: análise multiplataforma de atores políticos, viés conspiratório e moderação de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 30, p. e3017, 2024.

ELIAS, J. Criminosos empurram viatura para o espelho d'água do Congresso Nacional. **Revista Eletrônica CNN Brasil**, Brasília, 8 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/criminosos-empurram-viatura-para-espelho-dagua-do-congresso-nacional/>. Acesso em: 10 out. 2023.

ENTMAN, R. M. **Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy**. University of Chicago Press, 2004.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de jornalismo: entrevista, pesquisa e reportagem**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1981.

FALCÃO, P.; DE SOUZA, A. B. Pandemia de desinformação: as fakes news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021.

FARIA, Á. A. de. **Conheça a trajetória da Jovem Pan: da Rádio Panamericana ao canal de notícias 24 horas na TV**. Jovem Pan, 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br/albuns/programas/page/1996?page=5>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FÉLIX, L. B.; SANTOS, M. de F. S. **A velhice na mídia escrita: um estudo em representações sociais**. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2012.

FERNANDES, K. M.; PRESSER, N. H. Jornalismo policial e o bolsonarismo: a desinformação como estratégia de dominação simbólica na TV. **Interin**, v. 26, n. 2, p. 154-172, 2021.

FERNANDES, N. Golpistas agredem policial e atacam cavalo durante invasões em Brasília. **Portal eletrônico Uol Notícias**, Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-golpistas-derrubam-policial-militar-da-cavalaria.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNANDES, R. de J.; SANTOS, S. dos. **Desinformação na telinha: os atos golpistas sob a ótica do jornalismo televisivo**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT 09: Jornalismo Político da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA). Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 09-10 maio 2023.

FERNANDES, S. C. S.; PEREIRA, M. E. Endogrupo Versus Exogrupo: O papel da identidade social nas relações intergrupais. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 30-49, 2018.

FERRARETTO, L. A.; MUSTAFÁ, I. P.; CHAGAS, L. J. V.; ROSSETTO, A. dos S.; QUADROS, M. S. de. O jeito Jovem Pan de (não) fazer jornalismo: os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. **Radiofonias**, Mariana-MG, v. 14, n. 3, p. 40-66, out.-dez. 2023.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, I. G. Bolsonarismo e servidão voluntária: ensaio teórico-reflexivo a partir do pensamento de Étienne de La Boétie. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - POLITI(k)CON**, v. 5, p. 109-124, 2023.

FILHO, A. L. Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 263-271, 2013.

FONSECA, B.; SCOFIELD, L. Bolsonaristas usam código “Festa da Selma” para coordenar invasão em Brasília. **Portal eletrônico A Pública**, Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2023/01/bolsonaristas-usam-codigo-festa-da-selma-para-coordenar-invasao-em-brasilia/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. In: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa e educação e ensino de ciências**. Ponta Grossa: Atena, 2023, p. 42-58.

FRANCO, M. L. P. L. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRANCO, S. L. R. **A mídia impressa e os aspectos psicossociais do estudante universitário**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas-SP: CESOP/UNICAMP, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. Acesso em: 20 out. 2024.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba, and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. **Journal of Peace Research**, v. 2, n. 1, p. 64-90, 1965.

GAMA, E. Plano de trabalho. **CPMI – 8 de janeiro**. Senado Federal, Brasília, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/06/plano-de-trabalho-CPI-do-8-de-Janeiro6jun2023.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

GANS, H. *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books, 1979.

GARCEZ, A.; EISENBERG, R. Produção e análise de videogravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 2, p. 249-262, 2011.

GARCÊZ, R. L. O.; BARBOSA, Y.; PAIVA, S.; OLIVEIRA, V. A performatividade do golpe: uma análise das imagens jornalísticas das manifestações contra o resultado das eleições no Brasil. In: **Anais do 10º Compolítica**. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2023, p. 1-23.

GERÔNIMO, M. J. **Do desenvolvimento da nova direita ao bolsonarismo: mídias tradicionais-digitaes, formas de continuidade no poder**. 2024. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês. LUCENA, M. I. G. Gênero e representações sociais na mídia: o corpo masculino. **REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 1, n. 1, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 1999.

GOMES, S. F.; PENNA, J. C. B. O.; ARROIO, A. Fake: Percepção, Persuasão e Letramento. **Ciência e Educação**, v. 26, p. 1-13, 2020.

GONÇALVES, V. O.; MARTÍNEZ, J. P. Imagem corporal de adolescentes: um estudo sobre as relações de gênero e influência da mídia. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 17, n. 2, p. 139–154, 2014. DOI: 10.5216/31792. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31792>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GRISCHKE, L. L. “Festa da Selma”: reflexões acerca da aplicação dos conceitos de fascismo e fake news aos ataques à democracia brasileira em 8 de janeiro de 2023. **Princípios**, v. 43, n. 170, p. 222-238, 2024.

GUARESCHI, P. A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates**, v.1, n.1, p. 6-25, 2007.

GUARESCHI, P. A. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P. A. Representações Sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 8, n. 3, p. 249-256, 2008.

GUARESCHI, P. A.; ROMANZINI, L.; GRASSI, L. A “Mercadoria” Informação. **Paideia**, v. 18, n. 41, p. 567-580, 2008.

HUR, D. U. A negação como estratégia psicopolítica: o caso do bolsonarismo. **Revista Araripe**, v. 4, n. 1, p. 166-184, 2023.

HUR, D. U.; LACERDA JÚNIOR, F. Ditadura e insurgência na América Latina. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37 (núm. esp.), pp. 28-43. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017>. Acesso em: 20 out. 2024.

ITUASSU, A.; PECORARO, C.; CAPONE, L.; MANNHEIMER, V. Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Dados**, v. 66, n. 2, p. 1-30, 2023.

JORNAL DA USP NO AR. **Julgamento dos réus de 8 de janeiro mostra maturidade da democracia brasileira**. São Paulo: Rede USP de Rádio, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/julgamento-dos-reus-de-8-de-janeiro-mostra-maturidade-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

JOVEM PAN. Manifestantes furam bloqueio e invadem Congresso, STF e Palácio do Planalto. **Portal Eletrônico Jovem Pan**, Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/manifestantes-furam-bloqueio-e-invadem-esplanada-veja-video.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JUNIOR, E. B.; DE OLIVEIRA, G.; DOS SANTOS, A.; SCHNEKENBERG, G. Análise Documental como percurso metodológico. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

JÚNIOR, J. H.; RAASCH, M.; SOARES, J.; RIBEIRO, L. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos De Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 320-331, 2020.

KORQUIEVICZ, F. et al. A Restauração dos Bens Culturais Destruídos nos Atos de 8 de Janeiro de 2023 como Meio de Fortalecer o Estado Democrático de Direito. **Revista Humanidades e Inovação**, 2023.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o que o público deve exigir**. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOBO DA COSTA, H. R. Julgamento dos réus de 8 de janeiro mostra maturidade da democracia brasileira. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/julgamento-dos-reus-de-8-de-janeiro-mostra-maturidade-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 5 out. 2024.

LOPES DE SOUZA, Á. G. Democracia em risco: perspectivas políticas sobre a pós-verdade no Brasil. **Revista Conexão na Amazônia**, [s. l.], v. 3, n. Edição especial VII Conc&t, p. 311, 2022. ISSN 2763-7921

LOURENÇO, P. Fake news e a propagação de um comunismo imaginário por meio da política. In: **Anais do 10º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo**, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/jpior-2020/trabalhos/fake-news-e-a-propagacao-de-um-comunismo-imaginario-por-meio-da-politica?lang=pt-br>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MALCOLM, J. **O jornalista e o assassino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARCANTE, J. P. **A invasão ao planalto e o papel do jornalismo na defesa dos princípios democráticos: uma análise da repercussão do episódio do dia 8 de janeiro de 2023 pelos telejornais da Globo e da CNN**. Caxias do Sul: UCS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/13023/TCC%20Juarez%20Pereira%20Marcante.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARCHESANI, C. **A argumentação em editoriais e artigos de opinião: estudo comparativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Letras_MarchesaniS_1.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

MARTINS, L. 8 de janeiro: um ano do ataque verde e amarelo à democracia. **Portal eletrônico IG**. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2024-01-08/8-de-janeiro--um-ano-do-ataque-verde-e-amarelo-a-democracia.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25-39, mar. 2022.

MENDES, C. M.; SANGLARD, F. N.; DA COSTA, V. S. Desinformação e implicações para a democracia: reflexões a partir dos atentados de 8 de janeiro. **Estudos Semióticos**, v. 20, n. 2, p. 119-136, 2024.

MENDES, G. O dia da infâmia: como chegamos aos ataques golpistas de 8/1. **Revista Eletrônica Conjur**, São Paulo, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-08/o-dia-da-infamia-como-chegamos-aos-ataques-golpistas-de-8-1/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MENDES, P. H. A. Do discurso à ação política: análise de acontecimentos extremistas que violam uma ética discursiva. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 254-273, 2024. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v37i3p254-273. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/221776>. Acesso em: 5 out. 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: P. C. Castanheira, S. Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEYER, E. P. N.; PRATES, L. S. Relatório da CPMI do 8 de janeiro: institucionalização das respostas e atuação do STF. *Jota*, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/relatorio-da-cpmi-do-8-de-janeiro-institucionalizacao-das-respostas-e-atuacao-do-stf>. Acesso em: 24 set. 2024.

MEYER, P. **Jornalismo de precisão: uma introdução à reportagem com base científica**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2004.

MIGUEL, L. F. **Democracia e Representação: Território em Disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.; NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIORANDO, G. O Sacrifício da Democracia: Teoria Mimética e o Papel da Grande Imprensa Brasileira na Emergência do Bolsonarismo. **Revista Comunicando**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e023003, 2023.

MONTEIRO, S. M. F. A influência da cultura midiática na subjetividade humana. **Cadernos da FUCAMP**, 22.59, 2023.

MOTA, S. G. D.; VIEIRA, V. C. Impacto do bolsonarismo na produção de violências contra LGBTQIA+: Uma análise crítica do discurso da Rádio Jovem Pan. In: Gontijo, T.; Pereira, J.; Barros, S. (Eds.), **Estudos emancipatórios em linguagem: perspectivas críticas**. 1st ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2024, pp. 9-37.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YDnWhSkP3tzfXdb9YRLCPjn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.

O GLOBO. Bolsonaroistas invadem Palácio do Planalto após entrar em conflito com polícia nos arredores. **Portal eletrônico**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/bolsonaristas-entram-em-conflito-com-policia-nos-arredores-do-palacio-do-planalto.ghml>. Acesso em: 8 jan. 2023.

OLIVEIRA, G.; SARAMAGO, G. Metodologias, técnicas e estratégias de pesquisa: **Estudos introdutórios**. Uberlândia, MG: FUCAMP, 2021.

PAES, J. P. L. O sufrágio e o voto no Brasil: direito ou obrigação? **Revista Eletrônica da EJE**, Brasília, ano 3, n. 3, p. 19-20, abr./maio 2013. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-3/o-sufragio-e-o-voto-no-brasil-direito-ou-obrigacao>. Acesso em: 16 out. 2024.

PAGANOTTI, I. Desinformação e democracia sob ataque na radiodifusão: O pedido de cancelamento de concessão da Jovem Pan. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 304–320, 2024. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.11.23002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/23002>. Acesso em: 5 nov. 2024.

PAGANOTTI, I.; SCABIN, N. L. C.; SANCHES, R. L. de O. Censura pela liberdade: contradições discursivas na disputa entre Jovem Pan e Sleeping Giants Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. **Anais Eletrônicos...** Niterói: COMPÓS, 2024. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PASSETTI, E.; LUCATO, D. 8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo. **Mnemosin**, v. 19, n. 1, p. 2-35, 2023.

PAULA, L. de; MOURA, G. C. de. Voldemort e Bolsonaro: diálogo entre arte, mídia e política. **Revista do GEL**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 169–203, 2021. DOI: 0.21165/gel.v18i1.2966.

PEREIRA, C. C.; OLIVEIRA FILHO, E. W. de. A influência da mídia na percepção pública da operação lava-jato: análise dos impactos no sistema judicial e na opinião pública. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151665, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1665. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1665>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PEREIRA, M. A personificação da nova direita brasileira: Um olhar sobre os eleitores de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018. **Tropos: Comunicação, sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2021.

PINHEIRO, E. M.; KAKEHASHI, T.; ANGELO, M. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. **Rev. Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n. 5, p. 717-22, 2005.

PINTO, A. R. S.; DE ANDRADE SANTOS, R. De manifestantes à terroristas: o enquadramento midiático e a circulação de sentidos do acontecimento 8 de janeiro de 2023.

PODER360. Leia a cronologia dos fatos que levaram às invasões. **Portal Eletrônico PODER360**, edição de 9 de janeiro de 2023, Brasília - DF. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-cronologia-dos-fatos-que-levaram-as-invasoes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, v. 21, n. 2, p. 211–233, 2009.

POUPART, J.; PIRES, A.; MAYER, R.; DESLAURIERS, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. O primeiro aniversário da invasão do 8 de janeiro visto pela imprensa europeia. **CartaCapital**, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-primeiro-aniversario-da-invasao-do-8-de-janeiro-visto-pela-imprensa-europeia/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RANIERE, É.; MARASCHIN, C. Uma democracia em colapso: o esgotamento do possível e a experiência ética. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 04, n. 02, p. 67-87, jul./dez. 2017.

REDAÇÃO JOVEM PAN. Ato em Brasília marca um ano dos ataques às sedes dos Poderes. **Jovem Pan**, 3 jan. 2024. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/ato-em-brasil-marca-um-ano-dos-ataques-as-sedes-dos-poderes.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

REIS, A.; FERREIRA, A.; BORGES, P. Do discurso violento ao terrorismo: um relato exclusivo de 2 meses dentro do acampamento de bolsonaristas golpistas em Brasília. **Portal Eletrônico G1 (Globo)**, Distrito Federal, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/do-discurso-golpista-ao-terrorismo-um-relato-exclusivo-de-2-meses-dentro-do-qg-bolsonarista-em-brasil-ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RICŒUR, P. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de sentido**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

RIOS, A. Ódio, oração e golpe: como funcionava o acampamento bolsonarista no QG. **Revista Metrôpoles**, Brasília, 5 de jan. 2024. Disponível em: <https://www.metrôpoles.com/historia-em-fotos/odio-oracao-e-golpe-como-funcionava-o-acampamento-bolsonarista-no-qg>. Acesso em: 8 jan. 2024.

ROCHA, J. C. **Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao terrorismo doméstico - retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.; JABLONSKI, B. **Manuais acadêmicos: Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

RODRIGUES, D. R. S. DA R.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; IUNES, A. L. DA S. Representações Sociais do Crack na Mídia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 1, p. 115–123, jan. 2015.

ROSA, M. A. B.; FERREIRA, E. S. GÊNERO E MÍDIA: As representações sociais do feminino na publicidade das revistas Nova e Playboy. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2014.

ROZENDO, A.; LEANDRO, M.; SILVEIRA, A. Representações sociais de homens idosos sobre a COVID 19 e sentimentos gerados no isolamento social. *Revista Ciências Humanas*, v. 15, p. 1-13, 2022.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018. E-book.

SALAROLI, I. de L. S. **A interferência das Fake News na política e seu enfrentamento: um estudo de caso da Jovem Pan nas eleições presidenciais de 2022**. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/handle/123456789/1752>. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2024.

SANTEE, N. R.; SANTOS, G. F. C. Funções da Linguagem na Propaganda. **Cultura, Identidade e Linguagem**, v. 20, n. 3/4, p. 169-180, 2010.

SANTOS, A. G. P. A potência da democracia brasileira em discursos afirmativos: sobre a irrupção do acontecimento de 8 de janeiro na mídia. In: SANTOS, A. G. P. dos; ESTEVÃO, A. C. de S.; DOMINGOS, J.; NASCIMENTO, M. E. F. do (orgs.). **A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2023. p. 19-33.

SANTOS, P. F. dos. **A mulher como fonte no radiojornalismo contemporâneo: uma análise do programa “Jornal Jovem Pan**. 2021. 47 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

SANTOS, S. F., & SANCHOTENE, C. R. S. (2024, June). Ataque à democracia: a cobertura do g1 sobre os atentados de 08 de janeiro de 2023. In: **Encontro virtual da ABCIBER**, 2024.

SARINGER, G. PM do DF escolta terroristas bolsonaristas até Praça dos Três Poderes. **Portal eletrônico Uol Notícias**, Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/pm-escolta-terroristas-bolsonaristas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCABIN, N. L. C.; LEITE, A. L. Liberdade de expressão: perspectivas críticas a partir de mediações e processos na cultura midiática. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 11-16, 2022.

SCERB, P. Causa ou Consequência? Representação e Participação no Contramovimento Bolsonaro à Crise da Democracia. **Mediações**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 68-85, jan./abr. 2021.

SCHREIBER, M. 8 de janeiro: as perguntas sem respostas um ano após ataques. **BBC News Brasil**, Brasília, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c06y1vekdgeo>. Acesso em: 6 dez. 2024.

SEGURADO, R.; CHICARINO, T. A percepção de conservadores e progressistas sobre memes desinformativos nas eleições 2020. **Cadernos Metrópole** [online], v. 24, n. 55, p. 1025-1049, 2022.

SILVA, F. C. T. da; SCHURSTER, K. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.

SILVA, R. S. da. **Protocolo de pesquisa qualitativa com foco na organização e análise dos dados sob a perspectiva da análise de conteúdo segundo Laurence Bardin**. 2019. 63 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Centro Universitário Saúde ABC, Santo André, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7682146. Acesso em: 16 out. 2024.

SIQUEIRA, D.; FARIA, A. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 3, n. 9, p. 171–188, 2008. DOI: 10.18568/cmc.v3i9.95.

SOUZA JUNIOR, J. H.; SOARES, J.; RIBEIRO, L. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos De Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 331-346, 2020.

STRUCK, J. P. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **Revista eletrônica Deutsche Welle Brasil**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ataque-a-democraciabrasileira,9654aa8437a246c64f9121b12999b142lxslobf4.html%20Ataque%20%20C3%A0%20democracia%20brasileira%20>. Acesso em: 18 set. 2023.

TAVARES, J. V. M.; PIRES, T. M. de C. C. Combate bolsonarista no front cultural: estratégia política de deslegitimação de fatos representados em Democracia em vertigem. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 197-220, 2022.

TAVARES, L.; SOARES, T.; BLANCO, Y. Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake News. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 93-110, 2018.

TEPERMAN, I. (Org.). **Democracia em Risco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TONETTO, L. M.; KALIL, L.; MELO, W.; SCHNEIDER, D. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 181-189, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUZZO, S. A.; TEMER, A. C. R. P. Recursos diferenciados na cobertura dos atos de janeiro de 2023 em Brasília: Jornalismo sob ataque. **Paradoxos**, [S. l.], v. 9, n. Contínua, p. 1–17, 2024. DOI: 10.14393/par-v9-e2024-01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/72374>. Acesso em: 4 dez. 2024.

VASCONCELOS, F. M. de. **Mídia e conservadorismo: o Globo, a Folha de S.Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

VEIGA, A.; GONDIM, S. M. G. Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião pública**, n. 1, p. 1-15, 2011.

VIEIRA DE ALMEIDA ARAÚJO, I.; BALARDIM, R. Os atos fascistas do 8 de janeiro de 2023: Uma análise sob a perspectiva de defesa e segurança nacional. **Conversas & Controvérsias**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e45424, 2024. DOI: 10.15448/2178-5694.2024.1.45424. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/45424>. Acesso em: 6 dez. 2024.

VIVAS, F. 8 de janeiro: Moraes valida 21 acordos da PGR com acusados por atos antidemocráticos. **TV Globo** – Brasília, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/26/8-de-janeiro-moraes-valida-21-acordos-da-pgr-com-acusados-por-atos-antidemocraticos.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ZANOLINI, L. Conheça a trajetória da Jovem Pan: da Rádio Panamericana ao canal de notícias 24 horas na TV. **Jovem Pan**, São Paulo, 27 out. 2021. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/ta-explicado/conheca-a-trajetoria-da-jovem-pan-da-radio-panamericana-ao-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.